

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E  
DIREITOS HUMANOS**

**SUZAN CARDOSO BALSAMO**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER: uma história de lutas e  
resistências**

**Pelotas,  
2022.**

**SUZAN CARDOSO BALSAMO**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER:** uma história de lutas e resistências

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Professora Dra. Vini Rabassa da Silva.

**Pelotas,  
2022.**

### Ficha Catalográfica

B196c Balsamo, Suzan Cardoso  
**Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:** uma história de lutas e resistência . / Suzan Cardoso Balsamo. – Pelotas: UCPEL, 2022.

102 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós- Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientadora: Vini Rabassa da Silva

1. Conselho de direitos da mulher. 2. Gênero e patriarcado. 3. Emancipação feminina e participação feminina. I. Silva, Vini Rabassa da. II. Título.

CDD 305

**SUZAN CARDOSO BALSAMO**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER: uma história de lutas e resistências**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

---

1ª Examinadora: Profa. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

---

2ª Examinadora: Profa. Dra. Neiva Afonso Oliveira Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Pelotas, 31 de agosto de 2022.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder a dádiva da vida e por ser meu amparo em momentos de angústia e desconsolo.

Aos meus avós Adahil e Deolanda (*in memoriam*), que tinham tanto amor pelo estudo, mas não tiveram oportunidade de estudar.

Agradeço às minhas filhas por serem o motivo mais forte da minha resistência, sem elas eu não seria quem sou.

Minha gratidão às mulheres de minha família pelo carinho e auxílio nas adversidades, sendo exemplo de caráter, força e resistência.

Em especial o agradecimento à professora Dra. Vini Rabassa da Silva, por ser sempre generosa, e ir além de uma relação apenas de orientação e constituir laços de amizade e afeto.

Às professoras integrantes da banca de qualificação e de defesa final desta dissertação, Profa. Dra. Dolores Sanches Wunsch, Profa. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros e Profa. Dra. Neiva Afonso Oliveira, por gentilmente aceitarem o convite e contribuírem para o seu aprimoramento.

Às conselheiras do COMDIM de Pelotas, que são um exemplo de luta pelos direitos das mulheres pelotenses, principalmente às participantes das entrevistas, que tornaram possível essa dissertação.

Às amigas que conquistei na minha jornada acadêmica cujo apoio sempre esteve presente.

Ao Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Sociais, Cidadania e Serviço Social em que iniciei a minha trajetória na pesquisa e que contribui até hoje no meu aprendizado.

Às professoras e professores do PPG em Política Social e Direitos Humanos que contribuíram nessa trajetória de formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa sem a qual essa dissertação não seria possível.

E à todas as mulheres que lutaram para que hoje eu tivesse acesso à educação, e as que ainda lutam por uma sociedade equitativa.

*“A HISTÓRIA DAS MULHERES  
é indispensável e essencial para a  
emancipação das mulheres”.*

*(Gerda Lerner, 2019)*

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo apresentar a história do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Pelotas-COMDIM, destacando as conquistas, obstáculos e resistências encetadas para a sua contribuição no fortalecimento de políticas públicas para as mulheres e da transformação social da sociedade. Considera que a contribuição para a transformação social da sociedade depende, também, da compreensão sobre as categorias gênero e emancipação feminina, defendida pelo Conselho, por isto as inclui em seus objetivos específicos. Por isso, a fim buscar o conhecimento e de analisar criticamente a história do Conselho, inicia com uma discussão teórica sobre as categorias gênero e patriarcado, para subsidiar um conhecimento crítico sobre a opressão histórica vivenciada pela mulher, e um resgate das lutas feministas no Brasil, que originaram os Conselhos, para uma melhor compreensão das determinações mais amplas que incidem no objeto de pesquisa. A seguir, expõe os resultados da pesquisa aplicada por meio de entrevistas semiestruturadas com nove conselheiras, divididas em três por década de existência do COMDIM, que completou 30 anos em 2022. A exposição privilegia a transcrição das falas das entrevistadas, dando visibilidade ao desenvolvimento da trajetória do Conselho, a partir das manifestações das pessoas que participaram efetivamente da sua construção. A análise realizada sobre a realidade narrada pelas conselheiras conclui que o COMDIM é fruto da luta de mulheres pelotenses organizadas em prol da defesa de seus direitos, as quais enfrentaram muitos obstáculos desde a sua criação até os dias atuais, sendo que a sua resistência foi, e continua sendo, o fator fundamental para a continuidade do Conselho. Os obstáculos principais enfrentados foram identificados como a ausência de recursos financeiros para subsidiar o próprio trabalho e a falta de reconhecimento da finalidade e importância do Conselho para a garantia dos direitos da mulher, e da sua contribuição para a transformação social da sociedade, tanto pelo poder público como pela própria sociedade civil, bem como, a sua pouca inserção junto às mulheres da periferia. Por outro lado, evidencia-se que apesar das dificuldades o Conselho é um mecanismo institucional que resiste em meio a retrocessos, sendo um importante espaço de luta por políticas públicas para as mulheres, e que tem viabilizado a conquista de serviços de proteção, tais como: Casa de Acolhida Luciety; Centro de Referência da Mulher, Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha e Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres. Além disso, o Conselho dá visibilidade à valorização da mulher, e aos princípios de igualdade de gênero, de raça, e do respeito à diversidade cultural, como fundamentais para a transformação social da sociedade. Por isso, ressalta-se que a sua existência e fortalecimento, com qualificação permanente, é necessária para consolidar e ampliar as conquistas de direitos para as mulheres e para a transformação da sociedade.

**Palavras-chave:** Conselho de Direitos da Mulher; gênero e patriarcado; emancipação feminina e participação feminina.

## ABSTRACT

This dissertation aims to present the history of the Municipal Council of Women's Rights of Pelotas-COMDIM, highlighting the achievements, obstacles and resistance to its contribution in strengthening public policies for women and the social transformation of society. It considers that the contribution to the social transformation of society depends, also, on the comprehension of the categories gender and feminine emancipation, defended by the Council, for this reason it includes them in its specific objectives. Therefore, in order to search for knowledge and to critically analyze the history of the Council, it begins with a theoretical discussion about the categories gender and patriarchy, to subsidize a critical knowledge about the historical oppression experienced by women, and a rescue of the feminist struggles in Brazil, which originated the Councils, for a better understanding of the broader determinations that affect the object of research. Next, it exposes the results of the research applied by means of semi-structured interviews with nine councilors, divided into three per decade of existence of COMDIM, which completed 30 years in 2022. The exhibition privileges the transcription of the interviewees' speeches, giving visibility to the development of the Council's trajectory, based on the manifestations of the people who effectively participated in its construction. The analysis carried out on the reality narrated by the councilors concludes that COMDIM is the fruit of the struggle of organized women from Pelota in favor of the defense of their rights, who have faced many obstacles since its creation until today, and their resistance was, and still is, the fundamental factor for the continuity of the Council. The main obstacles faced were identified as the lack of financial resources to subsidize the work itself and the lack of recognition of the purpose and importance of the Council for the guarantee of women's rights, and its contribution to the social transformation of society, both by the public authorities and by civil society itself, as well as its lack of insertion among women from the outskirts. On the other hand, it is evident that despite the difficulties, the Council is an institutional mechanism that resists in the midst of setbacks, being an important space for the struggle for public policies for women, and that it has made possible the achievement of protection services, such as: Luciety's Shelter; Women's Reference Center, Women's Police Station, Maria da Penha Patrol and Public Policies for Women Coordination. In addition, the Council gives visibility to the valorization of women, and to the principles of gender equality, race, and respect for cultural diversity, as fundamental for the social transformation of society. Therefore, it is emphasized that its existence and strengthening, with permanent qualification, is necessary to consolidate and expand the conquests of rights for women and for the transformation of society.

**Keywords:** Women's Rights Council; gender and patriarchy; women's emancipation and women's participation.



## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Caracterização das conselheiras	<b>54</b>
-----------------	---------------------------------	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
BEMFAM	Bem-Estar Familiar no Brasil
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNTE	Confederação nacional dos Trabalhadores em Educação
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pelotas
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
GAMP	Grupo Autônomo das Mulheres de Pelotas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: Origens dos Conselhos de Direitos da Mulher.....</b>	<b>10</b>
2.1 GÊNERO E PATRIARCADO: Conceitos chave para compreender a opressão e a subalternidade da mulher.....	10
2.2 EMANCIPAÇÃO FEMININA: Uma história de lutas.....	25
2.3 DAS LUTAS FEMINISTAS À CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA MULHER NO BRASIL .....	32
<b>3. CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER DE PELOTAS/RS COMO TEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>42</b>
3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	42
3.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	46
3.3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	50
3.4 NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO.....	52
<b>4. CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER EM PELOTAS E A LUTA POR EMANCIPAÇÃO FEMININA: análise dos resultados da pesquisa.....</b>	<b>54</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS.....	54
4.2 ORIGENS E PRIMEIROS PASSOS DO COMDIM DE PELOTAS.....	56
4.3 PRINCIPAIS DIFICULDADES, LUTAS E CONQUISTAS DO COMDIM DE PELOTAS.....	62
4.4 A INFLUÊNCIA DO COMDIM DE PELOTAS NO DEBATE SOBRE GÊNERO.....	71
4.5 A CONTRIBUIÇÃO DO COMDIM DE PELOTAS PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA E CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA.....	78
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>96</b>

## 1.INTRODUÇÃO

A proposta de uma pesquisa sobre a temática participação e emancipação feminina tendo como objeto de estudo o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pelotas tem a sua gênese associada à minha história de vida. Pertencço a uma família de mulheres que lutam pelo sustento, em condições precárias de trabalho como empregadas domésticas e diaristas, sem nunca desistirem, demonstrando capacidade e força frente a uma sociedade machista e desigual, que subalterniza as mulheres destinando a estas a esfera doméstica. A autora Barby Martins reflete nesse sentido afirmando que: “(...) ainda há questões relacionadas à divisão sexual do trabalho na sociedade e que apresentam obstáculos para uma maior presença feminina no mercado formal – afazeres domésticos e de cuidado ainda vistos como responsabilidades femininas”. (MARTINS, 2018 p.1122).

Esta origem e o fato de ser mãe de duas meninas me estimula a enfrentar preconceitos e seguir na luta por meus ideais e objetivos, procurando a superação de imposições de classe e gênero, bem como me aguça a vontade de dar visibilidade a estas mulheres, valorizando a sua luta e, ao mesmo tempo, descobrindo como reforçá-la em direção à ruptura com esta sociedade machista e patriarcal.

A conjuntura política atual com seus inúmeros retrocessos em relação à mulher<sup>1</sup>, dentre eles o cerceamento da participação da mesma na sociedade, com discursos misóginos, que trazem retrocessos na luta pela garantia de direitos sociais e pela inserção feminina nas instâncias de participação, reforçou as minhas motivações pessoais e definiu a minha opção por este tema.

Após a introdução, a dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo dois, intitulado “OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: ORIGENS DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA MULHER” é apresentada uma revisão de literatura realizada que abrange a discussão de dois conceitos chave para a compreensão da opressão das mulheres em sociedade. O primeiro é o conceito de gênero que leva ao entendimento que as diferenças sexuais se pautam fundamentalmente nas relações sociais, e não no determinismo biológico que naturaliza as desigualdades entre homens e mulheres, favorecendo-os. O gênero se constitui das relações

---

<sup>1</sup> De acordo com Cetrone (2021, s/p) “Desde a posse de Jair Bolsonaro, programas e ações voltados para mulheres sofrem com falta de investimentos; enquanto isso os casos de violência doméstica e feminicídio não param de crescer”. Em entrevista com Mariana Felix, jornalista, pesquisadora e cientista política, afirma que o Brasil vive um retrocesso. A atual conjuntura é marcada pela ausência de investimentos e de criação de políticas capazes de assegurar o bem-estar, a saúde e a vida das mulheres. Para Felix, antes do governo Bolsonaro existiam fóruns de discussões com a sociedade civil para que as políticas públicas fossem avaliadas. Vários desses espaços foram desativados pelo atual governo, como exemplo o Comitê de Gênero, Diversidade e Inclusão.

sociais e abrange as normas e aspectos sociais atribuídos ao sexo e está vinculado as construções sociais, e, não, às características naturais, sendo a primeira forma de se dar significado as relações de poder. O segundo conceito aborda o patriarcado enquanto sistema sociopolítico e histórico que se estruturou desde o princípio em relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres, se constituindo de forma desigual entre os gêneros, tendo implicações negativas na vida das mulheres até os dias atuais. Esse conceito proporciona a identificação das opressões das mulheres, podendo levar a busca das mesmas pela emancipação das estruturas patriarcais de dominação e, por outro lado, também, dificulta a conquista da emancipação. Por fim, a revisão teórica evidencia que a contradição entre opressão e emancipação, origina o movimento feminista, que luta pelos direitos das mulheres, e contribui na mobilização da sociedade civil organizada no âmbito institucional do Estado, levando à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, além de trazer outras relevantes conquistas para as mulheres, comentando brevemente sobre esta história, no Brasil.

O terceiro capítulo intitulado “CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER DE PELOTAS/RS COMO TEMA DE PESQUISA” traz uma apresentação geral da pesquisa, a problematização do tema, o delineamento da pesquisa, descrevendo como foi aplicada e como foram analisados os dados obtidos, e destaca alguns aspectos que demarcaram o seu desenvolvimento.

E, no último capítulo intitulado “CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER EM PELOTAS E A LUTA POR EMANCIPAÇÃO FEMININA: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA” são apresentados os resultados da pesquisa empírica com as conselheiras, apresentando a transcrição de trechos das falas das conselheiras e a análise das respostas, que revelou o COMDIM como fruto de uma mobilização de um grupo mulheres pelotenses em busca de representação e defesa de seus direitos.

Por fim, o desenvolvimento desta dissertação ao correlacionar os fundamentos históricos das relações de gênero com o patriarcado, e as lutas feministas desencadeadas pelo fim da opressão e conquista da emancipação feminina, permite afirmar que o Conselho de Direitos da Mulher de Pelotas é um dos frutos desta luta ampla das mulheres, e que resiste em meio a retrocessos, sendo um importante espaço para o avanço de políticas públicas para as mulheres, e para dar visibilidade aos princípios de igualdade de gênero, de raça e de respeito às diferenças culturais como alicerces de novas relações sociais. Diante disso, ratifica-se a importância da existência e do pleno funcionamento do COMDIM, e de seu fortalecimento para continuar contribuindo para a transformação da sociedade com a ampliação das conquistas de direitos para as mulheres.

## **CAPÍTULO 2. OPRESSÃO E EMANCIPAÇÃO FEMININA: ORIGENS DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA MULHER**

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura, iniciando com a abordagem de dois conceitos-chave para a compreensão da opressão da mulher em sociedade e, conseqüentemente, das origens das lutas pela emancipação feminina, que está na gênese dos Conselhos de Direitos da Mulher, no Brasil. A abordagem destas categorias que se entrelaçam objetiva ancorar as bases da pesquisa aplicada e de sua exposição na presente dissertação.

### **2.1 GÊNERO E PATRIARCADO: CONCEITOS-CHAVE PARA COMPREENSÃO DA OPRESSÃO E SUBALTERNIDADE DA MULHER NA SOCIEDADE**

Sobre o termo gênero, pode-se dizer sem grande rigor que este denota os signos culturais que imputam significados de masculinidade ou feminilidade aos indivíduos.

De acordo com Simone de Beauvoir então:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR 1967, p.9)

Se perceber sob a ótica de gênero pode caracterizar um fator de extrema importância para instituir subjetividades normalizadas e reprodutivistas, ou ainda potencializar ações atuantes e críticas como afirmam os autores Prado, Giorgi e Ribeiro (2015).

A autora Joan Scott considera que gênero em análise literal foi usado pelo Movimento Feminista Contemporâneo, a fim de fazer referência à construção social das relações entre os sexos:

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p. 72)

O sexo biológico passou a ser interpelado como signo capaz de explicar as diferenças e desigualdades sociais atribuídas a mulheres e homens.

Na visão dos autores Oka e Laurenti (2018), as perspectivas de gênero tradicionalmente utilizadas, estão relacionadas ao dualismo entre natureza e cultura assim como com uma tentativa de extrair, quando possível, o perigo das teses biológicas do campo de debate das diferenças sexuais.

A biologia, da maneira como parece ser concebida, constitui a dimensão da inerência, do que é, da natureza que é idêntica a si mesma, incontestável em sua fixidez e, portanto, universal. Quando se constata que padrões comportamentais considerados masculinos ou femininos não são universais, mas contingentes culturalmente, a estratégia política e epistemológica adotada caminha para a remoção da rigidez da natureza biológica e sua substituição pelo domínio cultural, flexível e simbólico. Ironicamente, essa própria noção enrijecida da biologia é o que dá base à construção cultural do “gênero”, tornando o “sexo” inquestionável. A dicotomia estabelecida entre os dois termos, nesse sentido, mesmo apontando para a fuga do determinismo biológico, não consegue escapar do caráter rígido e normativo dessa biologia que ela própria reitera, ao separá-la completamente das dimensões culturais. (OKA, LAURENTI, 2018, p. 248)

Na proposta de definição de gênero da autora Scott, dois aspectos são elencados:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86)

Nessa perspectiva concebida pelo pensamento feminista, o gênero se estabelecerá sobre corpos que sofreram processos culturais de genitalização e sexualização. Nota-se uma diferença de abordagens das perspectivas de Oka e Laurenti(2018) e da autora Scott(1995), os primeiros trazem a concepção epistemológica a respeito da condição de ser mulher com ênfase no ponto de vista biológico, enquanto Scott se detém em questões culturais e antropológicas.

O processo de genitalização de acordo com os autores “poderia ser compreendido pela necessidade cultural de se atribuir um sexo biológico a um corpo, uma marca capaz de instituir a ideia de naturalização da diferença sexual” (PRADO; GIORGI; RIBEIRO, 2015, p.74). Desta maneira de forma primária classificam-se os sujeitos em machos e fêmeas, justificando as diferenças entre homens e mulheres por “natureza”.

Quanto a sexualização, esta possibilita a compreensão das constantes tentativas de construção de um “instinto sexual” para os indivíduos. Sendo assim, os seres humanos guiados por um “instinto natural”, procurariam se relacionar sexualmente com sujeitos de um sexo biológico oposto com ação instintiva de perpetuar a espécie.

Os autores ainda consideram sobre a significação cultural que fundam as diferenças de gênero, através da compreensão biológica, e a tentativa de adequação que a sociedade tenta submeter os sujeitos:

Foi a partir dessa significação cultural em torno das diferenças construídas sobre certa compreensão biológica de corpo que se tornou possível a construção de uma sociedade que tenta, a todo custo, adequar os sujeitos em categorias como homens ou mulheres.

Essa adequação desencadeia uma série de representações sociais de que as condutas, comportamentos, atitudes e “sentimentos”, também possuem uma diferenciação, fato este que, muitas vezes, passa a justificar a “inferioridade” de um sujeito (ou prática) em relação a outro(s). (PRADO; GIORGI; RIBEIRO 2015, p.75).

Com as contestações feministas, o conceito de gênero passa a ser evidenciado como o responsável por categorizar e diferenciar socialmente os seres em masculinos ou femininos.

A nova interpretação do conceito de gênero passa a denunciar o que era considerado uma verdade biológica e sua falta de eficácia na explicação da constituição das distintas posições que ocupam homens e mulheres na sociedade.

Dessa forma, ser considerado homem ou mulher a partir das condutas que adotamos socialmente das roupas que vestimos, das brincadeiras, jogos ou modalidades esportivas que praticamos dos objetos lúdicos de que gostamos, de características físicas e gestuais ou até mesmo ao se valer de uma marca anatômica que “desvelaria” a essência dos sujeitos, é algo complicado, para não dizer reducionista. (PRADO; GIORGI; RIBEIRO, 2015, p.75).

A autora Guacira Louro (2004) que, por meio de sua sistematização, reforça o argumento dos autores, analisa que o conceito de gênero:

Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (LOBO, 2004, p.21, 22)

Numa perspectiva ou viés de análise social e política, a autora Joan Scott (1995), disserta sobre o estudo do gênero como forma primária de significar as relações de poder. Assim, refletir sobre gênero também remeteria à análise das relações de hierarquia, que designam as distinções e instituem desigualdades. Assim, algumas características ou “qualidades” ganham destaque e são exaltadas, ao passo que outras passam a ser desvalorizadas e subjugadas.

Prado, Giorgi e Ribeiro (2015) ainda contribuem com considerações acerca do modelo social imposto na cultura machista e a desqualificação de características femininas:

Para nossas culturas machistas, também é inadmissível que um macho que transgrida ao modelo social de homem, porte características ou qualidades definidoras da masculinidade. Talvez essa seja uma das justificativas para que diversos dispositivos culturais, como, por exemplo, a mídia, explore a homossexualidade a partir de características socialmente reconhecidas como femininas, pois, dessa maneira, o sujeito homossexual acabaria por se adequar ao gênero feminino, o que o desqualificaria em dobro: por ser homossexual e por sua assimilação à inferioridade cultural em que a história do gênero feminino foi construída. (p.76).

Para Heleieth Saffioti (2004), a relação que existe entre gênero, raça/etnia e poder, demonstra que culturalmente a superioridade masculina se dá não somente devido a seu gênero,



mas também a sua cor. Ela afirma que na ordem patriarcal em que o gênero está inscrito, o homem branco tem privilégios valendo-se de um sistema produtor de desigualdades sociais. O que é corroborado pelos autores Prado, Giorgi e Ribeiro “(...) categoria gênero se articula com outros marcadores sociais para produzir seus reais efeitos de poder, inclusive construindo hierarquizações no interior de um mesmo gênero (...)”. (PRADO, GIORGI, RIBEIRO, 2015, p.76).

Uma forma preocupante da opressão e violência social sobre as mulheres é a construção da heteronormatividade como paradigma de vida que deslegitima ou desconsidera outras formas de orientação afetivo sexual, que incide drasticamente nas vidas públicas e privadas de muitas mulheres, causando um imenso sofrimento e secretismo, quando não se enquadram no modelo heteronormativo que apenas considera legítima a relação feminino-masculino. (MACEDO, 2015)

Para Saffioti (1995) a sociedade dispensa um tratamento diferenciado entre homens e mulheres, devido à organização social de gênero: “Com relação à mulher, a sociedade revela muito menor ou nenhuma complacência. Isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não somente homens, mas também por mulheres” (SAFFIOTI, 1995, p.1)

No Brasil, o conceito de gênero se difundiu rapidamente na década de 1990, com o artigo de Joan Scott (1983) que ressalta o gênero como categoria analítica.

Dos motivos que levaram a recorrência ao termo gênero, pode-se citar a rejeição do essencialismo biológico, a aversão pela inalterabilidade contida em “a anatomia é o destino”, assunto latente naquele momento histórico. (SAFFIOTI, 2004) Para a autora, este processo representou um importante avanço para se perceber as relações homem-mulher:

Deu-se, indubitavelmente, um passo importante, chamando-se a atenção para as relações homem–mulher, que nem sempre pareciam preocupar (ou ocupar) as(os) cientistas. Era óbvio que se as mulheres eram, como categoria social, discriminadas, o eram por homens na qualidade também de uma categoria social. Mas, como quase tudo que é óbvio passa despercebido, houve vantagem nesta mudança conceitual. (SAFFIOTI, 2004, p. 110)

Saffioti (2004) defende a ideia de que a categoria gênero não é apenas analítica, mas também histórica, e sua dimensão adjetiva requer uma inflexão do pensamento, que é capaz de se fazer presente nos estudos sobre a mulher.

Existem teóricos(as) que entendem a perspectiva de gênero em qualquer momento histórico pautado na hierarquia entre homens e mulheres na estrutura de poder, como é o caso da autora Joan Scott:

Partindo de sua segunda proposição, sinaliza a importância do gênero como uma maneira primordial de significar relações de poder e a recorrência deste elemento, na tradição judaico-cristã e na islâmica, para também estruturar os modos de perceber e organizar, concreta e simbolicamente, toda a vida social. (SAFFIOTI, 2004, p.112)

Das contribuições da autora Joan Scott (1990), Saffioti (2004) destaca a afirmação de que o gênero como constitutivo das relações sociais é uma primeira forma de dar significado às relações de poder.

Saffioti (2004) acredita que os sujeitos são constituídos não apenas pelo gênero, mas também pela classe social e pela raça/etnia, assim, simultaneamente o sujeito apresenta uma identidade de gênero, classe e étnico-racial, convivendo em maior ou menor harmonia. E cada conjuntura exige um posicionamento mais evidenciado de suas identidades.

Logo, o sujeito é multifacetado, e apresenta muitas subjetividades, oriundas de uma produção em série da sociedade capitalista, como se fosse uma linha de montagem.

Cisne (2012) corrobora neste debate, considerando a importância da articulação de gênero e classe:

Da mesma forma que se faz indispensável para as análises de gênero uma visão de classe, a luta de classes articulada com a luta contra a opressão de gênero é fundamental para a conquista de uma sociedade livre, com seres humanos emancipados. Até porque a luta de classes, se dissociada dessa dimensão de gênero, não garantirá a conquista da liberdade, daí a necessidade de se articular no plano teórico e político as dimensões de classe e gênero (CISNE, 2012, p.132).

Saffioti (2004) afirma que existe uma ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas as mulheres e socializa também as mulheres que por vezes acabam por reproduzir ideias machistas e considera ainda que é pequena a proporção de mulheres que não portam ideologias dominantes. Neste processo de socialização, as mulheres são estimuladas a desenvolver comportamentos dóceis, ajuizados, tranquilizadores ao passo que os homens são incentivados a desenvolver condutas violentas, perigosas, que demonstrem força e coragem.

Outro conceito que se faz pertinente ao debate deste trabalho diz respeito ao patriarcado, e Gerda Lerner (2019) traz importantes considerações em sua obra “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” em que ela faz um resgate histórico sobre as origens da opressão das mulheres perpetradas pelos homens através do patriarcado.

Lerner (2019) inicia sua análise, considerando que a maioria do trabalho teórico do feminismo moderno, desde Simone de Beauvoir até o presente, é a-histórica e desatento em termos de conhecimento feminista, o que é atribuído à relação das mulheres com a história, sujeita a conflitos e muito problemática.

A autora diz que assim como os homens, as mulheres sempre foram sujeitos e são agentes da história, sempre participaram do mundo e do trabalho de forma igual aos homens. As mulheres foram e são centrais, e não marginais, na criação da sociedade e a construção da civilização.

O fazer História, é:

[...]uma criação que remonta à época da invenção da escrita na Antiga Mesopotâmia. Da época dos reis da Antiga Suméria em diante, historiadores, fossem sacerdotes, servos reais, escribas, clérigos ou alguma classe de intelectuais com instrução universitária, passaram a selecionar os eventos que seriam registrados e a interpretá-los para que tivessem significado e significância. (LERNER, 2019, p.34)

Entretanto, até o passado mais recente, os historiadores eram homens, que registravam o que homens haviam feito, experienciado e julgado significativo.

E assim:

Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e viveram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos. (LERNER, 2019, p.34)

O registro do passado da espécie humana gravado e interpretado é parcial, omite o passado de metade dos seres humanos, e por conseguinte, é adulterado e narra a história a partir do ponto de vista da metade masculina da humanidade.

Esse argumento costuma ser rebatido através da afirmação de que grandes grupos de homens também foram suprimidos do registro histórico por um longo período em razão de interpretações preconceituosas de intelectuais representantes dos interesses de pequenas elites. Porém, um erro não invalida o outro: esses dois equívocos conceituais têm de ser corrigidos. E como prossegue a autora:

Assim como grupos antes subordinados, tal como camponeses, escravos e o proletariado, alcançaram posições de poder – ou pelo menos de inclusão – na organização política, suas experiências devem se tornar parte do registro histórico. Ou seja, com relação às experiências dos homens daquele grupo, as das mulheres, como sempre, foram excluídas. A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido. (LERNER, 2019, p.35)

Lerner considera que as mulheres foram tolhidas de contribuir com o fazer História. Esse processo de dar significado é fundamental para a criação e perpetuação da civilização, a exclusão das mulheres nesse esforço as segrega e coloca em posição isolada. Assim, as mulheres são levadas a se perceberem como se fossem minoria nas instituições sociais, mesmo sendo maioria.

Tais fatores, entre outros, vêm vitimando as mulheres, principalmente se for considerada a longa subordinação das mulheres aos homens. No entanto, é um erro básico conceituar as mulheres essencialmente como vítimas, pois são parte da história, a fizeram, foram essenciais na criação da sociedade, sendo sujeitos e agentes da história mesmo quando foram impedidas de conhecer e interpretar a própria história.

A exclusão das mulheres se deu na iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. O que se estendeu também a educação de que foram privadas ao longo da história, e da formação de teorias. Condições adversas fizeram com que as mulheres tivessem uma experiência histórica consideravelmente diversa da dos homens.

O conhecimento tradicional masculino considera que as mulheres não produziram avanços importantes no campo do pensamento, em razão de sua preocupação determinada biologicamente com a criação dos filhos e com as emoções. Estes fatores seriam a causa da inferioridade feminina em relação ao pensamento abstrato.

Lerner (2019) é contrária a esse pensamento e parte do princípio das diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas acredita que os valores e as inferências pautadas nessa diferença são resultantes da cultura. As mulheres tiveram sua história ignorada e omitida pelo pensamento patriarcal e isto teve significativas implicações na psicologia de homens e mulheres.

Gerda Lerner compartilha da convicção da maioria das pensadoras feministas, de que o patriarcado é um sistema histórico e, desta forma, pode ser extinto por um processo histórico.

Assim:

Se o patriarcado fosse “natural”, ou seja, com base em determinismo biológico, então mudá-lo seria mudar a natureza. Pode-se argumentar que mudar a natureza é exatamente o que a civilização fez, mas que, até agora, a maioria dos benefícios advindos do domínio sobre ela, que os homens chamam de “progresso”, favoreceu o grupo masculino da espécie. (LERNER, 2019, p.38)

A autora considera que o patriarcado estabeleceu-se e se institucionalizou manifestando-se na organização familiar, nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias, expondo a supremacia de divindades masculinas. Ela afirma:

O patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído. A princípio, o patriarcado apareceu como Estado arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores. (LERNER, 2019, p.350)

Sobre o patriarcado, Heleieth Saffioti (2004) contribui considerando que este regime se pauta em uma forma pela qual os homens garantem, para si e para seus dependentes, os meios indispensáveis à produção diária e à reprodução da vida.

E assim:

Há, sem dúvida, uma economia doméstica, ou domesticamente organizada, que sustenta a ordem patriarcal. Dentre os diferentes machos há, pelo menos, uma hierarquia estabelecida com base nas distintas faixas etárias, cada uma desempenhando suas funções sociais e tendo um certo significado. A hierarquia apoiada na idade, entretanto, não é suficiente para impedir a emergência e a manutenção da solidariedade entre os homens. Tampouco o são, de forma permanente, as contradições presentes nas classes sociais e no racismo. A interdependência gerada por estas duas últimas clivagens e a solidariedade entre os homens autorizam os especialistas a antecipar a determinação, em maior ou menor grau, do destino das mulheres como categoria social. Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. (SAFFIOTI, 2004, p.105)

As mulheres, assim como homens de grupos oprimidos e subordinados possuem uma história de luta por emancipação e liberdade dada a sua necessidade. No entanto, as mulheres enfrentaram formas de opressão e dominação que se diferem das dos homens, e até os dias atuais, sua luta encontra-se mais atrasada em relação à dos homens. (Idem, 2019)

Lerner (2019) considera que em qualquer período específico da história, cada classe se constituía com uma divisão interna entre homens e mulheres. A posição de classe da mulher, segundo a autora,

[...] foi sempre expressa em graus de falta de liberdade, em um espectro que variava da mulher escrava, cujas funções sexuais e reprodutivas foram comercializadas, assim como ela mesma, até a escrava concubina, cujo desempenho sexual poderia elevar seu próprio status ou o de seus filhos; depois para a esposa “livre”, cujos serviços sexuais e reprodutivos oferecidos a um homem das classes elevadas lhe dava direito a propriedades e direitos legais. (LERNER, 2019, p.354)

A classe para os homens foi e é fundada nas suas relações com os meios de produção, os detentores desses meios dominavam os que não os possuíam. “Os donos dos meios de produção também adquiriam a mercadoria de serviços sexuais femininos, tanto de mulheres da própria classe quanto de mulheres de classes subordinadas”. (Idem, 2019, p.355) Assim, a classe para as mulheres é permeada pelos seus vínculos sexuais com um homem. Por meio do homem é que as mulheres obtêm ou são destituídas do acesso aos meios de produção e recursos, é o seu comportamento sexual que garante acesso à classe. As mulheres tidas como “respeitáveis” tinham acesso à classe por intermédio de pais e maridos, as mulheres que desrespeitassem as regras sexuais podiam ser rebaixadas de classe ao mais baixo status social. As mulheres que se desviam de serviços heterossexuais como mulheres solteiras, freiras,

lésbicas entre outras, estão relacionadas ao homem dominante de sua família e por meio dele, acessam recursos ou, de outra forma, são rebaixadas. Em alguns momentos históricos, se criaram espaços fechados para mulheres desempenharem suas funções e manterem respeitabilidade como por exemplo os conventos.

Lerner, quando escreveu sua obra em 1986, considerou que naquele período a maioria das mulheres solteiras eram dependentes da proteção de parentes homens. A comprovação desta afirmativa se deu ao longo da história até metade do século XX no Ocidente e, atualmente, ainda é realidade na maioria dos países subdesenvolvidos. O grupo de mulheres independentes existente na sociedade é restrito e, no geral, é muito suscetível ao desastre econômico. E assim: “A opressão e a exploração econômica baseiam-se tanto na transformação da sexualidade feminina em mercadoria quanto na apropriação pelos homens da força de trabalho das mulheres e de seu poder reprodutivo como aquisição econômica direta de recursos e pessoas”. (LERNER, 2019, p.356)

Lerner (2019) continua a sua análise, resgatando a história das raízes de dominância dos homens sobre as mulheres:

O Estado arcaico no Antigo Oriente Próximo emergiu no segundo milênio a.C., a partir das raízes idênticas da dominância sexual dos homens sobre as mulheres e da exploração de alguns homens por outros. Desde sua formação, o Estado arcaico foi organizado de modo que a dependência de homens chefes de família do rei ou da burocracia do Estado fosse compensada por sua dominância sobre a própria família. Os chefes de família distribuía os recursos da sociedade a suas famílias da maneira como o Estado distribuía os recursos da sociedade a eles. O controle dos chefes de família sobre os familiares e filhos menores de idade era tão importante para a existência do Estado quanto o controle do rei sobre seus soldados. Tal fato se reflete nas várias compilações de Leis Mesopotâmicas, em especial a grande quantidade de leis relacionadas à regulamentação da sexualidade feminina. (2019, p.356-357)

Desde o segundo milênio a.C., o domínio contínuo sobre o comportamento sexual dos cidadãos é a essencial forma de controle social em todas as sociedades de Estado. Desta mesma feita, a hierarquia de classe sempre se reconstitui na família através da dominação sexual, indiferente do sistema político ou econômico. A família patriarcal é extremamente resiliente. Na Antiguidade clássica e em seu desenvolvimento europeu o patriarcado pautava-se na monogamia, o que não eximia a existência de um duplo padrão sexual desvantajoso para as mulheres e era parte do sistema.

Existem alguns casos, que as relações entre os sexos são mais igualitárias, ao passo que as relações econômicas permanecem patriarcais; em outros casos vice-versa. O que não muda em todos os casos, é que as mudanças no interior da família não modificam a dominação masculina básica no domínio público, nas instituições e no governo. A família reproduz a ordem do Estado educando os filhos para as seguirem, e sempre reforça essa ordem.

Sobre as melhorias em relação às mulheres Lerner afirma:

Deve-se notar que, quando falamos de melhorias relativas no status das mulheres em dada sociedade, isso costuma significar apenas que vemos melhorias no grau em que sua situação lhes confere oportunidades de exercer certa vantagem dentro do sistema do patriarcado. Onde a mulher tem relativamente mais poder econômico, ela é capaz de ter, de certa maneira, mais controle sobre sua vida do que em sociedades onde ela não tem nenhum poder econômico. Do mesmo modo, a existência de grupos, associações ou redes econômicas de mulheres serve para aumentar a capacidade das mulheres de neutralizar as imposições de seu sistema patriarcal particular. (LERNER, 2019, p.358)

Para a autora, alguns antropólogos e historiadores, essa relativa melhoria de “liberdade” das mulheres é uma designação ilusória e não comprovada, pelo fato de que as reformas e mudanças legais, não mudaram essencialmente o patriarcado apesar de melhorarem a condição das mulheres e serem parte essencial do processo de emancipação das mesmas. Essas reformas têm de estar integradas a uma extensa revolução cultural, a fim de transformar o patriarcado e, poder aboli-lo.

O patriarcado só funciona com a cooperação das mulheres, essa cooperação se dá por vários meios como:

[...]doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem. (Idem, 2019, p.358)

Por aproximadamente quatro mil anos, as mulheres adaptaram suas vidas e agiram sob a sombra do patriarcado, em especial sob uma forma do patriarcado descrito como dominação, que diz respeito à relação de um grupo dominante que se considera superior, com um grupo subordinado, visto como inferior, em que a dominação é atenuada por obrigações mútuas e direitos recíprocos. Nessa relação o dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por manutenção.

Lerner (2019) considera que na família patriarcal:

[...] as responsabilidades e obrigações não são distribuídas de modo semelhante entre aqueles a serem protegidos: a subordinação dos meninos à dominação do pai é temporária; dura até que eles mesmos se tornem responsáveis por suas casas. A subordinação das meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas podem escapar de tal dominação apenas caso se posicionem como esposas sob a dominação/proteção de outro homem. A base do paternalismo é um contrato de troca não escrito: sustento econômico e proteção oferecidos pelo homem pela subordinação em todos os campos, serviço sexual e trabalho doméstico não remunerado oferecido pela mulher. (2019, p.360)

Mesmo quando o cônjuge não cumpre com suas obrigações, muitas vezes, a relação prossegue de fato e pela lei. Essa era uma escolha racional para as mulheres, visto que não

possuíam poder público e enfrentavam a dependência econômica. Assim, escolher protetores fortes era uma alternativa.

Os privilégios de classe eram compartilhados com as mulheres desde que elas se mantivessem protegidas por homens. As mulheres, com exceção das de classe baixa, participavam de um “acordo recíproco” que consistia na troca de subordinação sexual, econômica, política e intelectual aos homens, por compartilhamento do poder dos homens de sua classe para explorar homens e mulheres de classes inferiores.

A sociedade de classes dificulta aos indivíduos que têm algum poder mesmo que limitado e restrito se enxergarem também como desfavorecidas e subordinadas.

A formação da consciência de grupo de mulheres deve:

[...] ocorrer ao longo de diferentes linhas. Essa é a razão pela qual formulações teóricas apropriadas a outros grupos de oprimidos são tão inadequadas ao explicar e conceituar a subordinação das mulheres. Há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade. A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas. (LERNER, 2019, p.360)

As mulheres conectaram-se profundamente com as estruturas familiares, o que dificultou significativamente qualquer tipo de desenvolvimento da solidariedade feminina e coesão grupal. Elas se ligaram a seu parente homem em sua família de origem através de laços que acarretavam obrigações específicas, doutrinadas desde a infância, enfatizando a sua obrigação de contribuir em termos econômicos com a família e aceitar um parceiro de casamento que fosse ao encontro dos interesses familiares.

Sobre os impedimentos do desenvolvimento da consciência da mulher Lerner afirma:

O mais significativo de todos os impedimentos quanto ao desenvolvimento da consciência de grupo das mulheres era a ausência de uma tradição que reafirmasse a independência e autonomia das mulheres em qualquer período do passado. Nunca houvera nenhuma mulher ou grupo de mulheres vivendo sem proteção masculina, pelo que a maioria das mulheres sabiam. Nunca houvera nenhum grupo de pessoas como elas que tivesse feito qualquer coisa significativa sozinho. (LERNER, 2019, p.361)

Foi difundido o discurso de que as mulheres não possuíam história e elas acreditaram. Dessa forma, a hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos foi o que mais prejudicou as mulheres. O sistema de símbolos assumiu duas formas: a de privação educacional das mulheres e o monopólio masculino sobre sua definição, esse monopólio se deu inadvertidamente em decorrência da dominância de classe e do acesso de elites militares ao poder.

E então os homens:

[...] construíram teologias baseadas na metáfora contrafactual da procriação e redefiniu a existência feminina de maneira restrita e sexualmente dependente. Por fim,



vimos como as mesmas metáforas de gênero expressaram o homem como norma e a mulher como desvio; o homem como completo e poderoso, a mulher como inacabada, mutilada e sem autonomia. Com base em tais constructos simbólicos integrados à filosofia grega, teologias judaico-cristãs e a tradição legal sobre a qual a civilização ocidental é construída, os homens explicaram o mundo em seus próprios termos e definiram as questões importantes de modo a se colocarem no centro do discurso. (LERNER, 2019, p. 362)

Na concepção de Gerda Lerner, enquanto os homens crerem que somente suas experiências, seu ponto de vista e suas ideias representam toda a experiência humana e todo o pensamento humano, serão incapazes de descrever a realidade de forma adequada. É necessária uma reestruturação radical de pensamento e análise que reconheça que a humanidade é constituída de partes iguais de homens e mulheres e as experiências, pensamentos e insights de ambos os gêneros devem ser representados em toda a generalização sobre seres humanos.

Para a autora, o desenvolvimento histórico pela primeira vez criou, possibilidades para as mulheres poderem se emancipar da condição de subordinação a elas imposta, através da transformação da consciência das mulheres sobre si mesmas, se libertando da prisão patriarcal limitante e errônea do pensamento.

As mulheres participaram da história e o processo de criação da história das mulheres ainda está em andamento e precisará continuar por um longo tempo, pois apenas se está começando a compreender suas implicações.

Para as mulheres a história aparentou, durante milênios, oferecer somente lições negativas e nenhum antecedente para exemplos significativos de ação, heroísmo ou libertação. O que mais dificultou foi a aparente ausência de uma tradição que reafirmasse a independência e a autonomia das mulheres. “Parecia nunca ter existido nenhuma mulher ou grupo de mulheres que viveu sem a proteção masculina. Mas, na vida real, as mulheres não tinham história – assim aprenderam e assim acreditaram. E, por não terem história, não tinham alternativas de futuro”. (LERNER, 2019, p. 365)

A falta de alternativas precedentes à hegemonia masculina foi extremamente prejudicial às mulheres, garantindo a estas o status de subordinadas há milênios.

A negação às mulheres de sua história reforçou a aceitação da ideologia do patriarcado e enfraqueceu a noção de valor próprio da mulher individualmente. A versão masculina da história, legitimada como a “verdade universal”, apresentou as mulheres como marginais à civilização e como vítimas do processo histórico. Ser assim apresentada e acreditar é quase pior do que ser esquecida por completo. Como sabemos agora, essa imagem é falsa, em ambas as afirmações. Mas o progresso das mulheres ao longo da história é marcado pela luta contra essa distorção incapacitante. (Idem, 2019, p. 367)

Para Lerner, a discriminação educacional deixou a mulher em situação de desvantagem no acesso ao conhecimento e, de maneira geral, todas as mulheres independente da classe

possuíam tempo menor do que os homens, devido à criação dos filhos e à servidão familiar. Os homens pensadores desde o início da filosofia grega, sempre tiveram seu tempo de se dedicar ao trabalho e aos estudos, respeitado como algo privativo. Entretanto “Assim como os escravos de Aristóteles, as mulheres, “que, com seus corpos, servem às necessidades da vida”, sofreram por mais de 2.500 anos as desvantagens de um tempo fragmentado e sempre interrompido”. (LERNER, 2019, p.368)

As mulheres foram treinadas para aceitar sua posição de subordinação orientada ao serviço, sem desenvolver o caráter que torna uma mente capaz de ver novas conexões e de moldar uma nova ordem de abstrações. Da pequena minoria de mulheres privilegiadas, em geral da elite dominante, que tinham certo acesso ao mesmo tipo de educação dos homens, surgiram as intelectuais que, ao longo da história, tornaram-se capazes de dar uma perspectiva feminina, uma alternativa ao pensamento hegemônico, mesmo assim o fizeram com muita dificuldade, precisando aprender primeiro a pensar como um homem.

Apesar de as mulheres sempre vivenciarem a realidade de si e da comunidade, sempre a conheceram e compartilharam-na umas com as outras, eram desvalorizadas e suas experiências eram tidas insignificantes. Sobre o pensamento patriarcal Lerner afirma-se que ele:

[...] relega tais experiências definidas por gênero ao domínio do “natural”, do não transcendente. O conhecimento das mulheres torna-se mera “intuição”, a conversa entre mulheres torna-se “fofoca”. As mulheres lidam com o particular irredimível: vivenciam a realidade todos os dias, a cada hora, em sua função de servir (cuidando da comida e da sujeira); em seu tempo, que pode ser interrompido sempre; em sua atenção dividida. (2019, p. 369)

Dadas estas condições historicamente dadas, as mulheres pensadoras tiveram de escolher entre vivenciar uma vida de mulher e seu cotidiano ou uma vida de homem, para que pudessem pensar. Essa escolha para as mulheres cultas foi cruel, algumas por vontade própria preferiram uma existência fora do sistema de sexo-gênero, vivendo sozinhas ou com outras mulheres. A vida alternativa destas mulheres, e sua luta pessoal, trouxeram significativas contribuições e avanços nos pensamentos das mulheres. Mulheres estas que na maioria do tempo histórico, viveram forçadamente à margem da sociedade, vistas como “desviantes” enfrentaram dificuldades para generalizar pautadas em sua própria experiência em relação aos outros e de receber influência e aprovação.

Nesta parte do debate, Lerner (2019) considera que as mulheres não construíram o sistema devido ao fato de não ser possível pensar de forma universal quando se está excluída do genérico:

O custo social de se excluir as mulheres da empreitada humana de construção do pensamento abstrato nunca foi calculado. Podemos começar a compreender o custo disso para as mulheres pensadoras quando nomeamos com precisão o que foi feito conosco e descrevemos, não importando quão doloroso for, as formas de participação nessa empreitada. Sabemos há tempos que o estupro é uma forma de nos aterrorizar e nos manter subjugadas. Agora também sabemos que participamos, ainda que contra nossa vontade, do estupro de nossa mente. Mulheres criativas, escritoras e artistas, lutaram de maneira semelhante contra uma realidade distorcida. (2019, p. 370)

Existe uma disparidade na forma como mulheres e homens entraram no processo histórico e passaram sob diferentes condições e em velocidades distintas. Se considerar o ato de registrar, definir e interpretar o passado como marco de entrada do homem na história, para os homens ocorreu no terceiro milênio a.C., ao passo que, para as mulheres e apenas algumas delas, ocorreu no século XIX. Assim, toda história era Pré-História para as mulheres. A ausência de conhecimento das mulheres sobre sua própria história de luta e conquistas consiste em um dos principais meios de nos manter subordinadas. Desta forma, mesmo as mulheres que se definem como pensadoras feministas e comprometidas com a crítica aos sistemas tradicionais de ideias, se encontram ainda em situação de atraso devido ao desconhecimento gravado profundamente em sua psique. É um desafio para a mulher emergente a própria definição de si mesma.

Quando a mulher foge dos constructos do pensamento patriarcal, ela encara, o “vazio existencial”, temendo de imediato, a perda da aprovação e o amor do(s) homem(s) de sua vida:

O afastamento do amor e a designação de mulheres pensadoras como “desviantes” são meios historicamente usados para desencorajar o trabalho intelectual de mulheres. No passado (e agora), muitas mulheres emergentes voltaram-se a outras mulheres como objeto de amor e reforço de si mesmas. (LERNER, 2019, p.373)

Ao contrário das mulheres, nenhum homem pensador foi ameaçado em sua própria definição e nem em sua vida amorosa por seu pensamento. Não se pode subestimar a importância dessa maneira de controle de gênero como força que compele as mulheres a participarem de forma plena da criação de sistemas de pensamento.

Essa geração de mulheres cultas conseguiu quebrar as amarras emocionais e reforçar a consciência das mulheres através do apoio de outras mulheres. No entanto:

Alinhadas com nosso histórico condicionamento de gênero, as mulheres buscaram agradar e evitar a desaprovção. Essa é uma preparação insuficiente para dar um salto no desconhecido exigido daquelas que concebem novos sistemas. Além disso, cada mulher emergente foi educada no pensamento patriarcal. Cada uma de nós guarda pelo menos um grande homem no pensamento. A falta de conhecimento do passado feminino nos privou de heroínas femininas, fato que apenas há pouco tempo vem sendo corrigido através do desenvolvimento da História das Mulheres. Então, por muito tempo, as mulheres pensadoras renovaram os sistemas de ideias criados pelos homens, travando um diálogo com as grandes mentes masculinas em seus pensamentos. (LERNER, 2019, p.373)

O pensamento revolucionário se pauta sempre na melhoria da experiência do oprimido. A autora cita como exemplo o camponês que teve de aprender a confiar na importância de sua experiência de vida antes de desafiar os senhores feudais, o trabalhador industrial que precisou conquistar a consciência de classe, o afrodescendente que necessitou da consciência de raça, isso precedeu o desenvolvimento do pensamento na teoria revolucionária. Os oprimidos, por meio de suas ações, aprenderam de modo simultâneo o caráter libertador do processo de se tornar o mais novo grupo ou pessoa. Isto também se aplica às mulheres. E para tal aprendizado que leva à conscientização, Lerner propõe a mudança na consciência que deve ser feita em duas etapas: deve-se, ao menos por um tempo, centrar-se nas mulheres e, após, abandonar o pensamento patriarcal.

Ela define que a centralidade na mulher:

[...] significa: perguntar como seria definido esse argumento se as mulheres fossem seu ponto central. Significa ignorar todas as evidências de marginalização da mulher porque, mesmo onde as mulheres pareçam ser marginalizadas, trata-se do resultado da intervenção patriarcal; não raro, também é mera aparência. O pressuposto básico deve ser que é inconcebível para qualquer coisa ocorrer no mundo sem que as mulheres estejam envolvidas, exceto se tiverem sido impedidas de participar por meio de coerção e repressão. Usar métodos e conceitos de sistemas tradicionais de pensamento significa utilizá-los do ponto de vista da centralidade da mulher. (LERNER, 2019, p.375)

Deve-se fugir do pensamento patriarcal sendo céticas ao sistema conhecido de pensamento, precisa-se criticar os pressupostos, valores de ordem e definições. Contestar argumentos confiando nas afirmações e na experiência feminina faz parte do programa de interlocução com as lutas femininas. E como essa experiência costuma ser banalizada ou ignorada, se faz necessário superar a resistência profundamente consolidada no interior das mentes das próprias mulheres e aceitar o conhecimento feminino como válido. Isto significa livrar-se dos grandes homens presentes no pensamento e substituí-los por mulheres, nossas irmãs, nossas ancestrais anônimas.

É necessário ainda:

Sermos críticas quanto ao próprio pensamento, que é, afinal, um pensamento moldado na tradição patriarcal. Por fim, significa desenvolver coragem intelectual, a coragem de se levantar sozinha, a coragem de buscar o inalcançável, a coragem de correr o risco do fracasso. Talvez o maior desafio para as mulheres pensadoras seja o desafio de fugir do desejo de segurança e aprovação para a qualidade mais “não feminina” de todas – a arrogância intelectual, a húbriis suprema que atribui a si o direito de reordenar o mundo. (LERNER, 2019, p. 375)

O patriarcado é uma construção histórica e assim como teve um começo, poderá ter um fim. Na visão de Lerner, uma tal perspectiva de patriarcado está sendo insuficiente para as necessidades de homens e mulheres. Para ela, o patriarcado possui uma ligação indissociável

com militarismo, hierarquia e racismo, ameaçando a própria existência de vida no planeta. A estrutura que virá depois será a base para formas alternativas de organização social. A mente da mulher, liberta depois de tanto tempo, oferecerá visão, ordem, soluções. As mulheres finalmente estão exigindo o direito de explicar, o direito de definir.

Então:

As mulheres, pensando elas mesmas além do patriarcado, somam insights transformadores ao processo de redefinição. Enquanto homens e mulheres considerarem “natural” a subordinação de metade da raça humana à outra metade, será impossível conceber uma sociedade na qual as diferenças não signifiquem dominância ou subordinação. A crítica feminista do edifício patriarcal de conhecimento apresenta o fundamento para uma análise correta da realidade – uma análise que, no mínimo, consegue distinguir o todo de uma parte. (Idem, 2019, p. 377)

A História das Mulheres, como afirma Lerner, é a ferramenta inicial ao se criar a consciência feminista nas mulheres, oferecendo toda a experiência em comparação com a qual novas teorias podem ser testadas e sobre a qual mulheres de visão podem se posicionar. Uma visão de mundo feminista proporcionará às mulheres e homens libertação da mente do pensamento patriarcal e sua prática, para construírem um mundo livre de dominação e hierarquia e verdadeiramente humano.

Todas estas considerações aqui apresentadas demonstram as opressões sofridas pelas mulheres em sociedade, justificadas por uma naturalização biológica da inferioridade do gênero feminino. Notemos que este discurso reproduziu-se por muito tempo e ainda deixa resquícios na sociedade contemporânea que se mostra machista, patriarcal e preconceituosa.

A compreensão desses conceitos – gênero e patriarcado – fornece as bases para a desnaturalização das diversas opressões a que as mulheres são submetidas, podendo contribuir na construção de caminhos de libertação e busca da emancipação feminina.

## 2.2 EMANCIPAÇÃO FEMININA: Uma história de lutas

A perspectiva marxista permite desvelar as bases concretas das explorações e opressões contidas na gênese e no desenvolvimento do modo de produção capitalista, possibilitando a compreensão da condição da mulher no capitalismo, assim como o imperativo da sua participação política como integrante da classe trabalhadora na construção de um projeto societário emancipador. (CISNE 2018).

Sobre a emancipação feminina, é possível afirmar que do ponto de vista marxista, está inerentemente vinculada à questão da emancipação humana. (CISNE, 2018, FUSER, 2010).

A questão da mulher relaciona-se com seu contexto social visto que ela se desenvolve e se consolida de acordo com parâmetros sociais e econômicos determinados que envolvem

fatores objetivos e subjetivos. Não se pode pensar a emancipação humana sem compreensão da necessidade histórica da emancipação feminina.

O conceito de emancipação na perspectiva do materialismo histórico-dialético, formulada por Karl Marx em sua obra “Sobre a questão judaica (1843)” em que ele distingue minuciosamente emancipação política e humana, sendo a primeira definida em suas palavras encontra-se logo a seguir definido e está de acordo com o que pensamos em nível de uma sociedade emancipada, mas ainda não totalmente livre da opressão capitalista: “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, o cidadão, a pessoa moral.” (MARX, 2010, p.54) Essa “igualdade”, na visão de Marx, seria apenas formal, considerando “uniformemente” os homens e a liberdade é a liberdade da propriedade privada, baseada no egoísmo humano de acumulação, a fim de beneficiar-se, não se importando com o outro. Tratar-se-ia de uma liberdade que não é conjunta e que ratifica o egoísmo burguês.

O autor Ivo Tonet (2005, p. 175) considera que uma sociedade emancipada se difere porque:

[...] não haverá uma oposição antagônica entre os diversos valores. O que de modo algum significa que exista uma homogeneização absoluta deles, mas apenas que valores diversos não expressarão concepções antagônicas de mundo articuladas com os interesses de classes sociais, particulares por definição. É também por esse motivo que o agir poderá ser plenamente livre.

Para Tonet, a emancipação humana se resume em linhas gerais na: “(...) essência da emancipação humana [que] está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução, sobre o conjunto do processo histórico” (2005, p. 177).

O fato de que, no período histórico da efetiva emancipação humana, dada a eliminação do fetichismo da produção e do estranhamento que a acompanha, o conhecimento e o controle sobre o processo social sejam muito mais amplos e profundos, não elimina o fato de que é da natureza do agir humano a impossibilidade de prever, de modo exaustivo, todas as consequências. Desse modo, o controle dos homens sobre o processo histórico só pode significar que a totalidade do controle possível estará nas mãos dos homens e não nas mãos de forças sociais estranhas (TONET, 2005, p. 178).

Assim, nas palavras de Tonet:

Desse modo, se a emancipação humana significa uma mudança qualitativa na totalidade do ser social, esta mudança também se refletirá – como não poderia deixar de ser – no plano das necessidades. A autoconstrução de um homem novo implicará na configuração de novas necessidades, mas, mais do que isso, e, sobretudo, de necessidades mais consentâneas com o desenvolvimento verdadeiramente humano do homem (TONET, 2005, p. 183).

Os/as autores/as marxistas se empenharam em compreender as adversidades apresentadas ao processo da emancipação da mulher e uma de suas metas fundamentais era a busca por criar condições concretas para viabilizar o fim da opressão da mulher. (FUSER, 2010)

Os autores Marx e Engels em seu livro “A sagrada família” trazem considerações sobre a família tecendo críticas “aos aspectos desumanos da situação geral da mulher na sociedade de hoje” (2003, p.18) e debruçados nas reflexões de Fourier passam a apontar a emancipação feminina como perspectiva histórica necessária a emancipação geral:

A mudança de uma época histórica pode ser sempre determinada pela atitude de progresso da mulher perante a liberdade, já que é aqui, na relação entre a mulher e o homem, entre o fraco e o forte, onde a vitória da natureza humana sobre a brutalidade, que ela aparece de modo mais evidente. O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral. A humilhação do sexo feminino é uma característica essencial tanto da civilização quanto da barbárie, porém com a diferença de que a ordem civilizada eleva todos os vícios que a barbárie comete de um modo simples a um modo de pensar bem mais complexo, de duplo sentido, equívoco e hipócrita. (MARX, ENGELS, 2003, p.236)

As autoras Maria Lygia Moraes (2000) e Maria Rosa Ribeiro (2013) consideram que, no que diz respeito à questão da mulher, a perspectiva marxista apresenta uma crítica radical ao pensamento conservador. No livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Friedrich Engels considera que a condição social da mulher é enfatizada de forma especial, devido ao processo de instauração da propriedade privada e da subordinação da mulher ao homem terem acontecido simultaneamente, sendo marco inicial da luta de classes.

Engels (1984) ainda considera que a gestação, o parto e a amamentação deixavam momentaneamente a mulher impossibilitada para o trabalho, extraindo seu poder econômico, naturalizando o poder patriarcal que as submetia às regras sociais estabelecidas pelos homens. Assim, a esposa se submeteu ao marido, a mãe se submeteu ao pai.

E então:

A mulher passou a dever uma fidelidade compulsória para garantia da legitimidade hereditária na transmissão dos bens. Foi levada à condição de serviçal à disposição da luxúria do homem e instrumento da reprodução. E assim separaram-se os universos privado e público. A produção doméstica ficava a cargo de cada mulher em cada família, desde que seu trabalho não extrapolasse as fronteiras do “lar”. E ao homem, provedor, correspondia o universo público. (RIBEIRO, 2013, p.119)

A partir dessas contribuições, o marxismo “se abre” para a análise da questão da opressão específica da mulher.

A autora Moraes (2000) afirma que em a “Ideologia Alemã”, Marx e Engels consideram a instituição da família como um dos momentos da passagem para a sociedade de classes e apresentam a hierarquização contida no processo de trabalho e na desigualdade inerente a família, que escraviza a mulher e os filhos:

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição desigual, tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade, a qual já tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem.

A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho alheia. (MARX, ENGELS, 2007, p.36)

Moraes (2000) ainda considera que no “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels reiteram a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada difundindo a supressão da família como objetivo dos comunistas. Desta forma, o destaque dado à historicidade das instituições humanas na teoria marxista, possibilitou o entendimento da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas, proporcionando às feministas da esquerda europeia, dos anos 60 e 70 a construção sobre uma teoria da opressão.

A autora Zuleika Alambert<sup>2</sup> (1986) converge com este debate considerando que os marxistas sempre se preocuparam com o tema *mulher*, sendo amplo o material produzido por eles sobre este tema; não foi apenas preocupação, mas conferiram ao assunto interpretação científica, quando explicaram que a questão feminina é uma manifestação da questão social.

Nesta perspectiva, Moraes (2000) cita a autora Juliet Mitchell que escreve em sua obra “Women's state” considerações sobre a situação da mulher na sociedade através da dialética “produção-reprodução social” que define o lugar da mulher na sociedade de classes e sua exploração no trabalho e confinamento na casa.

Essa submissão e subalternidade da mulher na vida econômica para Mitchell (1971) são compensadas por um poder conferido à mulher na família, constituindo uma forma diferente de opressão, nas posições que ocupa no trabalho e na família. E esse pensamento conservador entende a família como entidade supra histórica, sempre idêntica e de papéis naturais masculinos e femininos, obscurecendo a historicidade da família e as funções que as mulheres desempenham na mesma. Essa naturalização conduz a mulher a um lugar monolítico de mãe como destino natural, o que para Mitchell (1971) deve ser desconstruído, entendendo que a condição feminina decorre de uma estrutura específica e complexa de opressão, e da dialética entre os papéis socialmente atribuídos à mulher. (MORAES, 2000)

A autora Zuleika Alambert(1986) traz em sua obra “Feminismo o ponto de vista marxista” um minucioso resgate histórico acerca da situação de opressão da mulher, brevemente apresentado, neste trabalho, já que se considera importante ter presente que há

---

<sup>2</sup> A autora Zuleika Alambert jornalista de formação, foi uma política feminista engajada desde cedo com as causas que defendia: “Em 1947, apenas com 23 anos, com amplo apoio dos estivadores, elegeu-se primeira suplente a Deputada Estadual pelo Partido Comunista do Brasil. Logo assumiu o mandato, em substituição ao Deputado Clóvis de Oliveira Neto, que foi afastado pelo partido e a renúncia de seu substituto”. (SOIHET,2013, p.172). Alambert foi a primeira mulher a participar do Comitê Central do Partido Comunista no Brasil, foi presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo e membro da Frente de Mulheres Feministas em 1986.



milênios a mulher foi e continua sendo o mais humilhado e oprimido entre todos os desprivilegiados, conforme analisa a autora. Segundo ela, à medida que as sociedades humanas evoluem, as formas discriminatórias contra a mulher também se modificam, sendo refinadas e sofisticadas, o que não as torna menos inadmissíveis do que em períodos pré-históricos. Nem em países socialistas, onde se originaram alguns princípios políticos para transformação da condição milenar da mulher, em que a lei proíbe diferenciações sociais, e as mulheres têm espaço nas fábricas e universidades ainda assim a mulher:

“[...] se encontra acantonada nas profissões ditas femininas e, portanto, menos qualificadas e pior remuneradas: executa a dupla jornada de trabalho (cuida dos afazeres domésticos e da educação das crianças após as horas de trabalho social) e o anedotário acerca de sua condição ainda é bastante rico entre os homens. (ALAMBERT, 1986, p.1)

A situação da mulher, em todos os tempos, sensibilizou muitos pensadores que se empenharam em pesquisar as origens de sua opressão e exploração, com propósito de elaborar formas para sua libertação.

Deste modo, quando Marx e Engels elaboraram a teoria do materialismo histórico, e em seu interior ponderaram a problemática da mulher, o fizeram pautados nos resultados de um embate secular entre duas correntes que sempre se situaram em relação à questão feminina e se enfrentaram pela vitória de suas ideias.

Destas correntes distintas, então, pode-se dizer que:

Uma corrente daqueles que em todos os tempos, sempre buscaram justificar como naturais as desigualdades sofridas pela mulher no trabalho, na família e na sociedade. A outra é a corrente defensora das ideias de que os homens e mulheres nascem iguais e de que as desigualdades que a mulher passa a sofrer, depois, emanam de fatores completamente alheios ao sexo. Da primeira, em geral, fazem parte os ideólogos das classes dominantes, bem como aqueles que estão a seus serviços. A segunda integrada por aqueles que, em diferentes graus, defendem os explorados e oprimidos, os dominados foi assim que desde a antiguidade até os nossos dias os primeiros elaboraram teorias, defenderam ideias e opiniões que muita influenciaram e ainda influenciam na formação de uma imagem da mulher para justificar o lugar de segunda categoria que elas sempre ocupam na sociedade. (ALAMBERT, 1986, p.2)

A primeira corrente era constituída por políticos, filósofos religiosos, pensadores de todos os tipos. Dentre esses, Alambert (1986) cita Platão e Aristóteles que discursavam de forma pejorativa o feminino considerado como desprovido de qualidades, vulnerável, invejoso, e não confiável. Vale dizer, entretanto, que a Academia de Platão podia ser frequentada por mulheres e o que se pode acrescentar a esse respeito é que, de fato, o padrão de comparação entre mulheres e homens era a partir da figura masculina.

A autora ainda considera que, esta teoria de inferioridade da mulher teve espaço também na Idade Média em que Santo Tomás de Aquino escreveu que a mulher é um ser acidental e

falho, destinada a viver sob a tutela do homem, sem nenhuma autoridade sobre si mesma, naturalmente inferior ao homem em inteligência e dignidade.

Quanto à ideologia burguesa, Alambert afirma que esta é herdeira dos preceitos mais reacionários do escravismo e do feudalismo:

Os ideólogos burgueses se esforçaram para explicar "cientificamente" a inferioridade da mulher, e sempre se recusaram a nela reconhecer um espírito criador. Eles afirmam que o estado de humilhação da mulher na sociedade se explica por suas particularidades biológicas, por suas funções de maternidade que eles são próprias, por sua inclinação "natural" para se ocupar da casa e da educação das crianças. (1986, p.3)

Dos autores partidários da ideia de inferioridade da mulher citados na obra de Alambert, Rousseau, no século XVIII, considera a mulher como um ser destinado ao casamento e à maternidade. Kant afirmava que a mulher é pouco dotada intelectualmente, caprichosa, indiscreta e moralmente fraca. E, ainda, Pierre Proudhon economista e sociólogo francês, concebia a figura feminina de maneira delirante em seu pensamento a ponto de tentar expressar cientificamente por meio de fração (8/27) a inferioridade feminina em relação ao homem. Ele ainda afirmava que o único destino da mulher era servir ao marido, procriar e cuidar da esfera doméstica e, para isso, propôs uma solução genética que formaria uma raça de mulheres boas e disciplinadas e eliminaria mulheres más. Ele ainda ambicionava uma legislação que desse poder de vida e morte sobre as mulheres.

Pierre Proudhon, na visão da autora, fez parte da corrente que consolidou preconceitos pautados na ideia de inferioridade feminina, inclusive a respeito do preconceito da diferença salarial entre homem e mulher Proudhon expressava a ideia de que, se a mulher decidisse trabalhar, seria uma ladra do trabalho masculino.

A outra corrente que Zuleika Alambert menciona é contrária a todas essas ideias atrasadas, que justificam através do sexo, a condição de inferioridade da mulher na sociedade, e formou-se com homens e mulheres que eram contrários à inferioridade social da mulher e, por isso, conquistaram um lugar mais ou menos destacado na história da luta pela libertação feminina, os denominados precursores do feminismo ou feministas.

Dentre estes precursores, a autora cita a poetisa grega Safo que escrevia livros e criou um centro para formação intelectual da mulher. Já na Idade Média, Christine de Pizan (1363-1430), se destaca na história por seu discurso em favor da mulher, e pode ser considerada uma das primeiras feministas. Ela foi a primeira escritora a viver de seu trabalho, o que lhe proporcionou independência econômica e condições de dedicar a maior parte de seu tempo a reabilitação de seu sexo tão oprimido. (Idem, 1986)

Pizan, conforme Alambert (1986), criou um ciclo de protesto intelectual de luta pela libertação da mulher e contra a subordinação na qual os homens mantêm as mulheres em nome da religião. Pizan discute com escritores famosos da época, na defesa da igualdade entre os sexos. A educação igualitária entre meninos e meninas também era defendida por ela. Christine de Pizan também foi a primeira a abordar a capacidade das mulheres. Sua figura dominou os séculos XIV e XV sendo considerada a primeira feminista, no sentido moderno do termo.

Entre muitos outros autores partidários da luta feminina, cabe destacar os grandes socialistas utópicos<sup>3</sup> Saint-Simon e Charles Fourier, que se pronunciaram em favor da emancipação da mulher, visto que analisaram em sua época a consolidação do capitalismo e a forma miserável de incorporação das mulheres na produção das fábricas.

Fourier, segundo Engels (apud ALAMBERT, 1986), destacou-se por ser o primeiro a afirmar que, em sociedade, o grau de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação geral. Fourier desvelou a miséria material e moral da sociedade burguesa, evidenciando que as mulheres eram as maiores acometidas por essa subordinação.

Dentre as contribuições de Fourier, Alambert (1986) destaca a sua crítica das formas das relações sexuais na sociedade burguesa e a posição das mulheres. Ele defendia uma sociedade igualitária que reconhecesse a opressão das mulheres que eram condicionadas e determinadas socialmente.

Na época de Charles Fourier, outro nome relevante no que diz respeito à emancipação feminina é Flora Tristán (1803-1844) que ligou a luta pela emancipação da mulher à do proletariado, aplicando o feminismo à classe operária, denunciando a degradação da mulher operária. A feminista franco-peruana, além de ser partidária da ideia de igualdade absoluta entre homens e mulheres no que tange ao direito à educação, formação profissional, livre escolha do marido sem interferência dos pais, direito ao divórcio e igualdade para a mãe solteira perante as leis, afirmava que as reformas presentes na sociedade eram parciais e defendia que uma reforma geral para a igualdade da mulher tinha como imperativo uma mudança das mentalidades e costumes que oprimiam a mulher. (ALAMBERT, 1986)

Para a autora, todas essas posições surgidas em defesa da mulher eram bastante avançadas para a sua época, sendo, em certos momentos, até mesmo revolucionárias. No entanto, nenhuma soube localizar certamente as raízes mais profundas das desigualdades das mulheres, nem apontar um caminho geral para a sua libertação. Elas atribuíam as raízes desta

---

<sup>3</sup> Os socialistas utópicos eram aqueles intelectuais que defendiam a criação de uma sociedade ideal, justa e igualitária, um dos seus fundadores foi Saint-Simon filósofo e economista francês que viveu no período de 1760 a 1825 e o filósofo e economista político Charles Fourier (1772-1837).

opressão à instrução recebida pelas mulheres, ao abuso de poder que o homem recebeu de Deus ou à miséria moral e material da sociedade burguesa.

De fato, as raízes da opressão feminina são localizadas e evidenciadas através das contribuições dos autores Karl Marx, Friedrich Engels e August Bebel, que a partir da análise das relações do modo de produção capitalista explicaram a condição da mulher e sua exploração na sociedade de classes, associando a escravidão das mulheres ao surgimento da propriedade privada dos meios de produção, que conduz as mulheres à dependência econômica do marido ou do pai, determinando a sua opressão de classe, e que por isso somente a supressão da propriedade privada e das classes poderia conduzir a mulher ao caminho da emancipação.

Diante das reflexões apresentadas pelos/as autores/as, pode-se compreender que a emancipação humana seria o ápice então, da liberdade, com a superação de todas as opressões inerentes ao modo de produção capitalista e suas divisões de classes. A mulher está implicada neste processo de exploração, em especial no que diz respeito à dupla opressão que recai sobre as mulheres trabalhadoras. Sendo assim, a emancipação humana e a transformação da sociedade supõem a emancipação feminina, isto é, a plena liberdade para todas as mulheres.

### 2.3.DAS LUTAS FEMINISTAS A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA MULHER NO BRASIL

Como visto, até aqui, as mulheres têm sofrido um processo de exclusão na sociedade, sendo subordinadas à dominação masculina. Através de estudos, é possível identificar a constatação de obstáculos materiais, simbólicos e institucionais que constituem barreiras as quais incidem na atuação das mulheres e conservam os circuitos da exclusão. A política é um espaço historicamente masculino e predominantemente de brancos e proprietários. Conforme Birolli “A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados”. (2018, p.99)

Porém, em determinado momento histórico, as mulheres tomam consciência das contradições na sua relação com a sociedade, que são percebidas e chamadas de privações, que as mulheres compartilham como grupo, incentivando a luta contra a própria condição de submissão e exploração. De acordo com Lerner “Essa tomada de consciência por parte das mulheres torna-se a força dialética que as impele à ação para mudar a própria condição e começar um novo relacionamento com a sociedade dominada pelos homens”. (LERNER, 2019, p.36)

Segundo a autora Céli Pinto (2010), desde a década de 1910, com a liderança de Bertha Lutz, as mulheres passam a se organizar na luta pelo voto, sendo denominadas “sufragistas brasileiras” ou feministas da primeira onda. Sobre a advogada e bióloga de formação, Bertha Lutz, é importante ressaltar que ela se dedicou à luta em defesa dos direitos da mulher e foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, na campanha pelo voto. Esta organização foi responsável pela campanha pública pelo voto, culminando com, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, solicitando a aprovação do Projeto de Lei do Senador Juvenal Lamartine que outorgava o direito de voto às mulheres, o qual foi conquistado em 1932 através da promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro. (Idem, 2010)

A expressão “feministas da primeira onda” é uma forma de classificação do movimento feminista. Em um determinado momento da história, o feminismo passa a ser dividido em “ondas”, sendo a expressão “onda” cunhada pela jornalista Marsha Lear em 1968, passando a ser usada na literatura com intuito de identificar momentos históricos em que movimentos organizados de mulheres têm relevante efervescência militante e/ou acadêmica levantando determinadas pautas e questões que culminam em avanços na sua libertação. Estas ondas caminham de acordo com o processo sócio-histórico e trazem consigo posicionamentos, paradigmas e concepções ontológicas distintas representando uma linha do tempo, expondo avanços e principais pautas de cada época. (RIBEIRO, NOGUEIRA, MAGALHÃES, 2021)

Ao todo, pode-se considerar quatro ondas do feminismo: a primeira que durou até meados dos anos 60, em que eram tratadas principalmente questões cíveis e jurídicas; a segunda onda nos anos 60 a 80, questionando corpo, sexualidade e violências sofridas pelas mulheres em suas relações familiares; a terceira, de 1980 a 2012, trazendo uma resistência à visão binária e inaugurando uma nova forma de pensar a identidade, discutindo amplamente o conceito de gênero e interseccionalidade.

Ainda que não haja consonância de opiniões, muitas feministas acadêmicas, como Heloísa Buarque de Hollanda e Prudence Chamberlain, consideram que o movimento feminista, atualmente, vive sua quarta onda, iniciada no Brasil em 2013 com diferentes formas de ativismo através de sites e redes sociais, com campanhas e convocações para manifestações feministas. Para isso, usam o compartilhamento de *hashtags* como a *hashtag* #vempruarua em junho de 2013, que foi muito significativa e marcou características de uma nova geração política que convoca pessoas a irem para a rua reivindicar direitos amplos e fundamentais, tais como transporte, educação, segurança e saúde. (Idem, 2021)

Voltando à denominada primeira onda do feminismo no Brasil, esta contou com a presença do movimento das operárias de ideologia anarquista, que se reuniam na “União das

Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Em 1917, elas se manifestam proclamando: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35).

Mais à frente, em 1949, a advogada Romy Medeiros fundou o Conselho Nacional de Mulheres. A autora Pinto (2003) considera que a presença de Romy no cenário do feminismo brasileiro demonstra uma mudança entre o velho feminismo “bem-comportado” de Bertha Lutz que buscava inclusão sem questionar a dominação masculina e o novo feminismo que fazia enfrentamento a questões consideradas tabus. Romy também mantinha bom relacionamento com a elite governamental, o que possibilitou sua luta pelos direitos das mulheres casadas que tinham sua cidadania controlada pelo marido, despossuídas de liberdades para trabalhar e viajar. Assim, sua luta culminou na aprovação do Estatuto da Mulher Casada em 1962. (PINTO, 2003)

A ditadura iniciada em 1964 exercia a violência de gênero, por meio de um autoritarismo com fortes elementos patriarcais, associado à censura e ao fechamento da participação popular – elementos inerentes a regimes autoritários contrários à participação política, o que levou as mulheres a atuarem em espaços alternativos como em comunidades locais, às vezes ligadas à Igreja Católica e às Comunidades Eclesiais de Base, e a movimentos de direitos humanos e sindicatos. (BIROLI, 2018)

Apesar deste contexto, graças à boa relação de Romy com o regime militar, foi possível que em 1972 se realizasse o I Congresso Nacional de Mulheres, o qual abordou temas relacionados ao feminismo e a questões como o planejamento familiar.

O congresso contou com a presença dos representantes da BEMFAM<sup>4</sup>, do alto clero católico e de grandes empresas. Intelectuais feministas da década de 60 como Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva contestadoras do conhecimento tradicional e misógino<sup>5</sup> estiveram e marcaram presença relevante.

A década de 70 foi marcada pela segunda onda do movimento de mulheres no Brasil, ou chamado “feminismo moderno” que se fortalece nesse período por meio das mulheres da

---

<sup>4</sup>A BEMFAM ou Sociedade Civil do Bem Estar Familiar no Brasil era uma organização não governamental criada em 1965, que atuava em âmbito nacional com “[...]atividades voltadas à promoção da assistência social básica e especial para a defesa e promoção dos direitos sociais, socioambientais, sexuais e reprodutivos, individuais e coletivos, contribuindo para o desenvolvimento social e para a melhoria da saúde, ampliando o acesso da população – em especial de grupos socialmente mais vulneráveis – a produtos e serviços” (BEMFAM, 2021).

<sup>5</sup>“O termo misoginia é formado pela raiz grega "miso", que significa ódio, e "gyne", cuja tradução seria mulher, e refere-se a ódio, rejeição, aversão e desprezo dos homens pelas mulheres e, em geral, por tudo relacionado ao feminino. Esse ódio (sentimento) teve muitas vezes uma continuidade de opiniões ou crenças negativas sobre a mulher e o feminino e em comportamentos negativos em relação a eles”.(FERRER, BOSCH, 2000, p.14 Tradução da autora)

classe média informadas sobre os novos pensamentos feministas surgidos na Europa e nos Estados Unidos. Este feminismo era fortemente politizado e contestador do regime militar (SANTOS, 2006). Nesse período, o movimento feminista aderiu e reforçava as lutas contra a ditadura e, concomitantemente, discutia questões específicas relacionadas à condição da mulher brasileira. Ainda conforme análise de Santos (2006), o feminismo dos anos 70 foi considerado altamente consciente das desigualdades sociais, incentivando as militantes, que em sua maioria, pertenciam à classe média, a lutar pela causa das demais mulheres oriundas de camadas pobres.

Outro fato importante a se destacar sobre a década de 70 e 80 é trazido pela autora Yumi Santos (2006) que afirma que o papel do movimento feminista brasileiro para a instituição dos Conselhos da Mulher se evidencia nas décadas de 70 e 80, sendo neste período criado o primeiro órgão de políticas públicas para a mulher no país, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) do Estado de São Paulo.

As autoras Rodrigues e Selem comentam sobre o CECF, criado em 1983, analisando-o como:

(...) uma conquista do movimento de mulheres do Estado de São Paulo. Fruto das lutas de feministas ligadas a partidos políticos, foi o primeiro no Brasil e serviu como experiência para a criação do conselho nacional, bem como de outros conselhos estaduais e municipais. O CECF teve grande importância na criação das delegacias de polícia de defesa da mulher e casa-abrigos para mulheres vítimas de violência, além de outras políticas públicas. Por ser o primeiro, esta experiência primou pelo ineditismo, mas também por ambiguidades na natureza jurídica e caráter deste conselho. Diz ser um órgão governamental específico, criado pelo decreto estadual nº 20.892-83 de 4 de abril de 1983 e institucionalizado pela Lei nº 5.447, de 1º de dezembro de 1986 (RODRIGUES, SELEM, 2006, p.1).

A existência do Conselho, por ser pioneira, suscitou uma série de debates, críticas e avaliações no que tange à autonomia do movimento de mulheres em relação ao Estado e à representação do movimento no seio da instituição, servindo de base para a posterior criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). (SANTOS, 2006).

Ainda na década de 80, iniciou-se um processo de redemocratização no Brasil, o que culminou na adesão a um sistema político representativo que opera com mecanismos de amplitude da participação das/os cidadãs/os e que foi regulamentado na Constituição federal de 1988. Entretanto, direcionando para as políticas de gênero, é importante ressaltar que anterior à Constituição Cidadã, em 1985, aconteceu a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instituído como órgão vinculado ao Ministério da Justiça, com intuito de promover políticas que eliminassem a discriminação contra a mulher e garantissem sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

A autora Pitanguy (2018) faz sua reflexão detalhada, resgatando o período anterior à Constituição de 1988, chamando a atenção ao papel que o feminismo exerceu durante a ditadura e mais à frente se impondo como importante ator político no cenário do país. Segundo a autora, esse movimento social, nos anos setenta, foi ganhando visibilidade e força política: “lutando ao mesmo tempo contra a ditadura e pela requalificação do conceito de democracia, incluindo nele não apenas a redemocratização das instituições políticas, mas também das relações entre homens e mulheres nas leis e na vida” (PITANGUY, 2018, p.44).

Ainda, na visão da autora, não existe uma definição monolítica do feminismo. Ela utiliza o conceito no sentido de uma agenda política, fundamentada nos princípios da igualdade e dignidade das mulheres, considerando a sua diversidade e heterogeneidade no que se refere à raça, etnia, renda, local de moradia, orientação sexual, dentre outras variáveis. Destaca, ainda, que a categoria mulher configura em maior ou menor grau, dependendo de determinadas características políticas, sociais e econômicas, um universo de cidadãs de segunda categoria, e que as relações entre homens e mulheres são impregnadas de relações de poder concreto e simbólico. Nos anos 1970, as feministas levaram essa agenda política e suas estratégias de luta aos mais diversos espaços, como, por exemplo, aos sindicatos, que renasceram, então, como importantes atores sociais e as universidades, onde irromperam os centros de estudos da mulher. E, “Lembrando que o conceito de gênero ainda não estava firmado como instrumento de análise [...] proliferavam também grupos e coletivos feministas informais”. (PITANGUY, 2018, p.44)

A autora prossegue sua análise considerando que, em 1975, no “Ano Internacional da Mulher” decretado pela ONU, as feministas cariocas realizaram um grande seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o qual foi considerado um marco da presença do movimento feminista no cenário público. E o Centro da Mulher Brasileira, a primeira organização formal feminista do país é criado após esse seminário.

Mais à frente, em 1982, com as eleições e a vitória da oposição nos principais colégios eleitorais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as feministas requerem a criação de espaços institucionais nos governos estaduais, o que desembocou na criação do Conselho dos Direitos das Mulheres de Minas Gerais, onde Tancredo Neves era governador, e o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, que era governado por Franco Montoro.

No Rio de Janeiro, com a eleição de Leonel Brizola, foi criado um Centro de Referência da Mulher. Concomitantemente, o movimento feminino lutava para visibilizar a violência doméstica e exigia o fim da impunidade de assassinatos de mulheres por seus maridos e amantes, os quais, em nome da legítima defesa da honra, recebiam penas mínimas em tribunais do júri. (Idem, 2018)



No início dos anos 80, são criadas as primeiras delegacias especializadas, identificadas como DEAMs, que, junto aos Conselhos estaduais, são um marco na ocupação, pelas mulheres, de espaços em aparelhos de um Estado que ainda era marcado por duas décadas de divórcio da sociedade civil. E, é nesse contexto de redemocratização e de mobilização nacional pelas Diretas Já, que o movimento feminista passa a defender a campanha pelos direitos das mulheres na Constituição, de 1985 até a promulgação da Constituição em 1988. E, ainda posteriormente, o movimento feminista desenvolve uma estratégia de comunicação, informando a sociedade sobre os direitos conquistados.

A autora Pitanguy (2018, p.47) destaca as contribuições do CNDM em um período sem muitos recursos de comunicação:

O CNDM conseguiu, em uma época sem internet e com comunicações telefônicas e correio bastante deficitárias, mobilizar mulheres de todo o país e sensibilizar setores diversos da sociedade para a importância de atuar com força e eficiência naquele momento político. Essa campanha se desdobra em duas frentes: garantir maior presença feminina no Congresso, com os slogans Constituinte Para Valer tem que ter Palavra de Mulher e Constituinte sem Mulher fica pela Metade, e garantir os direitos das mulheres na nova constituição, Constituinte para Valer tem que ter Direitos da Mulher.

Em 1985, mulheres se organizam em eventos nas mais variadas capitais, articuladas com os movimentos de mulheres e outras entidades locais da sociedade civil, com as Assembleias Legislativas e Conselhos estaduais e municipais. Naquele momento, era importante convocar e organizar a participação das mais diversas instâncias a fim de tornar a campanha efetivamente influente. Viu-se, na época, uma necessidade de sensibilizar a sociedade em sua totalidade, a fim de criar um apoio à agenda de direitos das mulheres, e para isso, foram utilizadas a imprensa escrita, a televisão, rádio e outdoors, para despertar a sociedade para os temas debatidos no processo constituinte e solicitar seu apoio às demandas das mulheres.

Ainda sobre o trabalho desenvolvido pelo CNDM, Pitanguy considera que:

O objetivo do CNDM era descentralizar a Campanha e abrir uma comunicação direta com os movimentos de mulheres, a fim de garantir a legitimidade das propostas constitucionais que iria apresentar ao Congresso. Iniciou assim um amplo processo de consulta, recebendo demandas e propostas provenientes de mulheres de todo o país. O Brasil vivia um momento de esperança na construção de um Estado democrático e a resposta a essa solicitação do CNDM foi atendida. Mulheres de todas as regiões enviaram por carta, fax e telegrama centenas de sugestões ao CNDM com suas propostas. (PITANGUY, 2018, p.48)

O Conselho organizou um grupo de trabalho que excluía propostas que não coincidiam com o ideário constitucional e estruturava as demais demandas e propostas em função dos capítulos discutidos na Assembleia Constituinte.

Para o CNDM, era imperativo garantir maior presença feminina no Congresso, o que foi alcançado após as eleições de 1986, quando a proporção de mulheres deputadas e senadoras

com relação aos homens mais do que dobrou. (PITANGUY, 2018) Essa maior presença da mulher no Congresso possibilitou que o CNDM desenvolvesse uma articulação com as deputadas eleitas, o que facilitou a aprovação da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, considerada um marco na trajetória desse longo e difícil processo de luta. A referida Carta foi aprovada em encontro nacional realizado em agosto de 1986 pelo CNDM, no Congresso Nacional e contou com a participação de milhares de mulheres representando várias organizações de todo o país. (Idem, 2018)

Assim, cabe reiterar a importância dos movimentos feministas no Brasil, como protagonistas em importantes momentos de nossa história contemporânea, como por exemplo, no processo de transição da ditadura de 1964 para um regime democrático, em que se destacaram nas disputas para a construção da Constituição Federal de 1988. A partir disso, uma atuação sistemática desses movimentos tem imprimido perspectivas de gênero a instituições e políticas no país. (BIROLI, 2018).

A Constituição de 1988 representou ainda um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da igualdade de gênero, ao afirmar que mulheres e homens são iguais em direitos e deveres e imprimiu significativas mudanças nas relações de gênero, e firmando a responsabilidade do poder público para essas questões. (MULLER, BESINGA, 2018)

As autoras Muller e Besinga (2018), apoiadas na reflexão de Rodrigues (2001), consideram que, a partir dos anos 1990, foram aprovadas aproximadamente trinta leis que dizem respeito à afirmação e ampliação dos direitos das mulheres. Dessas, destaca-se a legislação sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha; legislação que garante a união estável, o planejamento familiar, o registro de paternidade, entre outros.

Dos direitos instituídos pela Constituição de 1988 as autoras destacam:

[...]a Constituição de 1988 instituiu vários direitos, sendo que destes as mulheres são igualmente destinatárias e de alguns direitos são público específico: 44 horas semanais de trabalho; proibição de trabalho para menores de 14 anos; 13º salário para aposentados; remuneração não inferior ao salário mínimo; direitos trabalhistas garantidos também para a agricultura; direito à pensidade nas condições de trabalho insalubres; proibições de demissões arbitrárias; incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher; licença maternidade ampliada; licença paternidade incluída; limites de idade para aposentadoria; direito da mulher registrar em seu nome os títulos de propriedade da terra, entre outros. (MULLER, BESINGA, 2018, p.38-39)

Importante destacar a relevância nesta luta pela conquista dos direitos políticos das mulheres brasileiras a garantia da cota mínima de 30% de candidatas femininas nas chapas dos partidos na atual legislação eleitoral.

Avançando para os anos 90, Basterd (2018), afirma que, o ativismo feminista internacional proporcionou a ampliação dos instrumentos de defesa das mulheres e de seu direito à uma vida livre de violência.

A autora considera que:

Assim, a Declaração das Nações Unidas, em 1993, definiu que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos Humanos; a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres – Convenção de Belém do Pará, em 1994, aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA afirma que essa violência constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades. A Convenção de Belém do Pará define o que é violência contra as mulheres, aponta que tais crimes podem ocorrer no espaço familiar, na sociedade e no Estado ou por seus agentes, define um conjunto de obrigações dos Estados Partes da OEA para cumprir com o acordado na Convenção. (BASTERD, 2018, p.31)

Sobre a década de 90, Basterd (2018) avalia que também se organizaram como atores políticos as organizações não governamentais – ONGs feministas que atuam para a implantação das políticas públicas e do avanço legislativo.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) com status de ministério, ampliando o financiamento estatal de projetos das ONGs e outros entes federativos, contribuindo para a instituição de órgãos de políticas para mulheres nos Estados e municípios.

Desta forma, foi possível, entre 2003 e 2016, que essas organizações e movimentos de mulheres tivessem a atuação em diálogo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM a fim de fortalecer as demandas feministas no enfrentamento da violência contra as mulheres, possibilitando através de planos nacionais, pactos, protocolos, normas técnicas e apoio a estados e municípios a criação de serviços de atenção às mulheres em situação de violência. (BARSTERD,2018).

O diálogo dos movimentos e organizações feministas com a SPM e com setores progressistas do Congresso Nacional teve muita importância para a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015. Notemos que a institucionalização dos Movimentos Sociais acaba, de certa forma, por quebrar um tanto da autonomia dos mesmos, entretanto, oferece possibilidades que se façam valer os direitos das maiorias.

Como se pode perceber, os movimentos sociais no Brasil sempre atuaram reivindicando o fim da repressão e colocando em pauta as demandas ligadas às lutas contra todo tipo de discriminação e desigualdades.

Mais especificamente na questão das mulheres, o movimento feminista desempenhou um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres. Nesse sentido, o Conselho Nacional

dos Direitos da Mulher, no Brasil, demonstra a conquista dos movimentos feministas que mobilizaram a sociedade civil organizada no âmbito institucional do Estado.

E o CNDM teve papel fundamental no processo constituinte, o que culminou em importantes avanços nos direitos das mulheres incorporados na nova Constituição. A Constituição Federal de 1988, como marco regulatório normativo, iniciou uma nova fase para os parâmetros legais brasileiros, incluindo o que diz respeito à proteção dos direitos das mulheres. (COLONESE, MORANI, 2013) Para Pimenta (2010), a criação dos espaços institucionalizados no âmbito do Estado, publicizou as mais diversas formas de discriminação e violência que as mulheres têm enfrentado.

A criação do Conselho surge como “[...] proposta inovadora para a representação política das mulheres, promoveu uma gradual ampliação das vozes femininas nas esferas decisórias. A criação deste canal institucional efetivou a representação das mulheres nas estruturas institucionais do Estado”. (PIMENTA 2010, p.179)

Pimenta (2010) ainda destaca a importância dos movimentos feministas por visibilizarem a subordinação das mulheres às estruturas patriarcais da sociedade e conseguem dar voz política às mulheres, que passam a falar em seu próprio nome, reivindicando o pleno acesso aos seus direitos sociais, políticos, culturais e econômicos. Nesse sentido Ana Alice Costa contribui, afirmando que:

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo. Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas. (COSTA, 2005, p. 11)

Pimenta (2010) considera que a ampliação da autonomia dos movimentos feministas e a expansão de suas agendas contribuíram para que estes movimentos se tornassem mais complexos em sua organização e mais diversos ideologicamente. Assim, os vários desdobramentos dos movimentos feministas permitiram a capilaridade de sua esfera de ação e contribuíram para a ampliação da presença das mulheres nos mais diversos segmentos da sociedade. As contribuições feministas para o campo político desvelaram a quase incipiente participação das mulheres neste cenário e evidenciaram, com argumentos sólidos fundamentados nos estudos feministas de gênero, que este não é só um problema ideológico ou cultural, mas é uma opressão multifacetada, de efeito cumulativo, que se fundamenta em questões materiais e opera na vida cotidiana.

Para Costa, o movimento feminista brasileiro:

[...] enquanto “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas. (COSTA, 2005, p. 13-14)

A autora Pimenta (2010) considera que CNDM é uma importante arena para a participação das mulheres na política e um campo fértil para estreitar as relações entre Estado e movimentos feministas. O Conselho, órgão na estrutura organizacional do Estado, possibilita que sejam debatidos e definidos propostas e encaminhamentos de projetos políticos dos vários grupos feministas autônomos ou institucionalizados.

Assim, a criação do CNDM representa um dos legados mais importantes dos movimentos feministas no Brasil, por institucionalizar um espaço de resistências e agenciamentos das demandas das mulheres na arena política. Portanto, a manutenção do Conselho no aparelho estatal, mesmo com suas limitações, pode fomentar o diálogo e promover a convergência das demandas dos movimentos feministas brasileiros.

### **CAPÍTULO 3. CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER DE PELOTAS-RS COMO TEMA DE PESQUISA**

O presente capítulo aborda as origens, a justificativa e a relevância da escolha do Conselho de Direitos da Mulher de Pelotas, como objeto para esta pesquisa, trazendo uma síntese da história dos conselhos no Brasil e, especificamente, deste Conselho em Pelotas. A seguir, apresento uma problematização do objeto, os objetivos, o delineamento metodológico da pesquisa e, alguns destaques sobre como ocorreu o desenvolvimento desta investigação.

#### **3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA PESQUISA**

A pesquisa sobre a temática participação e emancipação feminina tendo como objeto de estudo o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pelotas, como já citado anteriormente, associa-se à minha história pessoal de lutas. Sendo oriunda da classe trabalhadora, enfrentando opressões de gênero e de classe de uma sociedade machista e desigual, nos últimos anos, vejo somar-se a esta motivação pessoal, a percepção de um cenário de retrocesso em relação às conquistas emancipatórias, incluindo as feministas.

Considerando tais motivações, a breve aproximação que tive, na graduação, com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pelotas no II Colóquio sobre Políticas Sociais: Práticas, Saberes e Estratégias Emancipatórias em 2018, a qual permitiu perceber que ele é um espaço de participação das mulheres para a busca da garantia de direitos, provocou a decisão de elegê-lo como objeto de pesquisa, para aprofundar o conhecimento sobre a sua história, sobre o engajamento no mesmo, as ações realizadas, as suas maiores dificuldades e sobre quais conquistas que, efetivamente, este Conselho tem obtido.

Em Pelotas, o Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM), foi instituído em 09 de julho de 1992 por meio da Lei nº 3.552, oriunda de uma mobilização de mulheres representantes da Igreja Católica, do Partido dos Trabalhadores, de sindicatos de professores, e ainda, de outras identificadas como autônomas, que se organizaram no Movimento Contra a Violência à Mulher (TAVARES, 2017).

Portanto, o COMDIM de Pelotas faz parte dos mecanismos de participação, que se iniciam em 1983 em busca de políticas públicas para as mulheres no Brasil, a exemplo do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) do Estado de São Paulo, que é oriundo das lutas feministas e precursor do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985.

Entretanto, apesar destes Conselhos – o estadual e o nacional - serem anteriores à Constituição Federal de 1988, é a partir desta que os Conselhos de políticas públicas, em geral,

ganham maior legitimidade e incentivo, inaugurando um novo formato institucional, decorrente de um processo de gestão descentralizada e participativa nas esferas nacional, estadual e municipal, conforme previsto no artigo 204, da referida Constituição que estabelece “a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”, instituindo no campo das políticas públicas, a participação social como alicerce fundamental na gestão e no controle das ações do governo. (ROCHA, 2009)

Dessa forma, o surgimento dos Conselhos, conforme está previsto na CF/88, inaugura uma forma de interação governo-sociedade, demandando dos cidadãos e das cidadãs atuação efetiva, por intermédio de processos interativos, no âmbito da gestão pública, absorvendo em sua estrutura vários segmentos da sociedade, se constituindo como um novo lócus de articulação política em defesa da democratização da gestão das políticas públicas, por meio dos quais “[...] sujeitos diversos interagem no processo de deliberação, gestão e controle social das políticas públicas, nas diversas áreas sociais. (ROCHA, 2009, p.42)

Assim, a partir da CF/88, os Conselhos gestores passam a ser órgãos colegiados permanentes, orientados pelo princípio da paridade entre representação governamental e não-governamental, garantindo a representação de diversos segmentos sociais, e tendo por responsabilidade formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estabelecendo espaços institucionais essenciais para a construção da democracia das políticas públicas e o exercício da participação e legitimidade social. (ROCHA, 2009). Surgem, também, os Conselhos de direitos que são órgãos colegiados, paritários que tomam por objetivo garantir a representação da sociedade e propor a formulação de políticas públicas, além de supervisionar e avaliar as políticas dirigidas para determinado segmento populacional, podendo atuar de forma fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa ou consultiva, tendo por base a sua regulamentação específica, que deve ser aprovada pelo executivo de sua respectiva instância governamental (municipal, estadual ou nacional).

O impulso dado à criação de Conselhos, no País, incentivou o surgimento do COMDIM em Pelotas, como um espaço de participação das mulheres em busca de políticas públicas direcionadas para a garantia de direitos. É importante destacar o papel fundamental do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas – GAMP<sup>6</sup>, que se empenhou na luta pela criação do Conselho, tendo em vista que a história das mulheres é marcada por processos de exclusão e

---

<sup>6</sup> O Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas- GAMP é um movimento de mulheres que surgiu em 8 de março de 1992, se tornando a principal entidade feminista de Pelotas, desenvolvendo projetos de caráter assistencial e educacional, direcionado às mulheres e em especial a questão da violência contra as mesmas. (CHAVES, 2019)

subordinação que limitam sua participação na sociedade. Por isso, a criação do COMDIM foi considerada importante, pois ele era para ser o instrumento direcionado a articular as demandas das mulheres, reivindicar o seu atendimento pelo poder público, monitorar e fiscalizar o cumprimento das mesmas, zelando por serviços de qualidade.

Porém, os Conselhos, após um período de significativo desenvolvimento e valorização, principalmente em estados e municípios com governos populares, vêm sendo ameaçados nos últimos anos, como pode se perceber em uma notícia publicada no site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE, em 2019, que informa:

A Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, extinguiu nesta semana seis comitês que serviam como órgãos colegiados de consulta e deliberação social que atuavam no acompanhamento e avaliação de políticas públicas de diversos setores. Entre os comitês extintos, estão o de gênero e o de diversidade e inclusão. A extinção das estruturas foi oficializada no Diário Oficial da União, publicado na segunda-feira (19/8). (CNTE,2019. s/p.)

A ministra Damares também extinguiu o comitê de gênero, que propunha medidas de coerção à violência de gênero contra funcionários do ministério e ações de igualdade na pasta, além de não utilizar a verba existente para projetos de enfrentamento à violência contra a mulher. Em uma entrevista concedida para a CNTE, em 2019, a Secretária de Relações de Gênero, Berenice D’Arc Jacinto, comentou:

A política da diversidade e de gênero é muito antagônica ao governo atual. O governo entende gênero meramente como uma questão sexual. (...) A política de gênero no governo Bolsonaro é uma política em extinção. O que nós lutamos tanto durante tanto tempo para conquistar, Bolsonaro, em poucos meses, está tentando acabar. (CNTE,2019. s/p.)

Tais retrocessos ocorreram apesar de não ser difícil encontrar no cotidiano fatores que evidenciam as desigualdades de gênero, como, por exemplo, no mundo do trabalho: “As oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho no mundo permanecem quase 27 pontos percentuais abaixo das oportunidades dos homens” (OIT,2016, p.3).

Em 2021, essa realidade tem se agravado principalmente se considerarmos o impacto da pandemia da COVID-19<sup>7</sup>, e de acordo com o diretor regional da OIT, Vinícius Pinheiro:

Esta crise sem precedentes exacerbou as disparidades de gênero nos mercados de trabalho da região, retirando milhões de mulheres da força de trabalho e anulando avanços alcançados anteriormente. Retrocedemos mais de uma década em um ano e agora precisamos recuperar esses empregos e pisar no acelerador da igualdade de gênero. (OIT, 2021, s/p)

---

<sup>7</sup> “A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)”.(OPAS, 2021, s/p)



Pinheiro afirma, que antes da pandemia, a igualdade de gênero era uma questão irresoluta, um desafio para formuladores e formuladoras de políticas trabalhistas no enfrentamento dessas raízes estruturais, mesmo com avanços significativos alcançados ao longo de décadas. Com esta crise atual, surgem novas dimensões que amplificam as lacunas.

De acordo com os dados disponíveis em 2020:

[...]a taxa de participação laboral das mulheres sofreu uma queda histórica de 5,4 pontos percentuais (um retrocesso de 10,3%), atingindo o nível de 46,4%. Isso significa que quase 12 milhões de mulheres deixaram a força de trabalho regional devido à eliminação de empregos. As 13,1 milhões de mulheres que viram seus empregos desaparecerem devido à queda abrupta da participação no trabalho e ao aumento do desemprego no ano passado somam-se a cerca de 12 milhões que já eram afetadas pelo desemprego antes da pandemia. No total, cerca de 25 milhões de mulheres estão desempregadas ou fora do mercado de trabalho no momento. (OIT, 2021 s/p)

Essa realidade reflete as diferenças sociais e econômicas a que as mulheres estão sujeitas, e que comprovam sua exclusão do desenvolvimento social. A construção social e histórica do feminino e do masculino e as relações sociais entre os mesmos são marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria, que distribui de forma desigual o poder entre os sexos (FARAH, 2004, MACEDO, 2008, MELO;BANDEIRA, 2005).

A autora Silvia Federici (2019) afirma que as mulheres, desde os primeiros dias de sua vida, são treinadas para serem dóceis, subservientes, dependentes e para se sacrificar e até mesmo, sentir prazer por isso. As mulheres que fogem desse padrão são vistas como fracassadas e anormais.

O capitalismo tem sido muito bem-sucedido em esconder o trabalho da mulher e:

Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida[...]. (FEDERICI, 2019, p.44)

O capital disciplinou o homem trabalhador concomitantemente à mulher, quando torna a “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário. Ambos restam aprisionados nessa disciplina.

Às mulheres cabe serem servas felizes e amorosas da classe trabalhadora, daqueles estratos do proletariado que o capital obrigou a conceder mais poder social.

Assim, o capital criou:

[...] a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. É precisamente essa combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem

desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa, tornando seu trabalho tão pesado e, ao mesmo tempo, tão invisível (FEDERICI, 2019, p.44-45)

Todavia, algumas mulheres continuam avançando em suas lutas e afirmando a sua autonomia, o que é importante que ganhe maior visibilidade e apoio, neste momento. Em Pelotas, o Conselho Municipal de Direitos da Mulher continua sendo um importante instrumento de organização e participação na luta das mulheres, tendo como objetivo geral: “Elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, em todas as esferas da Administração Municipal, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.”

Diante do exposto, até aqui, se considerou importante dar visibilidade ao processo de resistência encetado por setores da sociedade civil, entre eles, os Conselhos de mulheres e, mais especificamente, o COMDIM de Pelotas, que descrevendo a sua história, analisam a trajetória de engajamento das mulheres, de enfrentamento de dificuldades e da obtenção de conquistas. E, por fim, verificando como a participação no COMDIM pode contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária.

### 3.2 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

No Brasil, a partir de 2016, tem se percebido um nítido ataque à participação e um retrocesso geral em relação aos direitos sociais e humanos.

De acordo com a autora Débora Almeida (2020), com o impeachment presidencial de Dilma Rousseff, em 2016, o modelo de provisão das políticas públicas adotado na Constituição de 1988 e os espaços participativos a elas associados vêm sofrendo ataques diretos. Isto iniciou com Michel Temer, vice-presidente, que implantou medidas<sup>8</sup> que transformaram a estrutura do Estado antes mesmo do afastamento definitivo da Presidenta.

Sobre as políticas de direitos para as mulheres, pode-se afirmar, ainda na reflexão da autora Almeida, que houve completa reestruturação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), além da intensificação do discurso conservador nas instituições, contra os direitos e as chamadas políticas de gênero. O presidente Jair Bolsonaro aprofundou essas mudanças ao restringir a participação nas políticas públicas ou extinguir várias instituições participativas por meio de medidas monocráticas.

---

<sup>8</sup> A partir de 2016, o Governo Temer adotou medidas austeras com objetivo de “[...] equacionar o problema da deterioração das contas públicas [...]”, tais como “[...] a PEC 241/55 (PEC do teto de gastos públicos), a reforma trabalhista, a reforma da previdência e outras propostas que limitam os gastos sociais.” (PINHO, 2017, p. 60-61).

Em 2019, o atual Presidente determinou a extinção de várias instituições participativas, retirou o status de Ministério da Secretaria de Políticas para Mulheres, e a colocou como parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que, atualmente, é uma Secretária. (ALMEIDA, 2020).

Dentre os retrocessos em relação à participação, destaca-se o decreto assinado pelo Presidente Jair Bolsonaro que extinguiu colegiados da administração pública federal direta, conforme noticiado no site do Conjur<sup>9</sup>:

Assinado na quinta-feira (11/4) pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), o Decreto 9.759 extingue colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que incluem grupos como comitês e comissões, instituídos via decreto, ato normativo inferior ao decreto e ato de outro colegiado.

Esses grupos extintos por Bolsonaro atuam com representantes do governo e da sociedade civil para criar, executar e monitorar as ações de órgãos públicos e estatais. Ficam de fora da norma os conselhos previstos "no regimento interno ou no estatuto de instituição federal de ensino" e aqueles que tenham sido criados ou alterados depois da posse do presidente, a partir de 1º de janeiro de 2019. Segundo o decreto, os colegiados ficam extintos a partir do dia 28 junho de 2019[...]. (CONJUR, 2019, s/p)

De acordo com o site, em entrevista coletiva, o ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni afirmou existir cerca de 700 órgãos de deliberação e que este número deveria diminuir para 50, considerando que os Conselhos foram criados com uma visão distorcida do que é representação e participação da população.

Nesse sentido Silva e Medeiros (2020, p.12) consideram que:

A passagem dos 100 dias do Governo Bolsonaro, em abril de 2019, foi marcada, entre outras ações, pela promulgação do Decreto presidencial nº 9.759, que extinguiu todos os conselhos que não foram criados por Lei. [...]sob o pretexto de redução de custos com a manutenção de estruturas inúteis.

Senna (2019) destaca que esta mesma medida revogou o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, extinguindo a Política Nacional de Participação Social estabelecida no governo Dilma Rousseff.

Ela ainda considera que:

Os argumentos governamentais atribuem a extinção dos conselhos sociais à necessidade de desburocratizar o Estado e conter gastos públicos, na medida em que tais instâncias gerariam gastos desnecessários, consumiriam recursos públicos e alimentariam entidades “aparelhadas política e ideologicamente”. (SENNA, 2019 s/p.)

Alguns Conselhos recorreram à justiça e conseguiram manter a sua existência, por estarem amparados em Lei, mas o contexto geral de ameaça à participação consequentemente afeta a emancipação feminina, conforme analisa a autora Ana Carolina Brandão Vasquez em

---

<sup>9</sup> Conjur- Consultor Jurídico é um veículo independente de informação sobre direito e justiça.

seu artigo, onde aponta alguns projetos que poderão ser desarquivados para nova votação e que se relacionam com os direitos das mulheres:

Nesse sentido, não seria exagero a preocupação com o rumo dos direitos das mulheres, uma vez que projetos que ferem nossa existência enquanto sujeitos de direitos deverão ser desarquivados e votados nesta gestão, tais como o Estatuto da Família (PL 6.583/2013) (BRASIL, 2013) – que já tramitava no Senado em novembro de 2017 – e o PL 5.069/2013 (BRASIL, 2013). O primeiro reconhece a família apenas como “o núcleo formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais dos seus descendentes”. O segundo, “cria uma série de empecilhos para o direito constitucional de que as mulheres vítimas de violência sexual realizem aborto na rede pública de saúde” (DIP, 2018, p. 51). Não podemos nos esquecer, ainda, do Estatuto do Nascituro (PL 478/2007): [...] que privilegia os direitos do feto desde o momento da concepção, transforma o aborto em crime hediondo e estabelece penas de um a três anos de detenção para quem “causar culposamente a morte do nascituro” e de um a dois anos para quem “induzir mulher grávida a praticar aborto ou oferecer-lhe ocasião para que a pratique”. (DIP, 2018, p. 51) (VASQUEZ, 2019, p.603).

Por isso, considera-se importante reforçar o publicado por Vitor Taveira (2021) no site Século Diário referente à realização de uma "descomemoração" dos dois anos de publicação do decreto federal 9759/2019, conhecido como "Revogação", que extinguiu todos os órgãos colegiados com participação da sociedade civil, como comitês e Conselhos, que não tivessem sido criados por lei, em decorrência da mobilização de movimentos sociais e entidades por todo Brasil para realização deste feito, que ocorreram até o dia 17, apontando o impacto dessa medida em âmbito federal e as implicações para este estado.

Taveira também traz a observação do presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir) Rosemberg Caitano:

A nível nacional, a gente observa a ausência de quem monitore e fiscalize as políticas públicas federais. Os movimentos sociais tentam, mas não há conselhos deliberativos para isso em muitos casos. A nível de estado, as demandas ficam reprimidas e não conseguem chegar aos órgãos federais. É como represar um rio na nascente, esse rio vai morrendo aos poucos. E os conselhos estão “morrendo aos poucos”, relata Rosemberg Caitano, que é presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir). (TAVEIRA, 2021, s/p)

Foi, também, lançado um Manifesto-Ação sobre o este tema, reunindo mais de 300 entidades na sociedade civil como signatárias com objetivo de denunciar os efeitos negativos do desmonte das políticas de participação social pelo governo Bolsonaro, divulgar a importância dos Conselhos na defesa de direitos e políticas públicas e no combate à corrupção, e defender os Conselhos e a participação autônoma da sociedade civil em todas esferas de governo, e, ainda entre outras ações, incluir a exigência da restauração da participação plena da

sociedade civil nos Conselhos e a aprovação do Sistema Nacional da Participação Social. Consta nas considerações do Manifesto-Ação:

"Com muita mobilização social, desde a redemocratização construímos um novo paradigma de participação e controle social do Estado por parte da sociedade civil. À luz da Constituição Federal de 1988, os conselhos foram constituídos como espaços de deliberação conjunta entre representantes do governo e da sociedade civil, em assuntos de interesse público. São resultado da luta diária de muitas e muitos cidadãos. Ser conselheira (o) é ser voluntária (o) do aprimoramento e do aprofundamento da cultura democrática", diz o manifesto. (TAVEIRA, 2021, s/p)

Apesar de todos estes ataques à participação e ao retrocesso geral em relação aos direitos sociais e humanos, no país, o Conselho de Direitos da Mulher de Pelotas (COMDIM) segue resistindo e trabalhando em defesa das mulheres, mesmo em um contexto desfavorável, dando continuidade às atividades iniciadas em 9 de julho de 1992, através da Lei nº 3.552. Conforme citado anteriormente, este Conselho, à semelhança do Conselho Nacional de Mulheres, foi oriundo de uma mobilização de mulheres organizadas no Movimento Contra a Violência à Mulher. A motivação para essa significativa mobilização foi a ocorrência de três assassinatos de mulheres, entre maio de 1989 e abril de 1990, na cidade de Pelotas, e que foram cometidos por homens, sendo um empregado da família da vítima, e por ex- companheiros nos outros dois. (TAVARES, 2017).

Atualmente, o COMDIM visa “[...]elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, em todas as esferas da Administração Municipal, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania[...]”, como descrito no artigo 2º do capítulo I da lei 6.078 de 07 de janeiro de 2014. Portanto, observa-se que tendo se originado para combater a violência contra as mulheres o Conselho se propõe, desde 2014, a lutar por políticas de efetivação e garantia dos direitos da mulher, ultrapassando a focalização na violência de gênero.

Esta constatação, a partir do estudo preliminar sobre o COMDIM, mais especificamente, da Lei de criação e do regimento, associada às observações realizadas por ocasião da preparação e da realização do III Colóquio sobre Políticas Sociais: Práticas, Saberes e Estratégias Emancipatórias provoca a seguinte questão: a participação das mulheres no COMDIM de Pelotas está contribuindo para o processo de emancipação feminina? Para responder a esta questão principal, procurando destrinçar as múltiplas determinações que a constituem, julga-se importante responder a outros questionamentos: Quais os principais motivos da participação das mulheres no COMDIM de Pelotas? Quais têm sido os interesses defendidos e as principais lutas empreendidas pelo COMDIM? A participação no COMDIM produz alguma mudança na vida das mulheres? Quais? A participação produziu mudanças em relação às concepções de

gênero, de sociedade, de relações sociais? O COMDIM produziu algumas mudanças nas políticas públicas do município? Quais? O que as participantes do COMDIM pensam sobre emancipação feminina?

De fato, sabe-se que o COMDIM de Pelotas tem se mantido há 30 anos, completados em 2022, como um espaço de luta das mulheres de Pelotas em busca de um objetivo em comum: buscar a promoção dos direitos das mulheres e reivindicar políticas públicas para a concretização destes direitos.

Por outro lado, percebe-se que esta luta nem sempre consegue mobilizar um significativo número de mulheres e que dentro do próprio Conselho, há níveis de participação diferenciados, havendo momentos em que apenas uma minoria se mantém em permanente processo de mobilização e de controle das políticas públicas, como ocorre na maioria dos Conselhos, que, em última instância, dependem de um certo nível de conscientização dos(as) participantes para se manterem ativos. E, particularmente o COMDIM, além de enfrentar as dificuldades de uma política social que resiste à descentralização e à participação popular, ainda necessita enfrentar a cultura patriarcal e machista da sociedade brasileira.

Diante disso, conhecer melhor o COMDIM, como um mecanismo multifacetado, descobrir as contradições que o atravessam e reforçar as suas potencialidades para a conquista da emancipação feminina é um processo desafiador a que se propôs esta pesquisa, tendo em vista dar visibilidade e reforçar o processo de resistência da sociedade civil, que pode se constituir em mediação para o alcance da emancipação política das mulheres, e em estímulo para a transformação da sociedade, por meio da defesa de alguns princípios balizadores para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

### 3.3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Considerando o exposto, até aqui, foram estabelecidos os seguintes objetivos para a pesquisa:

**Objetivo geral:** Analisar se a participação no COMDIM de Pelotas vem contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas para as mulheres, para a emancipação feminina e a transformação social da sociedade.

**Objetivos específicos:**

- Identificar na trajetória do COMDIM as lutas realizadas, as principais dificuldades enfrentadas e as conquistas obtidas;
- Verificar a influência do COMDIM na compreensão sobre o conceito de gênero;
- Analisar a concepção de emancipação das conselheiras e suas implicações na ação do Conselho.

Considerando os objetivos pretendidos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, para conhecer a história das relações sociais e opiniões que as mulheres tinham de suas vivências, enquanto conselheiras do COMDIM, pois, conforme Maria Cecília Minayo (2007), este tipo de abordagem permite a investigação sobre a história de grupos e segmentos determinados e focalizados, bem como a percepção dos indivíduos implicados nas mesmas, para assim compreender a estrutura das relações sociais e culturais que se constituem no âmago das organizações. Tendo em vista a escolha do COMDIM, enquanto uma instância de participação que se mantém ativa na contemporaneidade, dentre as instâncias participativas de controle social democrático existentes na sociedade brasileira, a pesquisa se desenvolveu na forma de estudo de caso, que de acordo com Yin (2005, p. 32), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

Assim, tendo em vista obter um conhecimento mais aprofundado sobre as repercussões deste COMDIM nas conselheiras, foram realizadas entrevistas semiestruturadas<sup>10</sup>, para conhecer a sua trajetória histórica, e descobrir os motivos de sua criação, as lutas empreendidas, as conquistas obtidas, os interesses defendidos, os objetivos pretendidos e as mudanças, que foram ocorrendo durante o seu desenvolvimento. Para a aplicação das entrevistas, em primeiro lugar o período de existência do COMDIM foi dividido em décadas, a saber: primeira década de 1992 a 2001; segunda década de 2002 a 2013; e terceira década de 2014 ao presente ano de 2022, a fim de se obter uma visão de conselheiras de diferentes períodos. E, a seguir, foi solicitado às integrantes da coordenação atual do COMDIM, que indicassem três conselheiras de cada uma daquelas três décadas, tendo como critério as conselheiras consideradas como as mais atuantes no Conselho e que melhor conhecem a sua história. Após a indicação das conselheiras, foi estabelecido um contato motivacional com as indicadas, convidando-as para responder às entrevistas e agendar o dia e o local que julgassem mais conveniente (a própria

---

<sup>10</sup>Entende-se por entrevistas semiestruturadas aquelas que de acordo com Manzini (2012): “[...] tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica[...]. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta”. (2012, p.156)

residência, ou a Casa dos Conselhos) para serem entrevistadas. Entretanto, o prolongamento da pandemia de COVID-19, limitando as formas de interação social, tornou as entrevistas presenciais inviáveis, sendo substituídas por vídeo chamadas via Google Meet. Para atender aos preceitos éticos da pesquisa, foi usado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Vide Apêndice N. 2). E, após a realização da entrevista, foi atribuído um código a cada conselheira com o uso das letras do alfabeto.

#### 3.4. NOTAS SOBRE ODESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento da pesquisa, além da ocorrência da Covid-19, que impossibilitou as entrevistas presenciais, também correram imprevistos que ocasionaram a necessidade de retornar a solicitar outros nomes, pois algumas indicadas haviam se mudado de Pelotas e outra não foi localizada nos contatos indicados. No entanto, cabe destacar a grande contribuição da maioria das conselheiras entrevistadas, que não só se dispuseram a participar da entrevista, como algumas indicaram as demais conselheiras cujo depoimentos seriam pertinentes e, ainda, auxiliaram na efetivação dos contatos.

Após a realização das entrevistas, de acordo com o roteiro formulado (Vide Apêndice 2), os dados foram transcritos e, a seguir, foram lançados em uma Matriz de Análise, considerando as seguintes categorias: motivos de criação do COMDIM, as lutas empreendidas, as conquistas obtidas, os interesses defendidos, os objetivos pretendidos, as mudanças ocorridas nas concepções das conselheiras.

Após uma releitura desta Matriz de Análise, todas as descobertas foram analisadas e inter-relacionadas com o conhecimento já acumulado sobre Conselhos de direitos e com outras categorias da pesquisa: relações de gênero na sociedade brasileira, emancipação política e emancipação humana para procurar descobrir o que estava encoberto em relação à influência da participação das mulheres no COMDIM, no desenvolvimento de sua emancipação, na consolidação de políticas públicas para mulheres, e na transformação social.

Por fim, todas estas descobertas foram analisadas de forma inter-relacionada para descobrir as mudanças ocorridas no desenvolvimento do Conselho e para analisar e interpretar as múltiplas determinações que constituem a participação das mulheres no COMDIM de Pelotas e que influem no desenvolvimento da emancipação.

Assim, com estes procedimentos, considerando a historicidade e a totalidade das relações que constituem o COMDIM, buscou-se, por meio da análise crítica das múltiplas determinações que o constituem, em Pelotas, chegar à interpretação de sua realidade atual, considerando a sua trajetória histórica, construindo uma síntese sobre as relações existentes



entre a participação das mulheres, no referido Conselho, a emancipação e a transformação sociais, revelando aspectos que poderão contribuir para o fortalecimento do COMDIM de Pelotas.

## CAPÍTULO 4. CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER EM PELOTAS E A LUTA POR EMANCIPAÇÃO FEMININA: análise dos resultados da pesquisa

Este capítulo traz o resultado das entrevistas realizadas com as nove conselheiras, no período compreendido entre agosto de 2021 e junho de 2022, de acordo com a disponibilidade das entrevistadas.

Optou-se por apresentar os resultados da pesquisa, privilegiando as falas das entrevistadas, e para isso, o capítulo dividiu-se em cinco agrupamentos: Caracterização das entrevistadas, Origens e primeiros passos do COMDIM de Pelotas, Principais dificuldades, lutas e conquistas do COMDIM de Pelotas, A influência do COMDIM de Pelotas no debate sobre gênero, e por fim, A contribuição do COMDIM de Pelotas para a emancipação e para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Por fim, é realizada uma análise dos dados obtidos, a fim de construir uma síntese das descobertas relacionando com os objetivos da pesquisa.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS:

Para iniciar a análise dos dados obtidos com as entrevistas, será primeiro traçado o perfil das conselheiras entrevistadas<sup>11</sup>, elencando raça/etnia, escolaridade, renda, situação funcional, setor de representação e tempo de exercício no Conselho, a fim propiciar uma apresentação geral das participantes da pesquisa. Para isso, os dados foram organizados na Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1:** Caracterização das conselheiras

Entrevistada	Raça/etnia	Escolaridade	Renda mensal (Salário-mínimo)	Situação funcional	Setor de representação	Tempo de exercício
A	Parda	Ensino Médio	1,5 a 2,5	Não participa mais	Sociedade civil GAMP	+ de 10 anos
B	Preta	Especialização	8 a 12	Não participa mais	Sociedade civil Eleekó união de mulheres negras	4 a 6 anos
C	Branca	Especialização incompleta	2,5 a 4	Afastada atuando	Sociedade civil GAMP	+ de 10 anos

<sup>11</sup>As entrevistadas seguem a ordem das décadas 1992 a 2001- entrevistadas A,B e C, de 2002 a 2013- D, E e F, e de 2014 a 2022- G, H e I.

				como assessora		
<b>D</b>	Branca	Especialização	+ de 12	Não participa mais	Sociedade civil e Poder público GAMP, 5ªCRE	+ de 10 anos
<b>E</b>	Branca	Mestrado	4 a 8	Não participa mais	Sociedade civil GAMP	+ de 10 anos
<b>F</b>	Preta	Especialização	1,5 a 2,5	Não participa mais	Sociedade civil ONG Gesto	4 a 6 anos
<b>G</b>	Preta	Mestrado	2,5 a 4	Participa	Sociedade civil GAMP	+ de 10 anos
<b>H</b>	Mestiça	Especialização	4 a 8	Não participa mais	Sociedade civil GAMP	4 a 6 anos
<b>I</b>	Branca	Especialização incompleta	1,5 a 2,5	Participa	Sociedade civil GAMP	1 a 3 anos

Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando o perfil das entrevistadas, pode-se perceber, conforme os dados apresentados, que em relação a raça/etnia das 9 entrevistadas, 4 se identificam como brancas, 3 como pretas, 1 como parda e 1 como mestiça. Apesar dessa amostra não apresentar tanta diferença em números, é sabido que a questão racial, muitas vezes, interfere na participação das mulheres, visto que estamos inseridas em uma sociedade racista em que a mulher preta<sup>12</sup> se encontra em situação de inferioridade, se comparadas às brancas e aos demais segmentos sociais.

Quanto ao nível de escolaridade, 4 possuem especialização completa; 2 especialização incompleta; 2 mestrado; e 1 ensino médio. Aqui, se observa um nível muito bom de escolarização, visto que 8 entre 9 possuem graduação; 6 pós-graduação completa; 2 pós-graduação incompleta, e apenas uma possui o ensino médio. Portanto, pode-se considerar que o nível de escolaridade influi na questão da participação em busca de direitos para as mulheres.

<sup>12</sup>De acordo com Bell Hooks (2019, p.26): “As mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe”.

E como considera Alves (2000, p.237):

A maior escolarização e a profissionalização da mulher acarretaram um contato social mais amplo e constante; como consequência, o questionamento se intensificou e atingiu muitas áreas. Os seus efeitos estão presentes até hoje. Isto significa existir um descontentamento com o passado, uma análise depreciativa de como as mulheres eram criadas, da sua submissão, dos limites estreitos impostos ao seu movimento dentro dos grupos sociais e às possibilidades de escolha profissional.

Sobre a renda mensal, 3 recebem de 1,5 a 2,5 salários-mínimos; 2 recebem de 2,5 a 4; 2 recebem de 4 a 8; 1 recebe de 8 a 12; e 1 recebe mais de 12 salários-mínimos, evidenciando uma boa representatividade, quanto à classe social.

No que se refere à situação funcional no Conselho, 6 não participam mais, 2 participam atualmente e 1 está afastada, mas presta assessoria.

Na representação, as 9 representam ou representaram a sociedade civil, 7 pelo GAMP; 1 pela Eleekó - união de mulheres negras; e 1 pela ONG Gesto. Cabe ressaltar que uma das entrevistadas além de representar o GAMP, representou também a 5ª CRE pelo poder público em outra gestão.

O fato de todas terem sido representantes da sociedade civil, foi um critério escolhido pelas próprias conselheiras, quando foi feita a proposta da aplicação da pesquisa, a fim de proporcionar a visão daquela representação, por considerarem-na como sendo a melhor tradutora das concepções que perpassam o Conselho e o ser conselheira.

E, por fim, o tempo de exercício demonstrou que 5 das entrevistadas participaram por mais de 10 anos; 3 de 4 a 6 anos; e 1 de 1 a 3 anos. Relacionando o tempo de exercício com a década de participação, observa-se que na primeira década de existência do Conselho, as conselheiras permaneceram por vários mandatos, o que pode qualificar o desempenho do Conselho, devido à maior experiência das conselheiras, mas também reduz a multiplicação deste tipo de militância.

Após a caracterização das entrevistadas, que constituiu a primeira parte do questionário usado na pesquisa, será apresentada, a seguir, a análise dos dados obtidos com a segunda parte do questionário, que se referem à história do COMDIM, destacando as suas origens e os seus primeiros passos; a sua trajetória de lutas, dificuldades e conquistas; e a sua contribuição na discussão de gênero, e a luta pela emancipação e construção de uma sociedade justa e igualitária.

#### 4.2 ORIGENS E PRIMEIROS PASSOS DO COMDIM DE PELOTAS

Pesquisar sobre o Conselho de Direitos da Mulher de Pelotas revelou que sua história é marcada pela luta de mulheres que tinham a intenção de se organizar para conquistar seus direitos: “A gente tem que participar, eu acredito na importância da participação social, eu

acredito na força do coletivo, eu acredito que as coisas só virão se houver mobilização e pressão da sociedade civil, nada vem pronto do executivo infelizmente”. (Entrevistada C)

E nas palavras da entrevistada A:

A gente formou um grupo de mulheres que queriam mudar alguma coisa, a meta de melhorar a situação das mulheres. Aí, esse grupo foi crescendo e a gente foi se dando conta que precisava de uma organização, que não podia ser assim, cada um fazendo um grupo numa rua. E, “pras coisas” da gente se tornar mais um pouco oficiais, a gente precisava de alguém, de algo, uma entidade que nos acolhesse. Aí, então, a gente conversando, chegamos à conclusão que precisávamos de um Conselho, que era pra gente ser filiada ao Conselho. Naquela época, os Conselhos eram mínimos. E aí, então, veio o Conselho da mulher. A gente brigou bastante para conseguir, porque não precisava né? todas as pessoas que a gente pedia ajuda não nos diziam, mas agiam como se não tivesse necessidade, que era bobagem, aquela história de que precisava um Conselho. .(Entrevistada A)

Sendo assim, conforme os relatos anteriores, a motivação de algumas mulheres em ter um espaço político de reflexão e promoção dos direitos das mulheres conduziu a luta por um Conselho de Direitos da Mulher em Pelotas:

[...] assim, eu tinha muito claro, muito presente, que era importante esse espaço né? um espaço político de debate, de reflexão, pra promoção dos direitos das mulheres. Nós tínhamos acabado de sair de um processo de ditadura militar. Eu participei de todo aquele movimento da redemocratização, daqueles processos da constituinte. O bloco do batom fez toda aquela discussão da constituinte para implementar políticas públicas e políticas que viessem a promover os direitos das mulheres. Então, nesse ambiente de discussão e debate político era natural que a gente viesse, quando se constituiu o grupo a participar desse debate pra então criar em Pelotas esse colegiado que representaria os interesses da mulher pelotense na luta de implementação de políticas e de controle social, também. Então, essa foi a minha motivação: - A importância de lutar pela emancipação das mulheres, emancipação política, além do enfrentamento à discriminação, às violências. (Entrevistada D)

Ainda sobre a importância de constituir um Conselho da Mulher em Pelotas, a entrevistada B contribui:

Então, o Conselho era a única forma que se tinha desse diálogo era uma forma que nós mesmos tínhamos constituído de relação; então era a política que nós tínhamos constituído e nós estávamos buscando implementar a nível nacional e em todos os lugares se fosse hoje talvez eu não procurasse o Conselho hoje com certeza na vigência de um governo nacional e mesmo os governos estaduais e municipal governos que não valorizam o controle social essa seria uma proposta que não teria lugar, mas naquela época e naquele momento que era o crescimento dos governos populares democráticos, nós tínhamos todo interesse em estabelecer relação; então, eu para ser bem pragmática, eu te diria sempre que a gente está frente a governos democráticos e populares os Conselhos se estabelecem como ferramentas importantes de constituição de políticas públicas (Entrevistada B)

Tendo em vista estas análises feitas por entrevistadas, lembra-se o que Grunevald (2008, p. 13) afirma “[...] embora seja importante destacar que nem todos os Conselhos são

obrigatórios, como é o caso de alguns Conselhos temáticos, entre eles o Conselho dos Direitos da Mulher”, eles surgem graças à mobilização da sociedade em torno de uma temática de seu interesse ou interesse do poder público local, sendo importante destacar seu caráter propositivo em relação às políticas públicas, sem poder decisório. A sua existência depende de uma Lei de Criação a ser proposta pelo Executivo, que designará quais segmentos representativos terão cadeiras nos Conselhos. (TATAGIBA, 2002). Entretanto, para que isso ocorra, geralmente é necessário haver uma forte mobilização do segmento interessado na instalação do Conselho, o qual fará uma solicitação ao poder executivo, geralmente já encaminhando uma proposta prévia de regimento do Conselho.

O que torna a criação do Conselho um processo difícil, que exige luta e mobilização:

A gente custou muito, visitamos muitas autoridades, e assim só no peito, na cara e na coragem e até que nós conseguimos chegar na prefeitura, incomodamos bastante o prefeito, parece que era o Irajá o prefeito naquela época, e aí de tanto a gente incomodar, [...] a gente fundou o Conselho oficialmente e, tudo mais. Conseguimos fazer uma solenidade no salão nobre da prefeitura, convidamos gente de tudo quanto foi lugar. E, isso foi a criação do primeiro Conselho [...] (Entrevistada A)

Conforme Rocha (2009), as mobilizações e movimentos sociais que se estabeleceram politicamente no contexto sociopolítico brasileiro se distinguem, conforme as pautas que reivindicam, e estas se definem de acordo com as condições concretas de cada época, pela experiência histórica e política dos atores protagonistas.

Assim, os Conselhos de Direitos da Mulher são considerados temáticos e sua criação está vinculada à mobilização da sociedade em torno de uma temática de seu interesse ou interesse do poder público local, sendo importante destacar seu caráter propositivo em relação às políticas públicas, ainda que não possuam poder decisório. A sua existência depende de uma Lei de Criação a ser proposta pelo Executivo, que designará quais segmentos representativos terão cadeiras nos Conselhos. (TATAGIBA, 2002). Entretanto, para que isso ocorra, geralmente é necessário haver uma forte mobilização do segmento interessado na instalação do Conselho, o qual fará uma solicitação ao Poder Executivo, geralmente já encaminhando uma proposta prévia de regimento do Conselho.

Desta forma, entendendo a importância de uma estrutura, um espaço institucional onde as mulheres participassem e conseguissem a garantia de que suas demandas seriam apresentadas ao poder público, um grupo de mulheres junto com outras representantes da Igreja Católica, do Partido dos Trabalhadores, de sindicatos de professores, e com o Grupo Autônomo de Mulheres, que se organizaram no Movimento Contra a Violência à Mulher, passou a lutar pela implementação do COMDIM em Pelotas, o que aconteceu em 1992 através da Lei nº 3.552.

A implementação do COMDIM é considerada um importante avanço para a conquista de políticas públicas para as mulheres, na visão das entrevistadas E, H e D:

A gente sabe o quanto foi importante essa atuação, o quanto é fundamental que a gente tenha políticas públicas e institucionalize esses espaços, tenha o reconhecimento da sociedade e das instâncias de poder né, é uma forma de demonstrar e publicizar a nossa luta, e formalizar até mesmo essas lutas, através de plataformas de discussões, de proposições de leis e normatizações. (Entrevistada E)

Foi a primeira estrutura que eu entendo como necessária pra organização das mulheres pra conquistar os seus direitos {...} como todo Conselho popular para garantir que o poder público escute a voz da sociedade. Isso é algo que foi conquistado, então a criação do Conselho era o primeiro passo, pra depois as mulheres terem conquistas, pra gente ter visibilidade. Então o Conselho pra mim é o primeiro passo dentro da sociedade para posteriores conquistas. (Entrevistada H)

Então, nesse ambiente de discussão e debate político era natural que a gente viesse a quando se constituiu o grupo assim, a participar né desse debate pra então criar em Pelotas esse colegiado que representaria os interesses da mulher pelotense na luta de implementação de políticas e de controle social também, então né essa foi minha motivação a importância de lutar pela emancipação das mulheres, emancipação política, além do enfrentamento à discriminação, às violências. (Entrevistada D)

Foi lembrada a influência do GAMP na criação do COMDIM e a caminhada de luta dessas duas instituições:

O Conselho ano que vem vai fazer 30 anos e o GAMP também, caminham juntos, o GAMP trabalhou para criação do Conselho, que veio de um Projeto de Lei que a vereadora Cecília Hipólito apresentou. Passou por duas vezes, primeiro o então prefeito Anselmo não assinou, aí na segunda vez, não sei se foi o Irajá<sup>13</sup>, que assinou o Projeto de Lei pra criação do Conselho da Mulher. Então, caminham juntos né [...]

O COMDIM tá junto com o GAMP praticamente no apoio de conquistas de todas que a gente chama de organismos públicos para as mulheres né, desde a questão dos centros de referência, tanto da área do enfrentamento à violência, que é a rede de enfrentamento à violência, como de outras. É tipo ajuda no observatório das universidades, as pessoas e instituições pensarem estruturas que acolham as mulheres, e a gente tem muito porque a cada pessoa que senta aqui e faz parte de um debate, ela leva isso né, hoje a gente tem núcleos de debate de gênero no IF, debate de raça e classe também no IF e nas universidades. Então, tem uma super influência na ação em todas as áreas, é sutil, às vezes? É sutil, mas é muito importante pra nós, porque esse processo da mudança social pra quem tá trabalhando com políticas sociais, tu sabe que não é de um dia pra outro. É muito lento, e é isso assim, é um passo de cada vez, essa coisa do sistema que eu “tô” te falando, que a gente já estava nesse avanço. (Entrevistada G)

O COMDIM é considerado pelas entrevistas A e D:

Olha eu entendo que o COMDIM de Pelotas é uma ferramenta que a gente tem, pra dar um pouco de poder as mulheres. E, se as pessoas usarem o Conselho, a sociedade usar o Conselho de acordo com a finalidade dele, para o que ele serve e foi criado, ajudará em muita coisa, né (Entrevistada A)

Ele é um órgão, é um colegiado que defende as mulheres. Acho que tem essa preocupação de representar e defender direitos das mulheres, ouvir as suas necessidades

---

<sup>13</sup>O prefeito Irajá Andara Rodrigues, assinou o Projeto de Lei para criação do COMDIM.

e buscar implementar as políticas públicas, o que a mulher individualmente não tem condições de levar adiante né [...] a importância com as mulheres é exercer o controle social é fiscalizar, monitorar se a prefeitura, no caso os órgãos públicos, estão cumprindo a legislação que protege as mulheres. O nosso papel é de exercer o controle social e isso é fundamental. A gente tem bem claro que isso nunca é 100% perfeito, mas a gente até desenvolve um trabalho legal nessa linha, porque individualmente as pessoas não têm condições de fazer esse enfrentamento, agora de uma forma coletiva, a gente consegue muita coisa. (Entrevistada D)

O COMDIM é considerado, também, como um canal de diálogo e força das mulheres:

Ele é um coletivo de mulheres, ele representa a força, a vontade e a voz dessas mulheres, principalmente aquelas que se encontram em uma situação desprivilegiada, numa situação de não ter, muitas vezes, voz pra manifestar as suas demandas. O COMDIM representa um canal de diálogo embora esse canal não seja ele muito aproveitado, porque as mulheres que moram na periferia têm dificuldade de se articular ou de participar dos encontros, das reuniões, das assembleias, do próprio COMDIM, muitas vezes pela falta de dinheiro pra custear o transporte, não ter com quem deixar seus filhos, outras vezes por não se achar que estão aptas a participar, não se achar em condições de participar, ou não ter nem uma roupa melhor pra se apresentar numa reunião. Eu acredito que os Conselhos ainda são vistos como órgãos elitistas por essas mulheres. (Entrevistada D)

É considerado como início de organização das mulheres:

O COMDIM representa o início de tudo da organização das mulheres e de acolher inclusive as mulheres que já estão organizadas, também, ou por local de moradia, ou por dentro de estruturas religiosas[...] o Conselho cumpre esse papel de poder juntar a sociedade civil e ao mesmo tempo reivindicar do poder público e chamar também a sociedade civil pra tá ali dentro do Conselho. E, caso essas pessoas e os agrupamentos não venham o Conselho deve ir até esses agrupamentos fazer com que tenha essa interação de conscientização dos direitos e do empoderamento das mulheres. (Entrevistada H)

E era, para a entrevistada B, a única forma de diálogo, a política que as mulheres tinham naquele momento:

Então, o Conselho era a única forma que se tinha desse diálogo, era uma forma que nós mesmos tínhamos constituído de relação, então era a política que nós tínhamos constituído e nós estávamos buscando implementar a nível nacional e em todos os lugares. Se fosse hoje, talvez eu não procurasse o Conselho, hoje com certeza na vigência de um governo nacional e mesmo os governos estadual e municipal, governos que não valorizam o controle social essa seria uma proposta que não teria lugar, mas naquela época e naquele momento que era o crescimento dos governos populares democráticos nós tínhamos todo interesse em estabelecer relação então eu para ser bem pragmática eu te diria sempre que a gente está frente à governos democráticos e populares os Conselhos se estabelecem como ferramentas importantes de constituição de políticas públicas quando a gente está frente à governos não democráticos ou neo fascistas os governos eles funcionam muito mais como um sistema regulador. Mas tu tens que estar ali, mesmo não acreditando que aquilo que for propor vai ser estabelecido, mas tu tem como espaço de denúncia e desconhecimento dos governos a gente não pode esquecer que os Conselhos são espaços paritários, eles não são espaços dos movimentos sociais eu vejo muitas vezes uma confusão.

Considerando tais análises, cabe, ainda, o reconhecimento da importância e os avanços que os Conselhos representam na criação de uma institucionalidade participativa, resultado da luta pela construção de uma cidadania “desde baixo”. “A disseminação das instituições



participativas pelo país, como os conselhos, orçamentos participativos e fóruns, evidencia que apesar de todas as resistências e contramarchas, o projeto participativo se impôs como princípio na sociedade brasileira”. (ALMEIDA, TATAGIBA, 2012, p.72)

Como pode se observar a partir das contribuições das entrevistadas, o COMDIM é uma importante estrutura de participação feminina, fruto da luta e mobilização das mulheres pelotenses pela representação e defesa de seus direitos.

Mas, como todo o Conselho, o COMDIM apresenta suas limitações, dificuldades e suas conquistas e essa será a temática apresentada no item a seguir.

#### 4.3 PRINCIPAIS DIFICULDADES, LUTAS E CONQUISTAS DO COMDIM DE PELOTAS

Como já abordado no item anterior, a implantação do COMDIM foi resultado da organização e da luta de um grupo de mulheres. E, a sua trajetória continuou sendo marcada por dificuldades e lutas, sendo que algumas delas resultaram, também, em importantes conquistas para as mulheres de Pelotas.

Nos primeiros anos do Conselho, conquistar as mulheres para participar dele e da luta política, também foi considerado como uma dificuldade:

Então, nós éramos fundadoras do Conselho e na época era tudo muito novo. Então as dificuldades começavam desde conquistar as mulheres. Fazer entender que, quem não discute política, vai ser comandada pela política.

Ir pra política era um grande desafio. Então, o desafio começava interno, eu mesmo era assim super-resistente com essa coisa de relação com os partidos, então começa por aí. Depois, era conquistar a parceria dentro do governo. Depois, nós passamos pelo desafio de ter um espaço público reconhecido, então nós caminhamos por vários lugares até chegar ali no casarão né, o casarão ali da praça que ali foi estabelecido, era um lugar sem estrutura, mas a gente ocupou aquele espaço exatamente com a consciência de que a gente precisava participar dos espaços públicos. (Entrevistada B)

Foi apontado que a acumulação internacional e a construção das lutas das mulheres que a conferência de Begin contribuiu e a dicotomia ONG e movimento:

Nós estávamos no início do processo, a gente vinha da conferência internacional de Begin. Eu fui participar representando as mulheres da região sul. Então, a gente vinha dessa construção, a gente vinha da construção das lutas desses governos democráticos. Então, a gente vinha com muito acúmulo internacional. Era uma época que as grandes cooperações internacionais estavam investindo nas construções o que causava uma outra dificuldade, que era dicotomia entre ONG movimento, que era uma dicotomia importante. Quer dizer, as ONGs tinham todo o interesse de seguir a agenda internacional dos financiamentos, e o movimento tinha todo o interesse de responder às necessidades das mulheres do local. Então, isso depois inclusive dá um destino às mulheres que estão no COMDIM, algumas vão para o movimento e outras permanecem com uma pauta mais focada. (Entrevistada B)

Foi comentada, também, a confusão entre Conselho e movimento social que na visão da entrevistada B existe:

Em termos dos Conselhos de direitos existe essa grande confusão de transformar o Conselho no espaço do movimento social e aí a gente acaba atuando no Conselho como movimento social, fazendo coisas de movimento social e não estabelecendo o real objetivo do Conselho que é fazer com que o governo desenvolva as políticas que o movimento social leva pro Conselho. Isso, eu acho que é o grande problema. Assim, a gente sem verba não tem fundo real pra esse processo. E, hoje eu acredito, que na atualidade é profícuo ter interlocução com os Conselhos que não são de direitos, mas são constitucionais como da saúde, da educação, da assistência social. A gente precisaria interferir lá, porque eles têm como passar a verba, lá a gente deveria fazer, eu hoje particularmente reflito se é se na atualidade é esses Conselhos que poderiam fazer.

A questão da falta de recursos financeiros foi uma constante maioria nas respostas das entrevistadas. Os relatos a seguir demonstram as principais dificuldades enfrentadas pelo Conselho:

[...] a gente sabe que os custos dos Conselhos de direitos têm que ser elencados pelo executivo. A lei é criada pelo legislativo, mas a verba é constituída pelo executivo, então trabalhar sem verba destinada é uma dificuldade (Entrevistada B)

[...] é a liberação de recursos orçamentários do município para custear as despesas de viagens, de capacitação, de impressão de cartilhas. Essa é uma dificuldade que a gente sempre vivenciou. (Entrevistada C)

Uma outra questão que eu acho importante é a pouca valorização do poder público e o baixo investimento nos Conselhos de direitos [...] (Entrevistada D)

[...] ter espaço de participação, na concepção por exemplo, do orçamento municipal para que tivesse verbas, pra existência do Conselho, pra participação do Conselho nas instâncias superiores e congressos de discussões. (Entrevistada E)

[...] sobre as dificuldades a gente tinha essa dificuldade de não ter local próprio de não ter verba própria. Pra fazer alguma ação, a gente tinha que conseguir parcerias. (Entrevistada F)

Sempre foi recurso, é isso sim... mas eu acredito nas redes de comunidades, de pessoas e de instituições pra realizar ações quando não tem recurso. A dificuldade era a gente não ter um pouco mais de recurso pra liberar as pessoas para as ações[...]. Os Conselhos ainda são inviabilizados, invisíveis pros gestores, os gestores mantêm forte os Conselhos que ajudam eles a trazer recursos. O Conselho da Mulher pelo contrário, ele não ajuda a trazer nenhum recurso. Ele ajuda a investir, pois ele é um Conselho de direito. (Entrevistada G)

[...] o Conselho da Mulher e outros Conselhos que existem, é como se tu tivesse um espaço para seguir reivindicando, mas nunca foi destinado um valor pra que o Conselho pudesse atuar, fazer o seu material de propaganda do Conselho, fazer o material de conscientização de mulheres. (Entrevistada H)

Nessa questão dos recursos, também foi citada a falta de equipamentos, material de expediente e local adequado:

[...] a questão do local, nós passamos por vários prédios pra funcionamento do próprio COMDIM, até chegarmos em 2000, quando o prefeito Fernando Marroni implantou a Casa dos Conselhos, então ali nós já tínhamos um espaço considerado nosso, mas ainda sem salas próprias, a gente andava com as pastas, os livros e os documentos nós íamos pro auditório, ou então de sala em sala. Agora, no início desse ano recentemente que foi instalado assim a sala fixa do COMDIM. Falta equipamento, o COMDIM, não tinha um notebook, uma impressora, então tudo dependia da administração da casa dos Conselhos. (Entrevista C)

[...] as condições estruturais ali de ter um espaço adequado, de ter computador, de ter secretária, material de expediente, telefone né? Então, nós tivemos momentos que trabalhávamos num prédio que caía, tivemos naquele da praça antes de ser restaurado. Nós estávamos em uma oportunidade e o teto caiu, teto de gesso caiu do nosso lado, lá bem no início, na década de 90. Já tivemos uma outra casa que era bem longe na Cassiano, uma casa velha, bem feia, isso tudo facilita ou dificulta, no caso, a nossa atuação. Ter acesso a telefone, precisamente computador, internet né, é fundamental pra que a gente possa se dedicar né, o que que ocorre, acaba que no geral a gente faz uso do nosso material pessoal da gente né, eu no caso o meu escritório, outras colegas do material que tem em casa. (Entrevistada D)

[...] a gente tinha essa dificuldade de não ter local próprio de não ter verba própria pra fazer alguma ação a gente tinha que conseguir parcerias [...] a gente não tinha Datashow, não tinha folha, não tinha lugar pra tirar xérox, não tinha nada. (Entrevistada F)

A entrevistada H considera que o Conselho acabou não tendo o investimento que devia:

Esse recurso que o Conselho tem direito e ao mesmo tempo o poder público prestar conta pro Conselho do que investe “pras” mulheres, por exemplo, na saúde da mulher, quanto que investe para o empoderamento da mulher, pra políticas sociais de inclusão da mulher no mercado de trabalho, nunca isso acabou acontecendo. O Conselho tem zero de recursos, pra poder ter o mínimo de autonomia. Então, toda vez que o Conselho vai fazer uma atividade, seja no 8 de março por exemplo, tem que ir lá com o pratinho mendigar pra prefeitura os recursos pra divulgar o trabalho. Aí, normalmente a prefeitura pede pra entrar junto: - Ah, é uma atividade do Conselho, então vamos organizar junto, a prefeitura e as entidades...

E, essa falta de autonomia prejudica o Conselho e suas ações:

Então, o Conselho acaba não criando essa fisionomia própria, certo? Uma estrutura que está pra fazer a defesa da mulher né, porque infelizmente como o governo investe os seus recursos do orçamento, demonstra de que lado esse governo tá, se ele aplica na educação, se ele aplica na saúde, não como gasto e sim como investimento, sem dúvida nenhuma, ele vai tá gerando mais igualdade social e vai tá gerando mais inclusão social. Agora, no momento que o Conselho não tenha essa autonomia é como se o Conselho pra prefeitura fosse um departamento da prefeitura né, ela investe e o Conselho tem que depender da prefeitura pra poder ter recurso pra fazer algum evento, então essa falta de autonomia pra mim é o que emperra o crescimento do Conselho todos esses anos e provavelmente ainda vai ter um bom tempo, enquanto não tiver um governo efetivamente comprometido. (Entrevistada H)

Foi citada, também, a difícil relação entre o Conselho e o poder público:

O poder público, lá do poder público, tudo que a gente precisava do poder público era uma tristeza pra conseguir. É, tinha que ter algum conhecido da gente que tivesse alguma influência pra conseguir uma ... uma entrevista lá que fosse, um momento pra gente conversar e tudo mais, e era muito difícil com o poder público. (Entrevistada A)

Portanto, como todo Conselho temático, o COMDIM de Pelotas não possui recurso financeiro para custear suas ações, neste sentido Grunevald (2008) contribui afirmando que:

[...] os conselhos temáticos não possuem verba fixa, necessitando disputar estas verbas junto ao poder público. Uma característica constante nos diferentes conselhos é o fato de possuírem representantes do poder público e da sociedade civil. Como destacado anteriormente, o Conselho dos Direitos da Mulher é caracterizado como um conselho temático, ou seja, um conselho que não é obrigatório e depende de reivindicações da sociedade civil para ser implantado. Neste sentido, o Conselho dos Direitos da Mulher CMDM é um órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador, tendo por objetivo formular e propor políticas públicas, medidas e ações para garantia dos direitos da mulher. (GRUNEVALD, 2008, p.13)

Entretanto, como algumas conselheiras comentaram, é preciso garantir condições para que os Conselhos consigam exercer plenamente as suas funções e não só em nível municipal, mas também de forma articulada com outras instâncias para conquistar políticas públicas mais amplas em nível estadual e nacional.

Apesar da falta do recurso aparecer na maioria das respostas das entrevistadas, existem outras dificuldades apontadas que são relevantes nessa discussão, como a efetivação do próprio Conselho:

A primeira dificuldade foi de nomear o Conselho de fazer com que ele saísse do papel, foi uma luta bem importante assim, se não me engano foi no mandato do Irajá não me lembro direito em que ano, que foi nomeado o Conselho, isto é, que ele passou a existir. A primeira luta foi essa. Então, a primeira dificuldade foi essa, já fazia muitos anos que havia sido aprovada a lei de existência do Conselho e ele não saía do papel. (Entrevistada E)

Apareceram, também, nas respostas, dificuldades em relação à representatividade e desconhecimento do papel do Conselho:

Bom, assim as principais dificuldades eram com relação a representatividade. As pessoas iam para o COMDIM indicadas por órgãos, só que essas pessoas não faziam, não levavam pra dentro do seu órgão tudo aquilo que era discutido no COMDIM, então elas eram indicadas pelo seu órgão, mas na verdade a fala delas era muito mais individual e pessoal do que uma fala representando seu órgão. Então, essa era uma grande dificuldade que encontrávamos. O controle social dentro do Conselho é muito tênue, muito frágil, ou pelas pessoas que não tem formação, ou pessoas que são amigas do gestor, ou pelas pessoas que não tem tempo, ou pelas pessoas que não sabem como exercer, também, e há falta de formação do conselheiro. (Entrevistada C)

Então, eu acho assim, são algumas questões, algumas fragilidades por parte de algumas companheiras há um certo desconhecimento do papel de um Conselho de direitos. As pessoas são incitadas pelos seus órgãos ou instituições, ou até as representantes do poder público, e vão pro Conselho e não tem muito claro o papel do Conselho, as atribuições do colegiado, desse coletivo, isso é uma fragilidade, uma dificuldade. (Entrevistada D)

Outro aspecto que foi citado diz respeito à sobrecarga feminina e a dificuldade de participação no Conselho:

Outra dificuldade também que a gente sentia é que nem sempre as pessoas tinham liberação do seu órgão para poder participar. Eram indicadas, mas se surgia uma demanda, uma prioridade, elas não tinham condições de estar presente. Infelizmente, as pessoas que integram o Conselho são as pessoas que já acumulam vários

compromissos, trabalham numa atividade em um dia bastante envolvido em compromissos de trabalho. Eu vejo que, infelizmente, o Conselho não avança muito, porque é pouco o tempo que as pessoas têm condições de contribuir, ou que terão condições de disponibilizar. Assim, os Conselhos não se fazem somente durante as assembleias, ele precisa ter pessoas que tenham uma disponibilidade maior, pra poder se envolver no processo do controle social.

Por exemplo, tem que ter uma comissão permanente de acompanhamento e monitoramento dos serviços destinados à mulher, quem é que vai fazer esse trabalho? Envolve dedicação, conhecimento e tempo. (Entrevistada C)

Neste sentido, a entrevistada D contribui:

Uma outra dificuldade é a questão mesmo de necessidade de sobrevivência, quer dizer, as mulheres ficam sobrecarregadas pra além do trabalho profissional delas, que a grande maioria são todas profissionais, elas têm a família, outras ocupações; então, isso debilita ou dificulta ou limita a possibilidade de uma inserção maior, de uma participação maior, a própria leitura eu diria assim, porque quando tu perguntas inicialmente ali né qual é o perfil, eu achei interessante identificar, se uma mulher que é trabalhadora que tem que se dedicar ao seu trabalho, a sobrevivência, manutenção da família e a militância né? social e política, ela tem mais dificuldade do que aquela pessoa que tem todo um apoio familiar e logístico como eu digo, entende?[...] e a gente tem que considerar esses marcadores sociais, que limitam a participação das mulheres, isso é uma questão muito importante e é sempre bom enfatizar. A gente, as vezes, diz: - Ah, a mulher não quer participar, não se interessa pela política pela participação social, se a gente for ver a maioria das integrantes de todos os Conselhos, não só o das mulheres, o da criança e do adolescente, o da assistência social, a maioria dos Conselhos a participação é muito maior das mulheres, só que claro, tem esses limites que eu te digo, de poder se dedicar, aprofundar um pouco mais o seu trabalho assim, voltado pra essa atividade coletiva por conta de outras tarefas também. Então, a mulher é sobrecarregada. Esses aspectos assim, que eu acho que são limitações, fragilidades, dificuldades de exercer uma dedicação maior. (Entrevistada D)

Foi citada também, a pandemia de Covid-19 como um limitador da atuação do COMDIM:

No ano passado, infelizmente, o Conselho ficou fechado quase todo o ano por causa da pandemia, até poderia ter acontecido reuniões, mas a desmotivação foi tão grande, que o Conselho fechou ano passado. Ele foi reaberto em janeiro desse ano, porque começamos a cobrar, e ajudar, contribuir e assessorar, aí a gente montou uma comissão eleitoral que funcionou e hoje temos o COMDIM já renovado, e que ele precisa receber alguma formação. (Entrevistada C)

Pandemia, porque a gente não pode pensar ações fica tudo muito restrito e a minha dificuldade agora é aceitar isso que a gente tá falando pra nós mesmas. Nós não nos conhecemos, é difícil falar com quem a gente nem conhece. Tu tá em casa, mas não tá disponível. (Entrevistada I)

Outra dificuldade apontada é a invisibilidade dos Conselhos para os gestores:

Quando eu achei que as conselheiras precisavam de mais autonomia eu me envolvi com o Fórum dos Conselhos, que hoje nos garante esse espaço aqui conquistado com muita luta. Os Conselhos ainda são invisíveis pros gestores, os gestores mantêm forte os Conselhos que ajudam eles a trazer recursos. A gente tá constantemente provando que somos importantes, somos fundamentais, provando e esclarecendo a nossa política que é uma política difícil de entender né. Mas o que que vocês querem mais? A gente ouve, que as mulheres já podem tudo, inclusive, e é esse o pensamento do gestor né? E, então,

se eu não dou credibilidade, não conheço a política, não dou recurso, né? Pra que que elas vão precisar de dinheiro? Então, é essa a luta que se mantém. (Entrevistada G)

Se considerou também a importante ferramenta que o COMDIM representa e a falta de visibilidade dele para a sociedade civil, para as comunidades e para as próprias mulheres:

É uma ferramenta estratégica que as mulheres não sabem que tem, não se apropriaram ainda. [...] a dificuldade, também, é a comunicação. Nós deveríamos ter marketing de tudo que a gente faz, mas não se tem, não dá tempo. As vezes, não tem recursos, o recurso também seria um pouco pra isso né, pra dar visibilidade do que acontece, não só dentro do Conselho da mulher, mas em todos os Conselhos. (Entrevistada G)

Foi citada a questão do machismo:

E a outra dificuldade era a sociedade que não aceitava o que mulher dizia, assim essas coisas. O machismo né, o bicho feio aquele o machismo. O pior é que o machismo não é só dos homens, umas se deixam dominar pelos maridos, companheiros, sei lá, e outra tem outro motivo que é a criação, a educação das mulheres é aquela né, ainda é, infelizmente, aquela de fazer comida, bordar... (Entrevistada A)

E, ainda, nas dificuldades foi apontada a falta de inclusão da questão racial na teoria feminista discutida em âmbito internacional:

Bom, eu vou te dizer assim, primeiro dentro das dificuldades ainda eu era uma das pioneiras, eu acho. Nós éramos na verdade mulheres negras, e nós enfrentávamos o crescimento da teoria feminista naquele momento, e a grande dificuldade era o recorte racial, que cruzava com essa agenda internacional, e que não era levado em consideração. Então, o racismo não era naquele momento determinante nessa concepção [...] a dificuldade conceitual foi um embate real, que leva hoje uma sequência de mulheres negras a assumirem a presidência do COMDIM, e levarem essa pauta, e fazerem com que as mulheres brancas do COMDIM aceitem, não sei se ainda... Tenho dúvidas... (Entrevistada B)

A entrevistada G considera que é necessário que as beneficiárias das políticas também participem do processo de construção:

Pra traçar o plano municipal, a menina que tá lá no quilombo não tá discutindo, porque nós estamos defendendo os direitos de meninas que estão lá na periferia. No quilombo, que não tem nem ideia do que a gente “tava” fazendo, e que se Deus quiser daqui a pouco ela vai ser beneficiária. Ela tinha que saber que isso é energia, que eu deixei meu lazer pra ficar pensando nessa política, e que nós ficamos no dia 15, até 10 horas da noite, pensando no que nós íamos botar. O que a gente apresenta na conferência é resultado de muita discussão. Nós já tínhamos uma mobilização dentro do Conselho pra chegar na conferência com proposta, e a gente nem sabe se conseguiu botar pra fora a proposta.

Assim, ainda na visão da entrevistada, as mulheres precisam se apropriar das políticas:

Dessa luta política as mulheres precisam se apropriar. A política social envolve ela quando acorda, quando ela levanta e vai na geladeira pega um alimento e aquele alimento não tiver com qualidade, tem o Conselho de Segurança Alimentar... Envolve ela quando ela vai botar um vestuário e percebe: - Ah, não tenho roupa ... tem o Conselho de Assistência Social ... a questão dos filhos, o Conselho da Criança e do Adolescente. A política social se conquista dentro do Conselho, atuação dentro do Conselho [...] esse diálogo permanente, constante com o poder público, porque se deixar ele vai usar os recursos que tem pra outras coisas, pro que aparece. (Entrevistada G)

Na visão da entrevistada, é necessária a discussão sobre as políticas sociais para poder lutar por elas:

Então falta isso assim, mais divulgação “pras” pessoas poderem entender, mas também não é simples de entender esse processo de construção política, se tu tem muita pressa tu não tem nem paciência né? Então isso falta, precisa ser debatido em sala de aula, é até uma ideia de a gente jogar uma PL que a gente consiga falar de políticas sociais. A gente precisava falar de política social. A política social está dentro da tua casa, a gente precisa falar de política social pros nossos filhos, pra eles já saírem de casa, sabendo que tem direitos e deveres, a gente não conhece esses direitos e se não conhece não luta por eles. (Entrevistada G)

A entrevistada G ainda contribuiu falando dos retrocessos dessa conjuntura que afeta o Conselho Nacional dos Direitos da mulher, o Conselho Estadual e as políticas para as mulheres:

Conselho nacional dos direitos da mulher está extremamente fragilizado, primeira coisa que o presidente fez foi mudar tudo, cancelar conferências, desde que ele assume não tem conferência, nosso Conselho nesse mesmo período nós aqui do estado perdemos a rede lilás, perdemos o Conselho Estadual, foi até pra justiça porque se criou um fórum estadual de direitos das mulheres pra acompanhar essa briga pode-se dizer pela retomada do Conselho Estadual, não se conseguiu até hoje porque o Eduardo ignora isso, ele não apoiou e não vai apoiar e aí as gurias estão lá a gente tem um grupo de fórum, vivo, na resistência assim como nós em Pelotas. Nós tivemos o gostinho do que é bom sabe, tivemos a rede lilás que foi maravilhosa, nós saíamos por aí com o ônibus da rede lilás, nos quilombos, aldeias indígenas, teve um movimento muito bacana né, no governo petista né que era do Tarso também no estado também, aí quando o Bolsonaro assume e tira a secretaria que nós tínhamos, uma secretaria nacional de políticas para as mulheres, ele acabou com essa secretaria, ele fechou e abriu o ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, então acabou tirou os recursos.

Em síntese, as dificuldades apontadas pelas conselheiras são: conquistar as mulheres para a participação política, confusão entre movimento social e conselho, falta de recursos e investimentos, falta de equipamentos e local adequado para as reuniões, a própria efetivação do conselho, representatividade e conhecimento sobre o papel do conselho, sobrecarga feminina que dificulta a participação, invisibilidade do conselho para os gestores e para as próprias mulheres, a pandemia de Covid-19, o machismo e a falta de inclusão da questão racial nas pautas feministas

Como se pode perceber, os Conselhos municipais das mulheres possuem algumas particularidades, dentre elas, pode-se destacar sua representação de um segmento que historicamente tem sido minoritário em termos de presença e participação nos fóruns decisórios e nas instâncias governamentais. E, de modo geral, decorrem da luta de um grupo de mulheres que reivindicam a sua criação, e que após conseguirem, precisam continuar lutando pela sobrevivência do Conselho, pois não possuem verbas e infraestrutura para o seu funcionamento.

Por outro lado, possivelmente os Conselhos que tratam dos direitos da mulher consistam nos únicos locais em que as mulheres possuam a totalidade das cadeiras, o que não o exige da existência de conflitos, de interesses diversos, até mesmo divergentes. (SCHULZ, RODRIGUES, MENDES, 2013). E, por isso, eles se tornam importantes espaços de análise para descobrir suas potencialidades na luta pela emancipação feminina.

O COMDIM, enquanto espaço de luta, também teve importantes conquistas que são destacadas pelas conselheiras que participaram das entrevistas.

A entrevistada A considerou que o COMDIM contribuiu, trazendo a visibilidade da questão de gênero, que antes não era abordada:

Eu acho que foi a visibilidade da questão de gênero. No caso, a gente diz gênero agora, mas eu acho que é isso, a visibilidade porque não se falava isso e com o Conselho a gente começou a entrar na sociedade, nos grupos sociais, nas escolas um pouco também, e aí começou a aparecer essa dificuldade, mas é... eu acho que isso é uma conquista ter começado essa discussão. (Entrevistada A)

Outra conquista relevante para as mulheres de Pelotas, foi a criação da Casa de Acolhida Luciety:

Olha posso te dizer assim, em termos de serviços, eu diria o Abrigo Luciety que foi um serviço implantado em 2002, a partir de recursos que vieram do Estado, e de recursos do município, a partir da cedência do prédio, onde hoje está instalado o Abrigo, que antes era em uma escola. (Entrevistada C)

Olha assim, a questão do Centro de Acolhida para as mulheres vítimas de violência [...] Existe uma política de planejamento familiar<sup>14</sup> né, tem uma lei vigente em Pelotas, que se ela não é efetivada é muito por conta de falta de compromisso político dos governos, mas existe essa lei, ela é bem ousada até em relação a ausência de planejamento familiar, que existe dos municípios. (Entrevistada E)

O COMDIM foi um dos que junto ao movimento todo pressionou a prefeitura pra ter a Casa de Acolhida como um espaço para receber mulheres que tão correndo risco de vida. Eu considero, também, que de uma certa forma também todas as estruturas que foram criadas na cidade passam por debates que também foram feitos lá dentro do Conselho. E, eu acho assim, que o GAMP cumpre muito o papel de provocar esse debate lá dentro, mas que também não dá pra dizer que não são conquistas do Conselho muitas vezes eu fui enquanto conselheira fazer... a gente tem por exemplo direito de entrar na Casa de Acolhida e fazer uma fiscalização, de representar o Conselho pra exigir que o atendimento à mulher que foi vítima de violência, aconteça no primeiro momento. (Entrevistada H)

Foi considerada também uma agilização no atendimento à mulher:

Então, essas conquistas de uma agilização no atendimento da mulher, de ter sido criada a Rede que tem a representação. A Rede ela é um pouco maior que o Conselho. A Rede tem a representação por exemplo, da delegacia da mulher, do judiciário, de várias instituições. É uma rede que é pra agilizar o atendimento à mulher; então, me parece assim, que o Conselho teve também à frente de tudo isso, mas poderia ter sido bem melhor se o Conselho tivesse recursos, tivesse sido investido nesse Fundo. E, normalmente, dentro do Conselho a sociedade civil, que impulsiona o Conselho a reivindicar. (Entrevistada H)

<sup>14</sup>Lei nº 4224 de 19 de novembro de 1997, que dispõe sobre o planejamento familiar no âmbito do município de Pelotas e dá outras providências.



A entrevistada destacou a influência do COMDIM em todas as áreas, inclusive da saúde da mulher:

Então tem sim, o COMDIM tem muita influência, em todas as áreas pode-se dizer. Hoje, na Secretaria de Saúde, por exemplo, tem um núcleo de saúde da mulher e agora nossa briga até semana passada é que se colocasse, ampliasse o olhar da questão da saúde da mulher, a mulher não é mulher só quando está gestante, o plano de saúde só falava na mulher gestante e que amamentava, não! Eu “tô” coroa e quero me enxergar num plano de saúde municipal, tem que aparecer a questão das mamografias, graças a Deus a gente conseguiu incorporar muita coisa bacana no plano de saúde por quê? Porque tem uma luta do Conselho, porque a gente tá de olho, a gente preparou outras mulheres pra ir lá pra dentro pra questionar isso, então acho que tem muita coisa que o Conselho vai conquistando. (Entrevistada G)

A conselheira B apontou a capacitação dos profissionais e a primeira Conferência da Mulher no Rio Grande do Sul, como conquista:

Na época a gente era início, então acho que o grande avanço foi a capacitação. Capacitamos profissionais de vários segmentos, conseguimos capacitar o processo da educação, na saúde, porque era minha área de atuação, era a efervescência. Nós estávamos no meio da questão da AIDS, então a questão de colocar preservativo feminino à disposição na época muito difícil, a gente só tinha amostras na época, mas a gente conseguia fazer isso, e a gente conseguiu, essa luta toda, não sei se só do COMDIM, mas tem umas políticas por exemplo é a partir do COMDIM, que gera redes de apoio as mulheres vítimas de violência. Então, são os Conselhos Municipais que acabam levando uma secretaria estadual que acaba reforçando essas questões de apoio. É junto com o COMDIM que o estado consegue fazer as questões das mulheres pescadoras, das mulheres trabalhadoras rurais, com os COMDIMs municipais que a gente consegue fazer a primeira conferência nacional. É porque a primeira conferência de mulheres no estado do Rio Grande do Sul, na gestão da gente, a documentação “pras” mulheres pescadoras, isso eu junto um pouco o COMDIM com a minha ação como secretaria de estado, porque é essas pautas que o COMDIM vai estabelecendo, que a gente vai levando. O boom da economia solidária das mulheres, que ficou muito como um espaço, esse sim, de emancipação tanto psicológica, muito pouco econômica, porque como eu disse a gente não se contrapunha ao capital. Acho que o grande avanço era a gente estar iniciando o processo e a capacitação né? a formação, era isso que nós conseguíamos na época, as marchas, material de divulgação era tudo capacitação. Foi em Pelotas que fizemos a primeira marcha com a camiseta "lugar de mulher é em todo lugar" e era o COMDIM.

O COMDIM é considerado um órgão respeitado em Pelotas com legislação municipal garantida:

Uma outra conquista que eu acho muito importante é a respeitabilidade que o COMDIM tem em Pelotas, isso é uma conquista importante. Eu vejo que o COMDIM sempre se articulou com o poder executivo, com o poder judiciário e com o legislativo, isso eu vejo que trouxe pro COMDIM uma respeitabilidade.

Também a legislação municipal, ela garante que cabe ao gestor municipal emitir uma portaria e proceder a posse do COMDIM. Isso nós fizemos questão de colocar no último texto da lei, e isso a gente faz questão que aconteça a cada dois anos, a cada renovação, a cada processo eleitoral a prefeita faz uma portaria coletiva, reunindo os 42 conselheiros, 21 titular, 21 suplente, e procede a posse que a gente sempre faz no salão nobre da prefeitura. Porque o COMDIM não é um gueto, ele tem que se articular dialogando com os 3 poderes, permanentemente com os 3 poderes. (Entrevistada C)

O trabalho no COMDIM junto a outras organizações existentes contribuiu para a visibilidade da questão dos direitos das mulheres de Pelotas o que é considerado, também, como uma conquista importante:

Eu acho fundamental [...] no COMDIM e nessas outras ONGs que a gente faz parte, nós contribuimos muito para dar visibilidade às questões das mulheres [...] para trazer esse debate ao público, mostrando que realmente a defesa das mulheres, se não ocorre é porque há opressão, discriminação e as violências são afrontas aos direitos humanos, aos direitos básicos da dignidade do ser humano. Então, a gente fez muito seminário, oficinas, atos públicos, passeatas e uma série de eventos. Fizemos feiras da saúde, promovemos uma série de encontros. Então, nós contribuimos para trazer esse debate a público, dar visibilidade e trazer o debate para implementar uma série de políticas públicas no âmbito municipal, porque no momento que nós nos organizamos e articulamos coletivamente, nós pressionamos o poder público para implementar uma série de ações e de equipamentos sociais, como fruto da nossa luta junto com outros grupos. (Entrevistada D)

Essas lutas coletivas das mulheres influíram para acelerar a criação do Centro de Referência da Mulher, da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres e da Delegacia das Mulheres, em Pelotas:

A gente conseguiu que fosse criado o Centro de Referência da Mulher, e mais recentemente, a própria Coordenadoria que é uma decisão da prefeita, mas que também tem uma certa influência nossa de pressionar, de cobrar, de levantar a questão ao debate. [...] a transformação do posto da mulher, que havia naquela época de 90, havia um posto policial da mulher que funcionava assim como um apêndice, em uma sala junto à delegacia geral, e por pressão nossa, após uma visita à Secretaria de Segurança Pública em Porto Alegre, pressionamos para que fosse criada a Delegacia da Mulher em Pelotas, [...] inaugurada assim lá em 97, 98 no final da década de 90.(Entrevistada D)

Foi enfatizada a luta coletiva das mulheres em busca de seus direitos e a importância dessa articulação coletiva:

As lutas que nós levamos enquanto organização, enquanto coletivo eu acho sempre importante se dizer, enfatizar o aspecto de articulação coletivo de um universo plural de mulheres. Sabe, eu acho que isso é bem importante, porque não é só um coletivo, um monte de mulher que se reúne, não. É a mulher organizada, mulher articulada e mulheres de vários campos. Então, daí a importância de valorizar a questão da pluralidade, em que pese se a gente não levar, não levantasse assim, todas as bandeiras porque nós escolhemos algumas então, inicialmente nós trabalhávamos muito além da questão da violência de gênero. No início, nem se falava em gênero, isso é uma construção que veio depois em 2000, até então se falava em direito das mulheres e a questão do feminino. Enfim, falava-se muito em mulheres, luta das mulheres. A questão de gênero é uma nomenclatura que é própria da academia, que trouxe mais adiante, em 2000 eu acho, mas essa questão assim de trabalhar em conjunto era algo bem plural, porque eram mulheres ligadas ao sindicato, aos partidos políticos, aos movimentos sociais[...]. (Entrevistada D)

As discussões sobre violências e a participação do COMDIM nesses espaços também foi citada:

A questão de discussões da semana de combate à violência contra a mulher, de combate à violência contra a criança, da discussão da questão da violência, da participação em discussões nas escolas e espaços institucionais e até mesmo nas campanhas eleitorais

eu penso que são assim, que há participação das mulheres do Conselho da mulher. Nos orçamentos municipais pra que as políticas públicas tenham uma visibilidade maior e o compromisso dos próprios governos em efetivar políticas públicas para as mulheres. (Entrevistada E)

A conselheira F contribuiu afirmando que o Centro de Referência da Mulher é uma conquista do COMDIM e lembrou da importância do trabalho do NACA<sup>15</sup> com os agressores:

Uma outra coisa que foi trabalhada, junto com o NACA, foi a parte de trabalhar com o abusador. Foi no final, eu já “tava” saindo da coordenação, quando começou essa atividade. Eu também acho que é interessante né, porque eles também têm que se dar de conta, que eles podem mudar, a gente tá aqui pra mudar, pra melhorar e pra crescer, não pode somente condenar, e bota lá encarcerados. Eles têm que trabalhar a pessoa do homem também. (Conselheira F)

Mesmo em momentos de desarticulação o Conselho ainda se manteve independente da falta de recursos porque a sociedade prosseguia incentivando seu funcionamento:

Teve períodos assim, que o Conselho ficou inativo assim, muito ruim assim, e aí a sociedade civil seguia tocando, aí depois reformulavam o Conselho e é difícil tu trabalhar em um Conselho que não tem um centavo pra poder bancar. [...] mas mesmo aos trancos e barrancos eu considero que o Conselho continua sendo necessário, importante, e que tem estado junto dessas conquistas. (Entrevistada H)

Assim, mesmo enfrentando muitas dificuldades, é possível perceber pelas manifestações das conselheiras entrevistadas, que o COMDIM de Pelotas, teve grandes conquistas. Graças à atuação do Conselho, a visibilidade da questão de gênero e dos direitos da mulher, foi ampliada e fortalecida, e continua nas pautas de discussão de vários movimentos, coletivos e outras organizações. Mais especificamente, é possível destacar que o Conselho conseguiu a implantação de serviços previstos para a proteção da mulher, tais como: a criação da Casa de Acolhida Luciety, da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, da Delegacia das Mulheres e de um Centro de Referência específico para atendimento de mulheres. Além disso, foi multiplicador da formação sobre direitos da mulher e do combate à violência, influenciando em vários outros campos de políticas setoriais em prol da defesa dos direitos da mulher.

#### 4.4 A INFLUÊNCIA DO COMDIM DE PELOTAS NO DEBATE SOBRE GÊNERO

A questão de gênero tem uma importante implicação nas relações sociais que se pautam nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma primeira forma de significar as relações de poder. O debate em torno do conceito de gênero, quando é utilizado como referência para a análise, procura evidenciar a construção social e histórica do feminino e do masculino e as

---

<sup>15</sup>Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente– NACA, é uma organização da sociedade civil de Interesse Público

relações sociais entre os mesmos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria que distribui de forma desigual o poder entre os sexos. Isto se torna evidente com a reiterada ausência das mulheres do exercício do poder, seja no setor público como no privado, e nas esferas de representação política, onde as decisões de caráter coletivo que interferem na dinâmica social são tomadas. Estas decisões ratificam os padrões históricos que determinam os papéis entre os sexos e colocam a mulher em desvantagem (FARAH, 2004, MACEDO, 2008, MELO; BANDEIRA, 2005). Por isso, o gênero se torna um conceito chave para a compreensão da subalternidade e opressão da mulher e fundamental de ser compreendido e trabalhado pelo Conselho, por isto se considerou relevante verificar a contribuição do COMDIM em relação à sua concepção.

Segundo a entrevistada A no início o COMDIM discutia apenas a questão masculino-feminino:

No COMDIM, naquela época não era discutido, a gente não falava, era homem-mulher, masculino- feminino, naquela época isso aí não era discutido.

Isso se discute mais nas faculdades, no COMDIM não. Mas, é claro que a gente precisa ter uma noção, mas aprofundar é difícil, mas agora existe tantas campanhas né... mas agora parece que as máscaras estão caindo e aí então com tantas campanhas eu acho que fica mais fácil a questão do Conselho, porque se o Conselho fosse estudar isso aí e falar isso aí, eu acho que nem na composição do Conselho ia ir avante, até porque a gente não tinha um respaldo, ninguém falava isso. (Entrevistada A)

A entrevistada C considera que no período em que participava, a questão de gênero não era aprofundada, nem o Conselho focava em acolher os diferentes segmentos de gênero:

[...]Eu vou te dizer assim, o tempo que eu participei do COMDIM, não tinha a discussão de gênero muito aprofundado. Na verdade, nem o COMDIM tinha como foco acolher os diferentes segmentos dentro do próprio gênero, isso não era discutido na época que eu participei. Então, assim a minha concepção de gênero é baseada em leituras, discussões, debates, dentro do GAMP. Até 2018, o tempo que eu estava no COMDIM não tinha uma discussão aprofundada, e também o próprio COMDIM não acolhia os segmentos de dentro do próprio gênero feminino. (Entrevistada C)

Para a entrevistada B, os Conselhos alavancam uma pauta nova dentro da questão de gênero, que é a questão das mulheres negras:

[...] na realidade, a teoria feminista não dá conta da concepção racial. É uma teoria eurocentrada, não leva em consideração a contribuição dos povos originários, a contribuição real dos povos tradicionais de matriz africana nem das comunidades, nem enfrenta o capitalismo como uma concepção estrutural desse processo. Então, é o que pode ser considerado até negativo. Eu vou te dizer que os Conselhos de direitos da mulher alavancam algo que muitas vezes é chamado separatismo, mas que na verdade é um fortalecimento de uma pauta nova, que é a questão das mulheres negras, com as várias nuances, né, de “mulherismo”. Outra teoria grande que é a questão dessa concepção do lugar de fala, a que eu estou hoje é a dos povos tradicionais de matriz africana. Então, tudo que a gente vive faz parte da nossa história e tudo que a gente vive

acaba contribuindo, então eu não diria que é um espaço que eu me afastei, mas é um espaço que faz parte de mim, mas que nos coloca muitas vezes na contraposição, ainda é necessário isso, nos Conselhos de direitos da mulher, hoje apesar da gente estar sempre sendo citada ou até tá colocada nos lugares, a teoria feminista é uma teoria que ainda não foi modificada, e é um paradigma que tem que ser enfrentado. (Entrevistada B)

A entrevistada D manifesta que, no início, tinha certa dificuldade em se identificar como feminista:

Inicialmente, eu tinha uma certa dificuldade em me identificar como feminista, eu era uma pessoa que pensava, até pela minha perspectiva política, muito mais nas questões e causas gerais. Eu achava, entendia que me empenhava pela luta e promoção dos direitos das mulheres, contra violência, discriminação e o combate a pouca participação, valorização da mulher na política. Enfim, tinha presente todas as lutas

No entanto, eu não me identificava como feminista e sim uma mulher militante de determinado partido, que entendia de contribuir para a transformação social genérica. Então, a luta das mulheres era uma luta entre outras lutas sociais e de transformação da sociedade para uma sociedade com mais justiça social. Isso era fundamental, para minha perspectiva. A questão política era digamos assim, mais importante a questão da sociedade, então por isso que eu te digo assim, a luta contra a ditadura militar, pela volta da democracia, eram questões fundantes para mim, entende? Então, a questão da mulher vinha logo em seguida ou concomitante, estava junto, mas não era o pano de fundo, o pano de fundo era uma transformação para uma sociedade democrática com justiça social. (Entrevistada D)

Com o passar do tempo e com estudo, a entrevistada passa a buscar a transformação social a partir da perspectiva de gênero:

Então, ao longo desses quase 30 anos, lógico que aí os conceitos vão mudando e aí também a gente vai estudando e tudo mais, e hoje eu me considero já há alguns anos uma mulher feminista, ou seja, uma mulher que quer essa transformação social a partir dessa perspectiva de gênero, e quero acesso e igualdade de oportunidades mais do que igualdade. O que eu entendo que se deva defender é equidade, é mais do que igualdade. Igualdade é aquela questão muito mais no plano do formal, mas a questão da equidade ela tem que promover, tem que haver políticas públicas que amenizem as diferenças existentes. Elas de uma forma têm que compensar as diferenças, então é a perspectiva assim da interseccionalidade. (Entrevistada D)

Passa a compreender a questão de gênero imbricada com as demais lutas sociais:

Aí, surgiu nesse contexto de luta para a gente entender que as nossas lutas em defesa das mulheres na questão de gênero estão imbricadas com as demais lutas sociais de combate ao racismo aos preconceitos étnicos, de orientação sexual, de raça especialmente. Então, isso foi ao longo da caminhada no começo lá na década de 90, quando a gente dizia e pensava olha estamos lutando para transformação social da defesa das mulheres. Nós achávamos que estávamos falando por tudo e nesse bojo caminham todas as outras lutas né, depois ao longo do processo que vai se aproximando a gente se dá conta que há especificidades.

Então, a questão racial ela tem um peso grande, mas isso é uma compreensão um pouco mais recente, não é que não se pensasse em defender as mulheres negras. Não é isso, ou as mulheres lésbicas, ou as mulheres trans, é que nós não aprofundávamos esse debate, isso não era uma digamos uma prioridade nossa, nós defendíamos os direitos fundamentais né, acesso à saúde, a educação, ao trabalho e renda, o combate a todas as formas de violência, discriminação, mas está tudo meio que junto.

A entrevistada ainda considera que antes o feminismo era tratado de forma mais ampla, e comenta, também, sobre os privilégios das mulheres brancas:

Aí nos últimos anos, mas mais recentemente é que se evoluiu uma divisão de conceitos, e aí entra a questão dos tipos de feminismo que nós não aprofundávamos, a questão assim, digamos mais teórica dos tipos de feminismo, agora se fala de feminismo decolonial, mas no início não se falava dessa forma, a gente tinha o feminismo amplamente falando e abarcava uma série de temas nesse meio, mas a gente não desmembrava as temáticas não falava: “- Ah, vamos tratar do feminismo negro, vamos tratar da questão de orientação sexual, não.” A gente falava das mulheres e as violências contra as mulheres, as discriminações e opressões sofridas pelas mulheres, não que a gente achasse que fosse uma coisa universal, mas é claro a gente tem que reconhecer também que a nossa perspectiva é uma perspectiva de mulher privilegiada e branca né? na maioria, porque a mulher mais pobre, a mulher com dificuldade de renda, se manter né, aí entra nisso a mulher negra, não que não tivéssemos as companheiras negras nós tínhamos, no nosso entendimento elas têm muito mais dificuldades de se inserir num debate, numa reunião que reúne às 2h da tarde. Quem trabalha, como é que vai se deslocar sair do trabalho para ir debater com as mulheres o enfrentamento às violências, discriminação, feminismo? (Entrevistada D)

E continua afirmando que os horários das reuniões do COMDIM são excludentes, favorecendo a participação de mulheres de classe média, ou com empregos que dão condições de participar em horário de expediente:

Enfim né, a gente reconhece hoje em dia que o fato da gente se reunir em horário comercial facilita para quem é servidora pública, porque é um bom número de nós éramos pessoas professoras, funcionárias públicas e aí tínhamos mais facilidades para nos liberar do serviço, ou mulheres ligadas a alguns sindicatos e se elas são ligadas à diretoria até são liberadas do trabalho, podem sair para se reunir. Então, na verdade, a forma como a gente se organiza também é um limitador da participação e acaba sendo excludente sem querer. É excludente porque nós temos assim metade, ou uma terça parte das participantes são representantes da prefeitura do poder público, então ela só reúne no horário de trabalho delas [...] Agora, isso não é uma condição para aquela trabalhadora por exemplo do comércio. Qual é o dono de uma loja, por exemplo, ou de uma indústria que vai liberar a mulher para participar de uma reunião de Conselho? Não vai. Então, por isso que o nosso perfil acaba sendo um perfil de classe média, ou então de mulheres, aí entra a questão geracional, aposentadas que agora é o meu caso. Então aí, quando a gente está aposentada, a velha guarda somos todas aposentadas e muitas professoras ou funcionárias públicas. Então, a gente pode como eu digo se dar a esse luxo; então, é diferente essa noção a gente tem que ter os marcadores sociais são importantes de ser lembrados isso vale para o COMDIM para a instituição colegiada e vale inclusive na nossa luta em defesa das mulheres da violência. (Entrevistada D)

Para a entrevistada E, a discussão de gênero sempre esteve presente no COMDIM, inclusive imbricada com a questão de raça que é fundamental e de importância ligada a esse debate:

Sempre teve né essa discussão, e muitas sim é, sempre teve uma discussão assim sobre a questão de gênero e a questão de raça imbricada a de gênero, de que as mulheres têm suas peculiaridades, suas características né. A mulher tem características próprias e suas próprias lutas, porque a gente sabe que a questão racial é uma discussão difícil e muito importante né, então também quando a Regina foi presidente do Conselho ela sempre colocou muito presente. Então, é fundamental que a gente ao discutir gênero também discutir a questão racial, e a questão de gênero foi muito importante. No início, as discussões todas, nós feministas e algumas que não se consideravam feministas a gente sempre colocava a discussão em torno a direitos, em torno da questão da igualdade de direitos, depois em torno da discussão do próprio Conselho ela se ampliou pra questão de gênero né, a questão de que homens e mulheres são diferentes culturalmente também né, que nós nos construímos de forma diferente e que não necessariamente nós mulheres

temos que ser iguais aos homens em todos os sentidos, a nossa construção é diferente e não necessariamente, e que isso não deve ser um motivo de discriminação mas sim de que o mundo precisa ser permeado por essa lógica feminina, feminista de que nós vemos o mundo de forma diferente, por uma construção diferente e que o combate ao patriarcado passa muito por isso, de concretizar e afirmar uma diferença, afirmar a nossa diferença em relação aos outros e que isso necessariamente, além uma suposta igualdade perante a lei, também pressupõe uma desigualdade, porque nós temos necessidades diferentes, então nossos direitos são diferentes também dos homens e a discussão do Conselho, sempre foi em torno disso da questão racial e da questão de gênero. (Entrevistada E)

Ela ainda contribui relembrando a história de uma mulher que participou do COMDIM e mudou sua vida:

E eu sempre lembro de algumas mulheres até de comunidades de base ... Eu nunca vou me esquecer de uma da comunidade de base, eu não me lembro de onde, uma associação comunitária, de uma comunidade de bairro, da igreja católica, eu não "tô" bem lembrada, acho que era associação de bairro, e ela disse que participar do Conselho tinha mudado a vida dela, mudado a forma de ela ver as relações familiares, as relações com filhos, com marido, tinha isso sido fundamental, então o que eu posso dizer assim, que essa participação, essa troca dentro do Conselho ela sempre foi fundamental. E, muitas vezes, era o único espaço que essas mulheres tinham pra se relacionar com outras mulheres que pensavam diferente e enriquecer as suas vivências e seus pontos de vista. Era o único espaço permitido assim, porque era um espaço institucional e tinha um certo respeito pela sociedade, era uma coisa que era permitido de certa forma, participar do Conselho era permitido e participar por exemplo, da ONG feminista já era uma coisa mais ousada, que nem todos tinham essa compreensão, esse desprendimento, essa ousadia. Então, eu penso que o Conselho durante muito tempo foi o único espaço que as mulheres tinham de se reunir pra discutir. (Entrevistada E)

Se considerou que o COMDIM contribuiu para ampliar a visão de gênero:

Eu acho que eu tinha uma visão no início assim que eu entrei no movimento social e entrei pro COMDIM, então a minha visão aumentou muito em relação a gênero, se a gente for levar muito ao pé da letra a gente acaba separando do marido, porque eles vieram numa cultura muito diferenciada da gente, e a gente tem que não levar tanto ao pé da letra as coisas, a gente tem que ir modificando aos poucos, porque senão tu te separas, e não convives com homem nenhum. Porque as discussões são, como em pequenos detalhes e em pequenas coisas tem essa parte de gênero. (Entrevistada F)

A entrevistada G considerou o debate sobre gênero como novo, e que se deve demarcar bem de que gênero se fala:

Então o gênero, esse debate de gênero ele é novo também né, como diversidade, se começou a trabalhar a questão de gênero recentemente pra se falar das diferenças né, que somos mulheres, mas somos diferentes. Temos Simone de Beauvoir, e esse histórico de autoras, mulheres já se dizendo feministas puxando esse debate que não se nasce mulher se torna, eu concordo plenamente. Ainda a questão de gênero é um espaço muito aberto, gênero sozinho não diz nada, pode ser um gênero alimentício, um gênero literário, então quando tu trabalhas a questão de gênero da política para as mulheres tu tem que dizer quais os gêneros porque hoje tem um leque de gêneros né, se tu caracterizar na linha da sexualidade, sexo a gente tem só dois, gêneros tem mais, tem uma diversidade, tem múltiplos. Gênero e sexualidade não são binários e por isso que se dá toda essa transformação né, pra dizer simplesmente que nós somos diferentes e que nós temos que nos respeitar, é mais simples do que a gente imagina. Mas é mais fácil dizer assim: somos diferentes e que bom que somos diferentes, mas em algum momento a história precisou desses recortes e ainda precisa dos recortes pra gente justificar as diferenças, e que eu sou uma mulher negra e vou lutar por um feminismo negro que também não é único, cada uma de nós traduz a nossa essência sexual, sensual e traduz também o seu lugar, então por isso o meu feminismo negro é diferente de

outras mulheres negras também porque somos diferentes, e estamos trabalhando com conceitos que nos permitem entender as diferenças e respeitar essas diferenças e construir o meu feminismo que eu acho que isso que é mais rico né, e que isso que a gente tem que tá dizendo hoje “pras” pessoas que estou lutando por justiça social e emancipação e liberdade para as mulheres, eu sou feminista, eu tenho que me reconhecer como feminista, eu “tô” tentando fazer a diferença, ah não é pra todos, mas é pra mim é um começo. Eu vou conseguir transferir “pras” outras mulheres isso.

Ela considera que o foco do COMDIM não é tanto o debate de gênero, pois ele segue o plano nacional de políticas para as mulheres:

O COMDIM, não faz tanto esse debate de gênero, faz, mas não é um dos principais focos porque o COMDIM tem que trabalhar com base no plano nacional de políticas para as mulheres. Nosso último plano é de 2015, deveria ter sido renovado na conferência de 2016 só que a conferência de 2016 terminou bem no dia que a Dilma saiu, nós estávamos em Brasília, eu estava lá, que a Dilma foi né destituída do cargo, o relatório a gente trabalhou três dias ou quatro na conferência pra validar parte das coisas que estão lá no relatório e no plano da Conferência de 2015. A gente incluiu coisas, incluiu as mulheres trans, a gente incluiu muitas coisas dentro do plano e ele seria reeditado com pequenas alterações, seria uma reedição do plano de 2015, que não acontece, porque a Dilma sai, entra Temer, e ficou tudo estagnado né, e aí né, em seguida vem eleição e a gente então ... Por isso eu dizia ontem “pras” gurias, a nossa base de atuação ainda é o plano nacional de política para as mulheres de 2015, porque se deu todo um movimento político, que atrapalhou o andamento, que a gente já estava discutindo um sistema nacional de política para as mulheres. (Entrevistada G)

A entrevistada ainda contribuiu falando sobre a última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres:

Na nossa Conferência, o último eixo era discutir o sistema, podia aparecer Suzan né, nós seríamos um sistema, quais são os direitos, com os seus direitos, com tudo que tu busca na rede SUAS, ia unir tudo, o que que a Suzan enquanto mulher busca né, na saúde, na educação né, todas as outras políticas, a nossa política é transversalizada e o nosso plano tem 9 eixos, que pensa desde a mulher de campo né, até sabe a mulher presidiária, todas, pensa todas, as negras, todas incluídas, já nesse plano de 2015, então o de 2016 ia consolidar, alterar pequenas coisas, frases, óbvio né, atualizar um pouquinho algumas falas descritas ali. Mas ele já “tava” se encaminhando para termos um sistema tipo SUAS e tipo SUS e a gente perdeu isso no meio do caminho. Tá guardado, tá na minha memória, tá no material dessa conferência de 2016, e daqui a pouco, vocês têm que saber disso e se apropriar, porque daqui a pouco vocês vão ter que cobrar isso. Olha só, que bacana chegar a Suzan mestrande estudante da Católica, tem filhos, ela precisa, tá estudando, tem que ter creche, abrigo, ou outras redes de apoio pra ela poder estudar, o sistema ia começar a nos permitir isso, possibilidades lindas, maravilhosas para que as mulheres se emanciparem e né, buscar os horizontes que sonham né, é pra isso que a gente tá aqui, Suzan. E pra recuperar isso... bom, mas vamos nos manter vivas, e a pandemia ajudou eles com toda essa acuada, esse medo de manter contato. (Entrevistada G)

A entrevistada H considera que foi a sociedade civil representada no Conselho que trouxe o debate de gênero:

Eu te diria assim, que sempre foi a sociedade civil representada dentro do Conselho que trouxe esse debate, a gente nunca contou que o poder público viesse com esse debate pra dentro do Conselho, porque na hora que o poder público pauta isso na verdade, ele tá tendo que tirar recursos do orçamento pra dar consequência pra essa política que ele tá colocando ali. Então sempre assim, tem um embate dentro do Conselho, das representantes da sociedade civil e da representação do governo. A gente já teve



representação de homens do governo dentro do Conselho, muitas vezes com pouca sensibilidade sobre as questões da mulher. Então esse debate sempre foi pautado pela sociedade civil e aí eu destaco a atuação do GAMP nesse debate, e muitas vezes o GAMP nunca deixou de negociar e reivindicar com a prefeitura, porque muitas vezes por dentro do Conselho ficava meio emperrado pela representação do poder público que determinadas coisas fossem feitas. Então, o GAMP teve o papel de destaque e os partidos de esquerda, os sindicatos nunca se firmaram muito também dentro do Conselho. É, uma lastima assim sabe, às vezes os sindicatos participam do Conselho da saúde, foi um dos Conselhos onde os sindicatos sempre participaram mais... As universidades também cumpriram sempre um papel importante, mas nunca se sentiu como a pessoa estando ali representando uma universidade, ela tivesse liberada pra tá representando efetivamente essa instituição. E quem representava o GAMP “tava” autorizada e empoderada, porque a gente debatia isso dentro do GAMP pra levar as reivindicações, e quando o GAMP sentia que por dentro do Conselho não dava, o GAMP continuava reivindicando.[...].(Entrevistada H)

Ela ainda considerou a contribuição do GAMP, auxiliando o COMDIM e citou casos em que o Conselho não é respeitado:

Tinha duas frentes assim, o Conselho e o GAMP, eu considero que o GAMP cumpriu talvez mais esse papel do que o Conselho, porque por essa representação plural dentro do Conselho tinha quase sempre maioria institucional e não da sociedade civil, o Conselho acaba sendo abafado, sufocado ainda tem muito caminho a trilhar, então pode ver como foi se formando o 8M que é uma organização de mulheres com representação de partidos de esquerda, representação do GAMP, representação da sociedade civil pra organizar um 8 de março um pouco mais autônomo. E o Conselho muitas vezes não é respeitado. Quando eu participei do Conselho eu lembro que uma vez uma mulher “tava” sendo agredida naquele momento, naquela hora lá no Fragata. A presidente do Conselho me ligou e disse me ajuda, porque eu “tô” ligando lá pra brigada militar e não “tô” tendo acesso às pessoas, as mulheres de lá que trabalham com a lei Maria da Penha, porque a mulher tá sofrendo agressão, a filha dela tá filmando, tá me mandando. E, aí assim, a gente liga: “Ó, eu sou representante do Conselho, meu nome é tal ... Aí, eles dizem: - “Ah, me desculpa não tem viatura”... A gente enfrenta esse descaso, e aí se tu pega e vais fazer uma entrevista no comando da Brigada, entrevista com quem tá na prefeitura na condição de prefeita ou prefeito, o que que acontece? Eles te dizem: “- Ah, não! A gente respeita o Conselho, etc e tal”. Mas, na prática é de outra forma. (Entrevistada H)

A entrevistada I considerou nesse debate que o COMDIM é um espaço para aplicar a vontade de mudança:

Eu acho que são tudo formações culturais, né, então, é como diz a Simone, a gente não nasce mulher se torna, e eu acho que o COMDIM é um espaço pra gente querer aplicar essa nossa vontade de minimamente mudar o nosso meio. Quando a gente conseguir fazer, influenciar em alguma política pública, alguma formação pra influenciar algumas meninas, então esse é que é o meu pensamento. Assim, ano que vem, da gente conseguir fazer um curso lá no quilombo pra influenciar uma, duas meninas, que elas não são obrigadas a viver daquele jeito, que elas são condicionadas. Procurar os meios de militância que a gente possa modificar minimamente né, então pensar no pequeno, na nossa estrutura. (Entrevistada I)

Houve um empenho para que se trouxesse para o COMDIM a questão das mulheres trans:

Bom assim oh, eu lembro que eu comentei bastante, trouxe bastante foi em relação as mulheres trans, que elas deveriam estar no COMDIM também, infelizmente eu acho que não tem representação ainda delas lá, mas a gente falava muito isso e quando fazia

principalmente alguma ação, pensando em ações voltadas, alguma coisa em trazer isso também da parte das mulheres, trans, porque é o que a gente trabalha aqui. Como a gente trabalha em uma ONG que inicialmente ela foi fundada para prevenção de IST e AIDS a gente trabalha muito com essa parte de gênero e de outros gêneros não somente de homem e mulher, mas das mulheres trans também. E a gente levava muito isso em relação ao COMDIM que tinha que ter e não tem né, e essa discussão também principalmente quando fosse violência contra a mulher, a mulher teria direito na delegacia da mulher se fosse mulher trans e como seria esse processo. A lei é ligada, é também para mulheres trans a Maria da Penha, essa discussão assim. (Entrevistada F)

Em síntese, houve quem considerasse que o COMDIM não debatia gênero, pois na época de sua criação, a discussão era pautada no binarismo mulher-homem, que a questão de gênero não era aprofundada, nem o Conselho focava em acolher os diferentes segmentos de gênero.

Foi comentado, também, que o foco do COMDIM não é tanto o debate de gênero, pois ele segue o plano nacional de políticas para as mulheres. Foi também destacado que antes o feminismo era tratado de forma mais ampla, e que os privilégios das mulheres brancas eram naturalizados, sendo que os Conselhos contribuíram para alavancar uma pauta nova que é a questão das mulheres negras.

Há também quem afirme que a discussão de gênero sempre esteve presente no COMDIM, inclusive imbricada à questão de raça, e que o COMDIM contribuiu para ampliar a visão de gênero, sendo que foram representantes da sociedade civil, integradas a movimentos sociais, que trouxeram o debate de gênero para dentro do COMDIM.

Essas contradições nas respostas entre ter ou não o debate de gênero no COMDIM, pode estar calcada inclusive na concepção de gênero das entrevistadas, bem como, no fato de que as entrevistadas que fizeram essa afirmação eram participantes do COMDIM no início de sua fundação na década de 1992 a 2001, época em que a preocupação central era a defesa dos direitos da mulher, sem ir à raiz das opressões existentes.

Uma das entrevistadas afirmou que, com o tempo, essa discussão passa a ser feita no COMDIM, e as demais consideram que existe, sim, o debate de gênero, o que demonstra uma evolução deste debate dentro do COMDIM, que já começa a discutir a necessidade de trazer para o COMDIM a questão das mulheres trans. Portanto, o Conselho é também considerado um espaço para exercitar a vontade de mudança.

#### 4.5 A CONTRIBUIÇÃO DO COMDIM DE PELOTAS PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA E CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA

A pesquisa buscou, também, verificar possíveis forças propulsoras para a emancipação das mulheres conselheiras e sua contribuição para uma sociedade justa e igualitária. Para isso, primeiro, é trazida a concepção das entrevistadas sobre emancipação feminina.

A entrevistada A considerou: “Pra mim a emancipação feminina é quando uma mulher é dona do seu destino, é dona da sua vontade, é dona de si; aí, elas tão emancipadas”.

Para a entrevistada B, vem do princípio de que o indivíduo está pela coletividade, ter a chave para sair da prisão do sistema capitalista:

Bom então, eu preciso pra te responder essa pergunta definir quem eu sou. Eu sou médica pediatra intensivista até então, agora professora na UCPEL na área da pediatria, mas eu sou uma mulher de matriz africana, sou pelotense, sou nascida no Simões Lopes, acadêmica, sou gato pelado, sou bafo da onça, sou xavante e sou uma mulher de matriz africana, o que significa que eu sigo princípios e valores de uma tradição milenar. Não sou cristã e isso implica vir de uma concepção matriarcal. Faço parte de um projeto político em que há concepção coletiva, de que o indivíduo está pela coletividade. E, eu traduziria emancipação como ter a chave para sair dessa prisão, que é o sistema capitalista, machista, patriarcal, privado. Ter a chave e só sair, quando outros coletivos puderem sair. Ou então, ainda podia na alegoria de Platão dizer eu sei que aquelas imagens que estão passando na caverna não são as verdadeiras, mas eu não iria lá fora olhar, eu só sairia lá fora, quando todos pudessem sair. Então, isso se contrapõe na verdade a essa teoria feminista e de gênero que eu “tava” falando antes que é uma teoria em que tem ainda o homem como o centro. De todas as minhas dificuldades seria o ser masculino, ainda é o corpo que determina essas teorias, e pra mim, a emancipação é se livrar disso. (Entrevistada B)

Ela afirma que o homem também precisa participar desse processo:

O homem faz parte da roda, é tão atacado quanto todas essas que eu citei antes. Então, ele tem que sair junto e não eu atacá-lo, assumir o lugar dele, não é essa a minha concepção de emancipação. Internamente, eu acho que nós ainda estamos focadas nisso, eu me afastei do movimento feminista, me afasto desse processo todo, quando eu não consigo ter um discurso coerente com a prática pessoal que levasse outras, eu não consigo chegar na base, meu discurso não atende. (Entrevistada B)

E cita casos em que as políticas públicas precisam avançar:

Pra te dizer hoje em Pelotas, nós temos questões coletivas terríveis, os filhos das mulheres da periferia sendo mortos pela polícia, das mulheres negras principalmente, quando os nossos ganhos financeiros, ainda são das mulheres negras basicamente do trabalho doméstico, e que nós não conseguimos alavancar esse processo, nós ainda não conseguimos fazer com que a economia solidária não seja só psicológica, mas de verdade econômica. Eu continuo ainda fazendo pano de prato e sabendo que o pano de prato é vendido na esquina por R\$3,00. Eu continuo produzindo algo que não vai me manter. A gente não conseguiu alavancar. Quando eu não consigo coibir que as mulheres são moeda de troca no presídio, quando nós na pediatria temos quase uma enfermaria de sífilis congênita, e os homens não aceitam se tratar, e as mulheres estão parcialmente tratadas e as crianças nascem com sífilis congênita, então é isso. Acho que ainda tem muita coisa a ser constituída como política pública. (Entrevistada B)

A entrevistada C vê o conhecimento e educação como contribuintes para emancipação:

Ah é complicado, é difícil, eu vejo assim que no momento que tu tens conhecimento, tu estudas, tu tens acesso à mídia, tens acesso à formação, a cursos, a participar tem condições de ser mais emancipada, e tu tendo a tua renda própria, ter teu lugar de fala, ter tua formação tu consegue exercer o papel emancipador. Mas, a gente se pergunta: -

“As mulheres na sua grande maioria pobres com pouca formação, um número grande de filhos, dificuldade, pobreza, sem acesso muitas vezes a internet, a formação, que emancipação essas mulheres vão ter?” Muito complicado, muito difícil, eu acho que a emancipação ela se faz pela educação, principalmente pela educação, por uma profissão, pelo acesso ao mercado de trabalho também. (Entrevistada C)

Para a entrevistada D, emancipação tem a ver com conhecer seus direitos e ao autoconhecimento:

Penso que significa a mulher conhecer seus direitos e saber exigí-los, resumidamente é isso. E, ela tem quando ela conhece e se conhece né, porque a questão de autoconhecimento é importante. Aí, ela tem condições de vamos dizer assim, levantar voos, ela tem condições de ao se valorizar, ao se conhecer, e saber os seus direitos ela pode transformar sua vida, se emancipar no sentido de se libertar. Então, é a faculdade de decidir com conhecimento de causa, então uma mulher que sabe que se conhece e que sabe dos seus direitos ela pode romper com a violência e com todas as formas de discriminação que ela passa, né? E, aí vai à luta para ter um espaço na sociedade, e não só para ela. É a mulher livre para construir e tomar as suas decisões, resumidamente. (Entrevistada D)

Na perspectiva da entrevistada E, o conceito de emancipação é um pouco amplo e ultrapassado:

Olha me desculpa assim, é que emancipação é um conceito assim um pouco amplo e eu acho um pouco ultrapassado. Eu acho um pouco ultrapassado no sentido de que os direitos emancipatórios direito ao voto, aos espaços públicos até ao amparo da lei por exemplo a lei Maria da Penha e tudo mais, eu acho que emancipação ela é uma coisa assim, eu acho que já se alcançou muita coisa. No código civil de 1930, a mulher não podia exercer o comércio, não podia dispor de seus bens e não podia várias coisas sem a permissão do marido[...].

Para ela se deve discutir mais uma questão cultural:

Essa palavra assim - a emancipação ela se ampliou muito, o que eu penso é que deva se discutir hoje é muito mais uma questão cultural e muito presente nas ciências sociais e em todo espaço onde se convive, no espaço público é a questão muito presente que é o machismo mesmo né? É o machismo que é uma herança cultural muito arraigada entre homens e mulheres. Homens machistas, mulheres machistas e, às vezes, a gente pensa assim; “ Tá, mas as mulheres são culpadas inclusive por isso, não?” Nós vivemos numa sociedade onde todos de alguma forma somos perpassados por preconceitos né, e a questão do preconceito contra as mulheres é muito forte, muito presente nas relações, na linguagem, nas atitudes corporais, nas relações entre homens e mulheres e assim é um... que pra além da emancipação deva discutir uma nova forma de comportamento mesmo, relações entre os seres humanos né, são homens, mulheres, mulheres trans, lésbicas, homossexuais independente da orientação sexual tem um mundo, existem homens e mulheres de várias características e elas não podem ser dirimidas diluídas e o mundo não pode ser dividido mais em homens e mulheres. (Entrevistada E)

E uma questão de cooperação:

Eu penso que hoje é uma questão muito mais de emancipação é uma questão de cooperação, e às vezes, a gente se vê muito... ao mesmo tempo que eu acho que é um conceito ultrapassado, às vezes a gente se vê como atrasada, o quanto isso não é real. Ao mesmo tempo que digamos assim intelectualmente, a gente possa dizer que se emancipou, do ponto de vista do pensar a sociedade ao mesmo tempo a gente vê muitas mulheres no mundo sob o jugo dos pés masculinos do poder masculino, totalmente submetidas a uma realidade brutal e impensável nos tempos de hoje e desde sempre.

Mas, hoje são coisas que a gente não consegue imaginar que ainda aconteça e acontecem. Então, eu penso que a gente tem do ponto de vista legal, do ponto de vista da fria letra da lei, a gente tem uma profusão de leis emancipatórias, uma profusão de garantias que não são efetivadas, que não são concretizadas. (Entrevistada E)

Ela ainda considera que existe muita desigualdade entre homens e mulheres:

Mas eu acho que é uma luta que não vejo fim nem vejo... acho que há avanços, mas há muito o que se fazer, porque há muita desigualdade nesses avanços, enquanto nós discutimos isso, existem mulheres que simplesmente desconhecem que tem direitos, e direitos mínimos, elas desconhecem. E, até mesmo assim, muitas delas veem a dificuldade e o desamparo que é muitas vezes se apoderar né, tomar consciência e tomar pra si os seus direitos é um desamparo também, de certa forma porque ela tem que ir contra muitas vezes contra família, contra todo o status quo estabelecido. Quando uma mulher resolve romper logo uma relação de abuso que não seja abuso físico, mas seja emocional e material, às vezes, ela não tem amparo dentro da própria família e vamos supor que ela não tenha uma profissão e que dependa dele e ele te dá tudo como é que tu vai sair dessa situação, elas não entendem o que está por trás disso tudo, aonde chega a violência. E as mulheres se veem muitas totalmente desamparadas nessas situações de abuso. (Entrevistada E)

Na concepção da entrevistada G, a emancipação feminina é uma oportunidade de conhecer e exercer conhecimento, o conhecimento permite a emancipação:

Emancipação feminina? É eu acho que é essa oportunidade de conhecer e exercer esse conhecimento né, porque na medida eu conheço eu vou aos poucos né, eu uso o empoderando, mas eu gosto de usar potencializando, porque o empoderamento está muito ligado à questão do poder né, a questão do machismo, da sociedade patriarcal e machista, potencializar... É, eu com conhecimento, eu me potencializo, pra almejar, pra sonhar, pra buscar. É ser feliz, eu acho que é isso assim, o conhecimento ele me permite a emancipação, e ele não se dá no mesmo momento pra todos assim, não se dá na mesma forma nem intensidade, né nem na qualidade, ele se dá de formas diferentes, então porque o teu sonho é diferente do meu então se eu sonho, eu tracei umas metas na minha vida e alcancei, e o teu sonho vai ser diferente do meu, a tua emancipação vai ser diferente da minha, porque tu tens outros sonhos, então tu vai buscar outras formas de conhecimento pra atingir os teus sonhos. Pra mim é essa a mulher emancipada, porque eu posso ter uma mulher emancipada dentro de uma tribo indígena, num quilombo e eu tenho muitas até pra te dizer, olha ela mora lá num quilombo, mas tá fazendo faculdade de medicina. Ela tá buscando conhecimento pra se emancipar ali no território dela, pra mim é isso assim, enquanto a gente tá todos os dias buscando isso né, conhecimento pra poder mudar, pelo menos hoje na minha idade é comportamento, forma de pensar, forma de lidar com o outro, é fundamental.

Para ela, o Conselho é uma das principais ferramentas de emancipação para a mulher:

O Conselho é uma das principais ferramentas de emancipação para a mulher porque tu não te emancipa se não tiver uma estrutura política, políticas sociais, espaços de direitos, garantia de direitos que é o que o Conselho faz, que é o papel do Conselho, acho que sim, sem dúvida disso. (Entrevistada G)

A conselheira B, por outro lado, considera que o Conselho não serve para emancipação e, sim, é fruto da conquista das mulheres já emancipadas:

Até já vou te fazer uma provocação, ele não serve de emancipação. O Conselho ele já é fruto de emancipação quando as mulheres estão emancipadas e estabelecem uma relação governo em busca de políticas públicas tu vai para lá. Nós éramos todas as mulheres já com pé no chão, já sabendo que precisava dessa relação, as nossas

organizações e movimentos sociais é que eram emancipatórios. Eu discordo dessa hipótese de que o Conselho pode ser emancipatório. O Conselho em um espaço de mulheres que já estão na caminhada”. (Entrevistada B)

A entrevistada H considera a emancipação como um processo em que as mulheres sempre estiveram inseridas:

Olha ainda é um processo, a gente sempre veio um pouco dentro da sociedade, tá, isso é mundial. A gente sempre esteve à frente das lutas, mas consideradas como ser humano de segunda categoria, tanto que no primeiro momento o direito ao voto por exemplo, as mulheres adquiriram bem depois dos homens o direito de votar. E, no primeiro momento podiam votar aquelas que eram casadas, pra que alguém dissesse pra elas em quem votar. Durante a ditadura militar as mulheres que estiveram à frente da luta pela anistia. Todos os homens e mulheres que foram, que tiveram seus direitos políticos e civis cortados, decapitados, as mulheres estiveram à frente dessa luta.

E, para ela, a mulher para participar no parlamento ou judiciário, precisa lutar com o dobro de força para não ser invisibilizada:

Então assim, no parlamento, no judiciário, todas essas frentes a gente ainda engatinha e pra tu estar lá precisa do dobro de capacidade de falar, tem que ter o dobro de dentes, tem que ter o dobro de garras pra tu poder aparecer ali naquele meio e não ficar na invisibilidade. Então me parece assim, que a gente ainda tá num processo sem volta, a gente segue a passos firmes, nós somos as primeiras assim, quando tem uma crise econômica a ser retirada do mercado de trabalho, nós somos as que recebem menos salários, se tu é jovem tu não entra no mercado de trabalho porque não tem experiência, se tu tem mais idade, tu é idosa... Então, já quando fica com maior capacidade de elaboração tu é considerada como alguém que já passou do ponto. Os homens com mais idade são experientes as mulheres com mais idade já passam a ser dispensáveis pela sociedade. Então, a gente sempre vive em condições, as nossas diferenças sempre são pra nos desqualificar e não pra nos estimular, pra nos incentivar. Então eu considero assim, na sociedade é um caminho sem volta porque a mulher não tá disposta a regredir na sua organização, a sociedade cada vez mais precisa compreender a importância da mulher. (Entrevistada H)

Ela também citou avanços e considerou que a mulher continua firme na busca pela igualdade mesmo em meio a adversidades:

Mas nesse processo, as mulheres avançaram muito, a usar um link assim, como nós usamos aqui, eu nunca usei isso antes, eu tenho 67 anos eu fui obrigada a me atualizar pra me comunicar com as pessoas, eu não ia ficar à margem da sociedade em uma pandemia. Então, a gente se reinventa pra poder fazer isso, então tem períodos que geram um pouco esse, não é um recuo, logo em seguida, daquilo ali, a gente se impulsiona e vai de novo. Então, ainda falta muito pra sociedade respeitar o papel da mulher, falta muito, mas o que foi conquistado a gente não abre mão, e pode em determinados momentos os passos serem lentos devido a conjuntura, mas sempre vão ser passos firmes pra conquistar a igualdade dentro da sociedade. (Entrevistada H)

Para a entrevistada I, emancipação diz respeito a conhecer o seu lugar na sociedade: “Emancipação é entender o seu, o lugar além do que a gente tá condicionada, então eu não

“tô”condicionada só a ser mãe, esposa... Não, eu posso ser ... tem mais papéis sociais pra eu ocupar. No caso eu não sou esposa, mas já fui, já fui bem condicionada”.

A entrevistada F acredita que a emancipação tem a ver com o conhecimento dos direitos e de políticas de acesso:

Eu entendo por emancipação, eu ter que conhecer meus direitos primeiro, as políticas de acesso e correr atrás, porque mesmo elas existindo e estando aí ela é negada diariamente, se eu não souber aonde procurar e os direitos que eu tenho, eu fico totalmente sem direito nenhum, sem acesso nenhum. Então, eu entendo por isso, que emancipação é ter conhecimento a partir disso, eu posso ter um jeito de me emancipar e saber o que as minhas decisões pesam e eu vou decidir.

A entrevistada afirma ainda que existem muitas mulheres em Pelotas que desconhecem as políticas:

Sabe, eu acho que ainda tem muitas mulheres que não sabem, ainda, das políticas que tem na cidade. Principalmente, a mulher da periferia que estão preocupadas mais com que vão comer e dar pros filhos. Então, não sabem nem onde vão procurar não tem noção dos direitos que estão sendo violados. Então, acredito que a parte da gente é levar, mostrar que existe o local, que tem um espaço de discussão né, eu não sei como é tá ainda, mas a gente tinha muito essa visão de levar o COMDIM pra fora, pros territórios. Acredito, que com a pandemia isso deve ter parado muito essa parte toda, mas de ir nas comunidades fazer reuniões fora daqui do centro né, nas comunidades. Então cada um que tinha um grupo de mulheres fazia reunião do COMDIM ali, e que as mulheres podiam perceber que existe a lei e que existe o Conselho, que existe um órgão onde elas possam fazer as denúncias, e que o Conselho vai poder ir atrás e ajudar e até encaminhar e dizer pra onde vai, e pra onde não vai, como chegar na delegacia. Essa parte é muito complicada, a gente que é empoderada, a gente às vezes se pega nuns momentos, que tu não sabe nem por onde e como agir. (Entrevistada F)

Como já comentado nesta dissertação, os/as autores/as marxistas se dedicaram a compreender as dificuldades apresentadas ao processo da emancipação da mulher e objetivaram buscar a criação de condições concretas para possibilitar o fim da opressão da mulher. As reflexões apresentadas pelos mesmos conduzem à compreensão de que a emancipação humana é o ápice da liberdade, a superação de todas as opressões intrínsecas ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, pode-se dizer que a emancipação humana e a transformação da sociedade supõem a emancipação feminina.

Nas respostas das entrevistadas, nota-se que a emancipação tem a ver com conhecimento, conhecer seus direitos, e ter autoconhecimento. Foi considerado, também, que emancipação é a mulher ser dona da sua vontade, e que a mulher sempre esteve inserida no processo de emancipação, que é uma luta coletiva em que todos devem participar em busca da liberdade. Por outro lado, apareceu que emancipação é um conceito ultrapassado devido as leis que se dizem emancipatórias, não se efetivarem, seguindo com a desigualdade entre homens e mulheres.

Houve, também, uma entrevistada que considerou o Conselho como uma ferramenta para a emancipação, e outra que afirmou que o Conselho não serve para a emancipação, pois ele é fruto das lutas de mulheres já emancipadas.

Diferente do conceito de emancipação estudado pelos teóricos marxistas, a emancipação na concepção da maioria das entrevistadas tem a ver com uma forma mais genérica de emancipação, dentro do modo de produção capitalista, uma emancipação apenas da dependência do homem, fruto da autoconsciência de seus direitos e da ampliação da conquista de direitos sociais. Na maioria das falas, não se nota uma intenção de ruptura com esse modo de produção, fala-se na questão dos direitos que se pode ter dentro desse sistema capitalista

Apenas a entrevistada B que menciona enfrentamento a esse modo de produção e considera que a liberdade só é alcançada quando todos estiverem livres, mas não faz uma referência explícita sobre a mudança de modo de produção, que é o que propõe a teoria marxista, em que se espera superar o capitalismo por ele ser pautado na exploração de uma classe social sobre a outra, produtor de desigualdades socioeconômicas e responsável pela alienação do que é produzido pelo trabalho, do processo de produção, do próprio trabalhador em relação a sua humanidade e em relação aos outros trabalhadores.

Pode-se perceber então, que a luta do Conselho é mais restrita à perspectiva de ampliação da emancipação política e não uma intenção de ruptura com o modo de produção capitalista e a conquista da emancipação humana. A superação do modo de produção capitalista é necessária para que possa se instaurar uma nova forma de relação de produção, um novo modo de produção em que se alcance a emancipação humana, em que as relações sociais serão fundadas na solidariedade, liberdade e equidade, e não mais no individualismo e egoísmo trazido pelo modo de produção capitalista. Porém, esta luta ampla não está contemplada pelas conselheiras.

Após as análises realizadas até este momento sobre o COMDIM, considerando as manifestações das conselheiras entrevistadas, constata-se que mesmo com as dificuldades e retrocessos da atual conjuntura, o Conselho segue resistindo e completou 30 anos, sendo um importante espaço de diálogo sobre políticas públicas, de resistência e de conquistas.

Inclusive, é apontado na fala das entrevistadas, até mesmo como objetivo não alcançado, essa necessidade de que o COMDIM chegue até a base, as mulheres da periferia, para que elas saibam que existe esse espaço de luta pelos direitos das mulheres:

Ah, a gente não conseguiu alcançar a base, pra aquelas que conseguiram chegar é um espaço que reafirma nossa capacidade, mas a nossa grande frustração é que a gente não conseguiu essa consciência. Na minha concepção, se você perguntar pra nós gestoras



tem toda essa história, mas a maioria das mulheres de Pelotas talvez nem saibam que existe o COMDIM, talvez um dos nossos equívocos foi não ter trazido as mulheres de associação de bairro, as mulheres de presidiários, as mulheres presas, as mulheres periféricas, nós não conseguimos. Então, eu não vejo, por isso que eu digo não é um espaço emancipatório, o espaço emancipatório é o da base, e aí nós que estamos na gestão temos que buscar essa base.

Eu acredito que as pesquisas são um meio de divulgação, podem contribuir para divulgação, eu acho que é importante e por isso me dispus a estar contigo.(Entrevistada B)

Sabe que eu acho, que ainda tem muitas mulheres que não sabem ainda das políticas que tem na cidade né, principalmente a mulher da periferia que estão preocupadas mais com o que vão comer e dar pros filhos. Então, não sabem nem onde vão procurar, não tem noção dos direitos que estão sendo violados. Então, acredito que a parte da gente é levar, mostrar que existe o local, que tem um espaço de discussão né, eu não sei como, mas a gente tinha muito essa visão de levar o COMDIM pra fora, pros territórios[...] (Entrevistada F)

É importante que as mulheres pelotenses entendam que são detentoras de direitos e que devem lutar juntas para que estes sejam efetivados. E para isso, precisam ser criadas estratégias de divulgação do Conselho nas comunidades, periferias, associações de bairro, grupo de mulheres entre outros, a fim de sensibilizar as mulheres a participar e compreender a importância de um Conselho de Direitos da mulher, que pode ser uma força propulsora para que o COMDIM amplie a sua influência entre as próprias mulheres.

Cabe destacar que Conselhos são caracterizados como órgãos colegiados permanentes, orientados pelo princípio da paridade entre representação governamental e não-governamental, garantindo a representação de diversos segmentos sociais, e tendo por responsabilidade formular supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estabelecendo espaços institucionais essenciais para a democratização das políticas públicas e o exercício da participação popular e legitimidade social.

A autora Ana Mendes afirma que os Conselhos são espaços heterogêneos, cuja composição e funcionamento é determinada por um Regimento Interno:

Estes espaços são heterogêneos e apesar de possuírem algumas características comuns, como reunir representantes da sociedade civil e do poder público, apresentam aspectos diversos entre si, como o número de assentos e as formas de escolha dos representantes, que são definidos por cada Conselho e não há uma legislação que estabeleça as regras. Cada Conselho é responsável pela formulação de seu Regimento Interno. As entidades pertencentes a cada segmento se inscrevem e passam por um processo de seleção para definição das cadeiras. (MENDES, 2013, p.34-35)

Sabe-se que o conselho apresenta fragilidades, por não ter recursos, por ter a composição paritária e por não conseguir articular a representatividade da sociedade civil com a governamental que tem sido menos atuante.

Mesmo assim, como pode se perceber em Pelotas, o Conselho é um importante espaço de discussão, conscientização e conquistas, pois a significativa maioria das conselheiras tem sua visão ampliada a respeito de seus direitos como afirmou a entrevistada E, citando o relato de uma participante que afirma que o COMDIM mudou a vida dela, e a forma de ver as próprias relações sociais e familiares. O COMDIM proporciona uma troca de saberes, ideias e vivências, que enriquecem o conhecimento das mulheres.

E isso, faz o COMDIM necessário para as mulheres, podendo ser fomentador de importantes debates que contribuam para a defesa dos seus interesses.

Mas, participar também é algo difícil para as mulheres:

Uma outra dificuldade é a questão mesmo de necessidade de sobrevivência, quer dizer, as mulheres ficam sobrecarregadas pra além do trabalho profissional delas, já que a grande maioria são todas profissionais. Elas têm a família, outras ocupações, então isso digamos assim debilita ou dificulta, ou limita a possibilidade de uma inserção maior, de uma participação maior. A própria leitura eu diria assim, porque quando tu perguntas inicialmente, qual é o perfil, eu achei interessante identificar, se uma mulher que é trabalhadora, que tem que se dedicar ao seu trabalho a sobrevivência, manutenção da família e a militância social e política, ela tem mais dificuldade do que aquela pessoa que tem todo um apoio familiar e logístico como eu, entende?

Por isso, é necessário pensar em estratégias para que as mulheres trabalhadoras possam participar do Conselho sem prejuízo de seu horário de trabalho ou afazeres, e em um local de fácil acesso, a fim de que deslocamento não seja, também, um complicador.

E considerando a importância do Conselho, sendo resistência em meio a tantos retrocessos, é importante a luta para que este continue existindo e seja sempre fortalecido, alcançando cada vez mais mulheres pelotenses e fortalecendo a luta pela transformação da sociedade através das conquistas de direitos para as mulheres e da sedimentação de princípios construtores de novas relações sociais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação trouxe a discussão sobre o COMDIM de Pelotas a fim de verificar se este vem contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas para as mulheres, para a emancipação feminina e para a transformação social da sociedade. Permeando esta análise, trouxemos a compreensão de gênero e de emancipação defendida pelas conselheiras.

A revisão de literatura apresentada considera que o conceito de gênero conduz ao entendimento de que as diferenças sexuais pautam-se fundamentalmente nas relações sociais, e não no determinismo biológico que naturaliza as desigualdades entre homens e mulheres, favorecendo o gênero masculino. O gênero então, se constitui nas relações sociais e diz respeito a normas e aspectos sociais atribuídos ao sexo, estando vinculado às construções sociais e não às características naturais, sendo a primeira forma de se dar significado às relações de poder. E o patriarcado, enquanto sistema sociopolítico e histórico, estruturou-se desde o princípio em relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres, se constitui de forma desigual entre os gêneros, tendo implicações negativas na vida das mulheres até os dias atuais. Esse conceito proporciona a identificação das opressões sofridas pelas mulheres, podendo acionar a busca das mesmas pela emancipação das estruturas patriarcais de dominação e, também, dificultar a conquista da emancipação. Em decorrência das relações de gênero desiguais e do patriarcado, surge o movimento feminista com o papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres, contribuindo na mobilização da sociedade civil organizada e no âmbito institucional do Estado, provocando a criação Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dentre outras relevantes conquistas para a emancipação política das mulheres.

A pesquisa empírica realizada a fim de destrinçar estas relações no âmbito do COMDIM de Pelotas constatou que a sua existência é fruto de uma mobilização de um grupo de mulheres pelotenses em busca de representação e defesa de seus direitos, constituindo-se, assim, como um mecanismo representativo de um segmento que historicamente tem sido minoritário em termos de presença e participação nos fóruns decisórios e nas instâncias governamentais.

O grupo que lutou pela criação do COMDIM necessitou continuar lutando e resistindo para dar andamento ao trabalho de proposição e fiscalização de políticas públicas para as mulheres, pois para o Conselho não houve a disponibilização de recursos necessários para subsidiar as ações, que exigiam deslocamentos das conselheiras, ou possibilidade de obtenção de material para divulgação, ficando sempre limitado a solicitar apoio, o que, às vezes, implicava em ceder espaço para divulgar ações do governo local, prejudicando a autonomia do Conselho.

Por outro lado, o COMDIM faz parte dos conselhos que talvez sejam os únicos locais em que as mulheres possuam a totalidade das cadeiras, o que não isenta da existência de conflitos, de interesses diversos, até mesmo divergentes, mas sem dúvida, os tornam relevantes espaços de análise para descobrir suas potencialidades na luta pela emancipação.

O Conselho apresenta, também, diversas dificuldades, sendo que a pesquisa evidenciou as seguintes: como conquistar as mulheres para a participação política, a confusão entre movimento social e conselho; falta de recursos e investimentos, incluindo a falta de equipamentos e de local adequado para as reuniões; a própria efetivação do Conselho no cumprimento de aspectos burocráticos; a representatividade e conhecimento sobre o papel do Conselho; a sobrecarga de trabalho das mulheres que dificulta a participação; a invisibilidade do Conselho para os gestores e para as próprias mulheres; o machismo e a falta de inclusão da questão racial nas pautas feministas; e, recentemente, a pandemia de Covid-19.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos da atual conjuntura social, econômica e política do país, o Conselho segue resistindo e completou 30 anos, como um importante espaço de luta, diálogo sobre políticas públicas, de resistência e de conquistas apontadas pelas conselheiras que constroem a sua história.

Entre as principais conquistas do Conselho, podem ser citadas: a visibilidade da questão de gênero e dos direitos da mulher; a implantação de serviços previstos para a proteção da mulher, tais como: a criação da Casa de Acolhida Luciety, da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, da Delegacia das Mulheres, e de um Centro de Referência específico para atendimento de mulheres. E ainda, o fato de o Conselho ser multiplicador da formação sobre direitos da mulher e do combate à violência, tendo influência em muitos outros campos de políticas setoriais em prol da defesa dos direitos da mulher.

No que diz respeito à emancipação, diferente do conceito de emancipação estudado pelos teóricos marxistas, a emancipação na concepção da maioria das entrevistadas, está associada a uma forma mais genérica de emancipação, isto é, englobando a conquista da emancipação política, fruto da ampliação e gozo de direitos viabilizados dentro do modo de produção capitalista, significando uma emancipação da dependência do homem, uma consciência da mulher sobre os seus direitos e o acesso aos direitos humanos e sociais. Não se percebe uma intenção de ruptura com esse modo de produção, pois é defendida a ampliação e o acesso de direitos que constituem o rol de direitos aprovados e reconhecidos pelo sistema capitalista vigente.

E o Conselho está restrito a essa perspectiva, não objetivando, a conquista da emancipação humana.

Sobre indicar possíveis forças propulsoras para o fortalecimento do COMDIM e a sua contribuição para a transformação da sociedade, é assertivo afirmar que assim como o Conselho passa a existir fruto de uma luta coletiva das mulheres que se uniram em Pelotas, esse deve ser o caminho a ser seguido.

Existe ainda a necessidade de que o COMDIM chegue até a base, às mulheres da periferia, para que estas saibam que existe esse espaço de luta. É importante que as mulheres pelotenses possam adquirir conhecimento e ter esse entendimento de que são detentoras de direitos e que devem lutar juntas para que seus direitos sejam efetivados. Sabe-se que a conscientização das mulheres produz transformação e elas podem transformar o meio em que vivem, como foi citado no decorrer dessa dissertação, a exemplo do que já ocorreu em importantes momentos de nossa história contemporânea, como, por exemplo, no processo de transição da ditadura de 1964 para um regime democrático, em que as mulheres se destacaram nas disputas para a construção da Constituição Federal de 1988.

O conhecimento da história do COMDIM revela a sua importância como um espaço de empreendimento de lutas e de resistência. Assim, é fundamental que continue existindo e se fortalecendo, para continuar contribuindo para a ampliação da conquista de políticas públicas para as mulheres, que assegurem a sua emancipação política e também para a transformação social da sociedade, com a defesa de princípios de igualdade de gênero e de raça, e de respeito às diferenças culturais.

Por fim, entende-se que é fundamental dar visibilidade ao COMDIM, criar estratégias de divulgação do Conselho nas comunidades, periferias, associações de bairro, grupo de mulheres, entre outros espaços, a fim de sensibilizar as mulheres a participar e compreender a importância de um Conselho de Direitos da Mulher. E por outro lado, recomenda-se manter um processo contínuo de formação das conselheiras para habilitá-las a usar procedimentos burocráticos necessários ao funcionamento do Conselho e, sobretudo, para o desenvolvimento e sedimentação de novas concepções sobre relações de gênero e sobre emancipação, as quais poderão fortalecer a sua contribuição para a transformação social.

## 6.REFERÊNCIAS:

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ALMEIDA Debora Rezende de. **Resiliência institucional: para onde vai a participação nos Conselhos Nacionais de Saúde e dos Direitos da Mulher?** Caderno CRH, Salvador v.33, 2020.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. **Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3, pp. 233-239.

BARSTERD, Leila Linhares. Recuperando a luta das mulheres contra a violência de gênero. In.: MELLO, Adriana Ramos de(org). **Anais de seminários 30 anos da carta das mulheres aos constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo, Volume 2**. Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1970.

BEMFAM, disponível em : <https://bemjovem.wordpress.com/o-que-e-a-bemfam/> acesso em 17 de março de 2021.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1.ed, São Paulo, Boitempo, 2018.

CETRONE, Camila. **Mulheres estão desamparadas e políticas sofrem retrocesso no governo Bolsonaro**. 8 de março de 2021Disponível em: <https://delas.ig.com.br/comportamento/2021-03-08/mulheres-estao-desamparadas-e-politicas-sofrem-retrocesso-no-governo-bolsonaro.html> , acesso em 22 de junho de 2022.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHAVES, Elisiane Medeiros. **Movimento feminista na cidade de Pelotas-RS: a atuação do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP) - (1990-2019)** História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.25/1, (dez. 2019). – Pelotas: Editora da UFPel, 2019. 1v.

COLONESE, Renata Lemos, MORANI, Carla do Nascimento Santos. **Os desafios dos Conselhos de Direitos da Mulher na luta pelo fim da violência de gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 20 de setembro de 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Lei nº 6.078 de 7 de janeiro de 2014**. Regimento interno.

CONSELHO NACIONAL DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO-CNTE. **A política de gênero no governo Bolsonaro é uma política em extinção, 2019**.Disponível em:<<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/72207-a-politica-de-genero-no-governo-bolsonaro-e-uma-politica-em-extincao-diz-secretaria-de-relacoes-de-genero-da-cnte-apos-extincao-de-conselhos>> acesso em 03 de novembro de 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Revista Gênero. Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 1º sem, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Editora Civilização Brasileira S.A., 9ª edição, Rio de Janeiro 1984.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, São Paulo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRER Victoria Pérez, A.; BOSCH Esperanza Fiol. **Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un imposible factor explicativo.** In: Papeles del Psicólogo, n. 75, 2000, p. 13-19, Consejo General de Colegios Oficiales de Psicólogos. Madrid, España.

FRANCHINI, Bruna Santiago. **O que são as ondas do feminismo?** in: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 19 de março de 2021.

FUSER, Marina Costin. **Para não dizer que não falei de Flora: o conceito de emancipação da mulher à emancipação da mulher à luz do materialismo histórico.** Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina -Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil.** Revista de Administração pública. Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006.

GRUNEVOLD, Débora Hesse Machado. **O conselho da mulher de Santa Cruz do Sul: construindo alternativas para demandas femininas.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2008.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira, Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MACEDO, Eunice. Violência e violências sobre as mulheres: auscultando lugares para uma democracia “outra” mais autêntica. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino(org.). **Mulheres, gênero e violência**– Marília: Oficina Universitária. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação.** Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz.** 2. ed.– Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. – (Série perfil parlamentar ; n. 73 e-book)

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.**São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A sagrada família.** São Paulo, Boitempo, 2003.

MARX, Karl, ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo :Boitempo, 2007.

MARTINS, Barbyde Bittencourt.**Mundo do trabalho, gênero e políticas públicas: o papel do feminismo estatal nessa relação.** Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** Editora HUCITEC, 10º ed. São Paulo, 2007.

MELO, Hildete Pereira de, BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil.** Unidad Mujer y Desarrollo Proyecto “Gobernabilidad democrática e igualdad de género” mujer y desarrollo, . CEPAL, Nações Unidas, Santiago de Chile, junho de 2005.

MENDES, Ana Cristina Lubke. **A presença das mulheres nos Conselhos Municipais de Pelotas.** Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas 2013.

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças.** Crítica Marxista. São Paulo, n. 11, p. 89-97, 2000.

MULLER, Crisna Maria, BESINGA, Márcia. **Trajetória histórica da mulher no brasil: da submissão à cidadania.** Rev. Augustus | Rio de Janeiro | v.23 | n. 45 | p. 25-46 | jan./jun. 2018.

OKA, Mateus, LAURENTI, Carolina. **Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico exploratório das ciências da saúde.** Revista Saúde Sociedade. São Paulo, v.27, n.1, 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no Trabalho.** Genebra, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Dia Internacional da Mulher: 13 milhões de mulheres viram seus empregos desaparecerem devido à pandemia na América Latina e no Caribe.** Notícias 05 de março de 2021. Disponível em:[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_774846/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_774846/lang--pt/index.htm) . Acesso em 23 de abril de 2021.



Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS. Folha informativa sobre a COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> acesso em 28 de abril de 2022.

PELOTAS, Prefeitura Municipal. **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/social/conselhos/conselho-mulher> . Acesso em 14 de abril de 2021.

PELOTAS, Prefeitura Municipal. **Lei nº 4224, de 19 de novembro de 1997** . Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/1997/422/4224/lei-ordinaria-n-4224-1997-dispoe-sobre-o-planejamento-familiar-no-ambito-do-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política: o conselho nacional dos direitos da mulher (1985-2005)**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2010.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. **Ascensão e Ocaso do Governo Dilma Rousseff à Luz das Capacidades do Estado Brasileiro: usurpação democrática e corrosão do Estado de Bem-Estar Social (2011-2016)**. In JÚNIOR, José Celso Cardoso[et.al.](Org.), Planejamento Governamental e Finanças Públicas no Brasil Contemporâneo: perspectivas críticas ao financiamento do desenvolvimento no século XXI . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. In.: MELLO, Adriana Ramos de(org). **Anais de seminários 30 anos da carta das mulheres aos constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

PRADO Vagner Matias do, GIORGI, Cristiano Amaral GarbogginiDi ,RIBEIRO, Arilda Ines Miranda .Identidade e gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino(org.). **Mulheres, gênero e violência**– Marília: Oficina Universitária. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.

RIBEIRO Diana, NOGUEIRA Conceição, MAGALHÃES Sara Isabel. **As ondas feministas: continuidades e descontinuidades** no movimento feminista brasileiro. Sul-Sul Revista de Ciências Humanas e Sociais 1(03), 57-76, 2021.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **As comunistas e o feminismo**. Fundação Perseu Abramo, Nº 9, Ano 7, 2013

ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais vol. 6, nº11, 2009.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Alves, SELEM, Maria Célia Orlato. **Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos**.Ágere Cooperação em Advocacy Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR Abril – Julho/2006

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero: poder e impotência**. Ed. Revinter, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo**. Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006.

Secção de Defesa Dos Direitos Humanos da Associação Académica. **História do(s) Movimento(s) Feministas**. 2020. Disponível em: <https://sddhaac.com/historia-dos-movimentos-feministas/>. Acesso em 19 de março de 2021.

SENNA, Mônica de Castro Maia. **Que vozes querem calar? Ameaças às instituições participativas no início do governo Bolsonaro**. Publicado 02 Agosto 2019. Disponível em: <https://www.cee.fiocruz.br/?q=ANALISE-DE-CONJUNTURA>. Acesso em 14 de abril de 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCHULZ, Rosangela, RODRIGUES, Dieni Oliveira, MENDES, Ana Cristina L. **A atuação feminina nos Conselhos da Mulher: um estudo dos Conselhos de Pelotas e de Santa Cruz do Sul/RS**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.3, p.149-168, set.-dez. 2013.

SILVA, Vini Rabassa da, MEDEIROS, Mara Rosange Acosta. **Desafios e possibilidades para o controle social de políticas públicas no atual contexto de retrocesso dos direitos sociais**. Textos & Contextos Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-12, jan.-jun. 2020.

Site Consultor Jurídico. **Presidente Jair Bolsonaro extingue centenas de conselhos federais**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-abr-14/presidente-jair-bolsonaro-extingue-centenas-conselhos-federais>

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina; (org.) Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

TAVARES, Mariana ScharDOSim. **A democracia participativa e a atuação do conselho municipal dos direitos da mulher: a promoção do plano municipal de políticas públicas para mulheres do município de Pelotas no período de 2015-2017**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

TAVEIRA, Vitor. **Conselhos realizam 'descomemoração' do 'Revogação' de Bolsonaro**. Século Diário. Publicado em 09/04/2021. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/politica/conselhos-realizam-descomemoracao-do-revogaco-de-bolsonaro>. Acesso em 14 de abril de 2021.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

VASQUEZ, Ana Carolina Brandão. **Fascismo e O Conto da Aia: a misoginia como política de Estado.** Revista Katálysis., Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2019.

YIN. Robert, K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICE 1:

### Entrevista COMDIM

#### I- Caracterização do/a entrevistado/a

##### 1) Raça/etnia (marque apenas uma alternativa):

branca  
 preta  
 amarela  
 parda  
 indígena

##### 2) Escolaridade:

Ensino fundamental incompleto  
 Ensino fundamental completo  
 Ensino médio  
 Superior completo  
 Especialização incompleta  
 Mestrado incompleto  
 Mestrado completo  
 Doutorado incompleto  
 Doutorado completo

##### 3) Renda Familiar Mensal (Média)

Abaixo de R\$ 500,00  
 De R\$ 500,00 até 1.500,00  
 De R\$ 1.501,00 até 2.500,00  
 De R\$ 2.501,00 até 4.000,00  
 De R\$ 4.001,00 a 8.000,00  
 De R\$ 8.001,00 a 12.000,00  
 Acima de R\$ 12.001,00  
 Não sabe

##### 4) Situação funcional no Conselho

Titular  
 Suplente  
 Não sabe  
 Outros  
 Participa da diretoria atual  
 Não participa da diretoria atual

5) **Setor de representação a que pertence:**

**Poder público**     **Sociedade Civil**

órgão/entidade de vínculo:

6) **Há quanto tempo é conselheiro(a) deste Conselho? (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).**

**Ano de ingresso:**

1.  **Menos de 1 ano**    2.  **De 1 a 3 anos**    3.  **De 4 a 6 anos**

4.  **De 7 a 10 anos**    5.  **Mais de 10 anos**    6.  **Não sabe/não se aplica**

## **II- Caracterização do Conselho**

1. Como e por que você ingressou como conselheira do COMDIM?
2. Segundo a sua opinião, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo COMDIM de Pelotas durante o período em que está (ou esteve) participando como conselheira?
3. Quais as suas concepções sobre gênero e sobre as relações sociais em geral, existentes na sociedade brasileira, que a sua participação no COMDIM contribuiu para alterar o que pensava?
4. Quais as conquistas obtidas pelo COMDIM que considera mais importantes?
5. Segundo a sua opinião, o que o COMDIM representa para as mulheres de Pelotas?
6. O que você entende por emancipação e por emancipação feminina?
7. Você deseja acrescentar algo mais sobre o COMDIM de Pelotas? Caso sim, o que?

**APÊNDICE 2- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA CONSELHEIRAS  
DO COMDIM**

Eu sou Suzan Cardoso Balsamo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, e estou realizando a pesquisa intitulada “PARTICIPAÇÃO FEMININA E EMANCIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER EM PELOTAS”, sob orientação da professora Dra. Vini Rabassa da Silva.

Você está convidada a participar da presente pesquisa, que objetiva analisar a influência da participação no COMDIM de Pelotas, para o desenvolvimento do processo de emancipação feminina, a fim de indicar possíveis forças propulsoras para a emancipação política das mulheres.

A pesquisa trará como benefícios o registro da história do COMDIM, dando visibilidade às suas lutas, dificuldades e conquistas; a valorização das mulheres conselheiras ao longo de sua história; e, a indicação de possíveis estratégias para o fortalecimento do COMDIM.

Os resultados serão devolvidos ao Conselho, e poderão ser publicados em eventos científicos, sendo sempre assegurado o anonimato da identidade das respostas.

A sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira, sendo garantida a liberdade de retirada, deste consentimento, em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você, mediante envio de correspondência por escrito, ou e-mail para a responsável pela mesma.

Você pode guardar este Termo, e uma cópia ficará arquivada com a responsável pela pesquisa. Você aceita participar e colaborar com esta pesquisa e com o fortalecimento do COMDIM de Pelotas?

Eu (nome completo) ..... aceito participar desta pesquisa.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Dados de identificação da responsável pela pesquisa:

Nome: Suzan Cardoso Balsamo

E-mail: [suzan.balsamo@sou.ucpel.edu.br](mailto:suzan.balsamo@sou.ucpel.edu.br)

Celular: (53) 991758764

Assinatura:

P S: Lembre de devolver este e-mail, com os dados preenchidos, bem como, o questionário para efetivar a sua colaboração.

MUITO OBRIGADA.